

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

BIANCA JULIANA PIAZZETTA VEIGA

**A NATUREZA NA CONSTITUIÇÃO DO SER SOCIAL E A INTERROGATIVA
DO DESENVOLVIMENTO PARA AS COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Florianópolis

2011/2

BIANCA JULIANA PIAZZETTA VEIGA

**A NATUREZA NA CONSTITUIÇÃO DO SER SOCIAL E A INTERROGATIVA
DO DESENVOLVIMENTO PARA AS COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. MSc. Mirella Farias Rocha

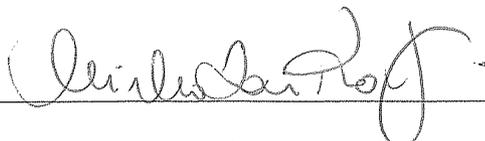
Florianópolis

2011/2

BIANCA JULIANA PIAZZETTA VEIGA

**A NATUREZA NA CONSTITUIÇÃO DO SER SOCIAL E A INTERROGATIVA DO
DESENVOLVIMENTO PARA AS COMUNIDADES TRADICIONAIS**

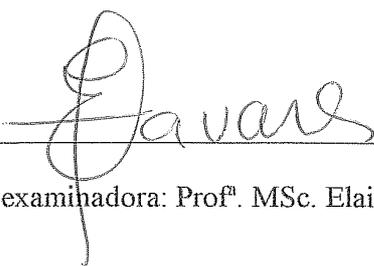
Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina.



Orientadora: Prof^ª. Mestre Mirella Farias Rocha



1^ª examinador: Prof^º. Dr^º. Ricardo Lara



2^ª examinadora: Prof^ª. MSc. Elaine Tavares

Florianópolis
2011/2

Confissões do Latifúndio

*Por onde passei,
plantei
a cerca farpada,
plantei a queimada.*

*Por onde passei,
plantei
a morte matada.*

*Por onde passei,
matei
a tribo calada,
a roça suada,
a terra esperada...*

*Por onde passei,
tendo tudo em lei,
eu plantei o nada*

Pedro Casaldáliga
(Bispo de São Felix do Araguaia, MT)

VEIGA, Bianca Juliana P. **A NATUREZA NA CONSTITUIÇÃO DO SER SOCIAL E A INTERROGATIVA DO DESENVOLVIMENTO PARA AS COMUNIDADES TRADICIONAIS.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico. Departamento de Serviço Social. Curso de Graduação em Serviço Social. 2011/2. 105f.

RESUMO

O presente estudo trás uma abordagem da participação da natureza, juntamente com o trabalho, na constituição do ser social e do processo de alienação da natureza nas relações social com desenvolvimento histórico das forças produtivas. Nesse processo, a natureza não é mais reconhecida pelo homem, nem o homem se reconhece nela, pois, ao fragmentar-se a produção, a natureza metamorfoseia-se, assim como o homem e as relações sociais - e ele já não a reconhece mais como categoria fundante do ser social, peça fundamental para sua sobrevivência e sim algo externo a ele e estranho, como o produto do seu trabalho o é. A análise desenvolve-se a partir da perspectiva dialética materialista e é particularizada sobre o estudo do impacto dos grandes empreendimentos sobre as comunidades tradicionais aqui exemplificados sobre a realidade maranhense no que diz respeito aos projetos do Pólo Siderúrgico e da Refinaria Premium I.

O mito do desenvolvimento vem a integrar-se ao processo de aprofundamento da dependência econômica do país, como componente ideológico que tudo pode e pelo qual tudo se justifica, legitimando iniciativas *novo-desenvolvimentistas*, sobretudo a implantação dos grandes empreendimentos, de forma a mascarar a intensificação da expropriação da força de trabalho e dos recursos naturais. Esse contexto tem impactos ainda mais expressivos sobre as comunidades tradicionais por ameaçar a sua base de organização pela expropriação dos seus territórios e dos seus meios de produção e reprodução social, isto é, da natureza.

Palavras chaves: Natureza, Desenvolvimento, Comunidades Tradicionais, Grandes Empreendimentos.

LISTAS DE SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ALL – América Latina Logística
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF – Corporação Andina de Fomento
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CLA – Centro de Lançamento de Alcântara
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNPT – Centro Nacional de Populações Tradicionais
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
COIABE – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EIND – Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
EMAP – Empresa Maranhense de Administração Portuária
EUA – Estados Unidos da América
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FONPLATA – Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Prata
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GE – General Electric
GETAT – Grupo de Execução de Terras do Araguaia-Tocantins
GLP – Gás Liquefeito do Petróleo
GTA – Grupo de Trabalho Amazônico
I PND – I Plano de Desenvolvimento Nacional
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEL – Instituto Euvaldo Lodi
IFC/Bird – Corporação Financeira Internacional/Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
II PND – II Plano de Desenvolvimento Nacional
IIRSA – Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IUCN – Conferencia Mundial da União Internacional pela Conservação da Natureza
JK – Juscelino Kubitschek
MA – Maranhão
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores
OTCA – Organização do Tratado da Cooperação Amazônica
PA – Pará
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PED – Plano Estratégico de Desenvolvimento
PGC – Programa Grande Carajás
PIB – Produto Interno Bruto
PIN – Plano de Integração Nacional
PIS – Programa de Integração Social
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual de Governo
PPI – Projeto-Piloto de Investimentos
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SEMA – Secretaria de Meio Ambiente - Maranhão
SENAC – Serviço Social de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Social de Aprendizagem Industrial
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPVEA – Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

LISTA DE FIGURA

Área abrangida pelo Programa Grande Carajás.....	61
Localização da Refinaria Premium entre os municípios de Rosário, Bacabeira e Santa Rita.....	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A NATUREZA E O TRABALHO NA CONSTITUIÇÃO DO SER SOCIAL	19
1.1 A Natureza na Ontologia do Ser Social	19
1.2 Autonomização das forças da natureza e do trabalho social como corpo estranho que o domina.	22
1.3 Mecanismos do Sociometabolismo do Capital	27
2 DIALÉTICA DO (SUB)DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO.....	35
2.1 O Controverso Processo de Industrialização do Brasil	37
2.1.1 A Reorganização da Classe Dominante e a Intensificação da Dependência Político-econômica	44
2.1.2 Democracia: A Reedição do <i>Desenvolvimento</i>. Sim, agora ele será social. Será?	49
2.2 A Infraestrutura do Desenvolvimento na Era Lula/Dilma.....	55
3. A INTERROGATIVA DO DESENVOLVIMENTO PARA AS COMUNIDADES TRADICIONAIS	61
3.1 Programa Grande Carajás.....	62
3.2 Pólo Siderúrgico no Maranhão.....	69
3.3 Refinaria Premium I.....	76
3.4 O desenvolvimento do Programa Grande Carajás e as perspectivas para os novos projetos de desenvolvimento na região maranhense	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
ANEXO A – Demonstrativo de renda na capital maranhense no ano de 1985	101
ANEXO B – Contexto de insegurança no campo durante o período do Programa Grande	

Carajás, 1985..... 102

ANEXO C – Cresce a especulação imobiliária em Bacabeira com o anúncio da vinda da Refinaria Premium 103

ANEXO D – Carta de SalvaTerra às autoridades divulgada na mídia e contestada por leitor sob o prisma do senso comum e da legitimação da ideologia 104

INTRODUÇÃO

A pesquisa foi motivada pela deficiência de produções do Serviço Social¹ relativas à questão ambiental a partir de uma perspectiva ontológica, particularmente no que tange ao impacto dos grandes empreendimentos sobre as comunidades tradicionais e a expropriação dos seus modos de produção e relações que estabelecem com a natureza.

A temática do meio ambiente tem sido veiculada dissociada da compreensão da totalidade concreta. Relacionada geralmente às responsabilidades individuais e da coletividade, afasta-a da real situação de exploração da natureza pela dinâmica sociometabólica do capital como forma de garantir a expansão capitalista, alienando ainda mais a concepção ontológica de meio ambiente e a relação homem x natureza.

A discussão da *questão ambiental* no Serviço Social é bastante recente apesar da relação homem x natureza ser inerente à formação ontológica do ser social e atualmente constituir-se em uma das expressões da chamada *questão social* com grande apelo midiático inclusive. Em Santa Catarina, em especial, esse debate ainda é tímido se comparado à agressividade com que a realidade de instalação dos grandes empreendimentos, desde a década de 1950, atinge as regiões Norte e Sudeste do país, no entanto, considerando o timbre *novo-desenvolvimentista* inaugurado no Brasil com a Era Lula, faz-se urgente adentrarmos nesse debate.

Para tanto, o presente trabalho buscará aproveitar o contato da pesquisadora realizado com a temática durante o Programa de Mobilidade Estudantil no Maranhão, em especial com a participação no Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA) e o envolvimento com o contexto de implantação principalmente da Refinaria Premium I e suas estratégias de legitimação, e a aproximação com as comunidades Camboa dos Frades, Salvaterra, Rio dos Cachorros e Vila Maranhão; e a partir da problematização da realidade observada refletir criticamente a função da natureza na formação do ser social e suas relações, e as contradições da expansão capitalista a partir do padrão periférico e dependente de desenvolvimento econômico-social conformado historicamente no país, bem como subsidiar o aprofundamento de estudos posteriores.

Mas o que é o desenvolvimento? A melhoria da qualidade de vida? Crescimento do número dos postos de trabalho? Maior variedade e acesso aos bens de consumo? Crescimento

¹ A pesquisa bibliográfica dentre as produções Serviço Social concentrou-se nos Trabalhos de Conclusão de Curso e Dissertações produzidas no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

e enriquecimento do país?

Não é fácil para um cidadão comum, que acompanha o desenvolvimento todos os dias pela televisão, definir o que é, mas todas as opções acima lhe podem parecer sinônimos. A diversidade na compreensão do "desenvolvimento" reflete a multiplicidade de interesses que sustentam seu discurso, uma vez que ele, muito mais que uma política econômica, hoje é instrumento ideológico.

O desenvolvimento foi apresentado aos brasileiros com o início da industrialização na década de 1930, mas se familiarizou com o plano desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, "50 Anos em 5", como solução ao *atraso* da nossa economia periférica. Seu Plano de Metas era formado por 31 objetivos de governo dentre os quais: investimento nas áreas de produção de energia como grandes hidroelétricas e a ampliação da produção de petróleo; implantação da indústria automobilística e construção de estradas e rodovias. Além do aumento da dívida externa e a desnacionalização da incipiente atividade industrial brasileira, o desenvolvimentismo de JK trouxe o agravamento do êxodo rural e dos problemas urbanos, bem como oportunizou o aprofundamento da dependência econômica, todavia encantou o país com a sua proposta modernizadora, como analisaremos nesse estudo.

O desenvolvimentismo sobrevive às investidas do reformismo nacionalista de João Goulart e dá continuidade aos planos de expansão da economia na ditadura militar através do modelo desenvolvimentista dependente, que subordinava nossa economia ao capital, à tecnologia e aos interesses estrangeiros, principalmente através de projetos de integração da Região Amazônica e a intensificação do investimento nas indústrias de bens de produção, sobretudo nos setores de energia elétrica e da mineração. Dele surgiram obras como as usinas hidrelétricas de Itaipu, Tucuruí, Sobradinho e Balbina e o Projeto Grande Carajás para extração de minérios o qual iremos nos aprofundar nesse trabalho, especialmente sobre o Projeto do Pólo Siderúrgico no Maranhão, por dar, até hoje, dor de cabeça aos movimentos sociais e ambientalistas.

As obras na época foram bastante criticadas, pois eram consideradas desnecessárias e não-prioritárias diante das carências sociais do país e serviram para aprofundar a crise econômica através da dívida externa.

Sobrevivente da ditadura militar, seguida dos ajustes do neoliberalismo monopolista e privatista, o modelo *novo-desenvolvimentista* ressuscita no Governo Lula como pele de cordeiro sobre as velhas iniciativas macroeconômicas do neoliberalismo após esse perder sua legitimidade nas gestões de Collor e FHC, principalmente pelas medidas de ajuste fiscal que rebateram sobre os direitos sociais e trabalhistas reduzindo-os, além do aprofundamento do

desemprego e aumento da pobreza no Brasil.

Trazido nos ombros das esquerdas populistas, o novo-desenvolvimentismo agora alia o crescimento da economia com a equidade social através das políticas focalizadas e meritocráticas de distribuição de renda, o que o faz ainda mais perverso em relação ao modelo da década de 1950, mas muito mais convincente e encantador aos brasileiros.

Frente a tal inimigo [o modelo anterior neoliberalista monopolista e privatista], o receituário proposto é um Estado forte e que promova o desenvolvimento econômico, amenizando se possível, o sofrimento dos mais vulneráveis, para assegurar uma inserção competitiva na ordem internacional (FONTES, 2010, p.16).

O *desenvolvimento* no governo atual se personificou e assumiu um papel abstrato e mitológico na cena contemporânea - um dos Deuses do Olímpio da Modernidade - que tudo almeja, realiza e se justifica por ele, tomando o lugar - ainda mais ousado - da mão invisível na sobrevivência, expansão e autonomia da economia principalmente na periferia do sistema capitalista onde ele se apresenta como solução aos males do *atraso* e do *subdesenvolvimento*.

E o que desenvolvimento e meio ambiente tem a ver?

Meio ambiente e desenvolvimento se casam e se contradizem.

“Ajude você também a cuidar da natureza! Você pode salvar um mico-leão em extinção ou plantar uma árvore. Comprando produtos ecologicamente corretos e destinando seu lixo para a indústria da reciclagem, você estará fazendo sua parte para salvar o planeta!”

Não tem como fugir, está nas embalagens, propagandas e notícias, cada dia mais forte, no espaço de trabalho e nas escolas, a exigência do zelo pelo meio ambiente faz as pessoas mudarem de hábitos e aderirem a campanha sem questionarem o que é o meio ambiente ou para quem é a preservação, quiçá enxergar a complexidade e a totalidade da questão ambiental.

O capitalismo conseguiu inverter a pressão dos movimentos sociais e ambientalistas sobre a questão ambiental em moda e estratégia de marketing, e transferiu a responsabilidade de reduzir os danos sobre o meio ambiente² para os indivíduos, uma vez que degradações da natureza causada pelos grandes empreendimentos são justificáveis em nome do desenvolvimento do país, principalmente porque eles atualmente se configuram como empreendimento ecologicamente corretos, isto é, promovem o *desenvolvimento sustentável*.

Como a questão ambiental não pode ser empecilho ao crescimento da economia,

² Não estamos desconsiderando aqui as inovações no campo do direito ambiental, no entanto apesar de serem importantes e necessárias, as leis ambientais seguem na lógica do chamado desenvolvimento sustentável, sem questionar a sociabilidade destrutiva do capitalismo ou tampouco regulamentar a diminuição da produção da indústria e o consumo.

cria-se o desenvolvimento sustentável, ou seja, o desenvolvimento do bem, que usa tecnologias menos poluidoras, que compensa os danos ao meio ambiente³, investe e acredita nas pessoas!

(...) a retórica do desenvolvimento sustentável reconverteu o sentido crítico do conceito de ambiente em um discurso voluntarista, proclamando que as políticas neoliberais haverão de conduzir-nos aos objetivos do equilíbrio ecológico e justiça social pela via mais eficaz: o crescimento econômico guiado pelo mercado (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p.60).

Falar de meio ambiente, hoje, é falar na fauna e na flora, na água e no ar. A natureza não é mais reconhecida pelo homem, nem o homem se reconhece nela, pois, ao fragmentar-se o processo de produção a natureza metamorfoseia-se, assim como o homem e as relações sociais – e ele já não a reconhece mais como categoria fundante do ser social, peça fundamental para sua sobrevivência e sim algo externo a ele e estranho, como o produto do seu trabalho o é. A natureza então passa a ser tão alienada quanto o homem nas relações de produção.

Por esse motivo, aliado à força ideológica do desenvolvimento, a forma de vida das comunidades tradicionais que ainda conservam o modo de produção comunal e a relação direta com a natureza no condicionamento dos seus ritos e cultura, é desconsiderada diante da implantação de grandes empreendimentos. Claro que existe também toda uma manipulação midiática que visa ocultar a existência dessas comunidades ou simplesmente exalta os benefícios e inovações trazidos por essas indústrias, mas, além disso, a sociedade já está de tal modo distante da natureza em sua relação mais íntima que não enxerga as implicações da expropriação da natureza no modo de vida das comunidades que constroem outro tipo de relações sociais com ela.

Vale considerar que a lógica do desenvolvimento sustentável contribui para o mito do desenvolvimento da economia e acentua o processo de alienação do homem, do trabalho e da natureza: tratam-se dos produtos mais badalados do modismo da retórica neoliberal/novo-desenvolvimentista.

Para tanto, o presente trabalho objetiva analisar criticamente a expansão contraditória do capitalismo brasileiro e as implicações do projeto desenvolvimentista de governo, levado a cabo historicamente no país, sobre o meio ambiente e o modo de vida das comunidades tradicionais, e os novos e contraditórios determinantes na atualidade. Ademais, almeja refletir acerca da relação homem x natureza e o seu processo histórico de alienação, com ênfase para

³ Princípio legal do poluidor pagador.

a conjuntura de instalação dos grandes empreendimentos bem como sua implicação sobre as comunidades tradicionais, tendo como exemplo a implantação dois grandes projetos no território maranhense: o Pólo Siderúrgico e a Refinaria Premium.

A partir desse objetivo geral foram delimitados os seguintes objetivos específicos:

- Refletir acerca da relação homem-homem, homem-natureza no processo de desenvolvimento histórico das forças produtivas do trabalho social, ou seja, no processo de constituição do ser social, com ênfase para a análise dos seus determinantes no capitalismo;
- Referenciar o processo histórico do *desenvolvimento* brasileiro, especialmente relativo aos projetos desenvolvimentistas no bojo da dialética contraditória do capitalismo dependente;
- Problematizar as contradições dos projetos desenvolvimentistas no país, especificamente na relação das comunidades tradicionais com a natureza e as relações sociais que constroem trazendo como exemplo dois grandes empreendimentos no território do Maranhão;
- Analisar os projetos e suas implicações sobre os modos de vida tradicionais das comunidades atingidas.

Cabe destacar que o tema costuma ser abordado teoricamente sob a luz da economia clássica para justificar a mercantilização da natureza e os métodos quantitativos de mensurar sua degradação. Da mesma forma que é construída para a sociedade uma visão funcionalista da questão ambiental, desprezando sua concepção de totalidade e justificando a atuação focalizada e particularista pelas pessoas, governos e setor privado.

Por outro lado, busca-se fugir também da leitura etnocêntrica que geralmente aparece nos estudos sobre a temática, e apreender esse objeto de estudo a partir da matriz teórico metodológica do materialismo histórico, valendo-se das contribuições do método crítico-dialético, de modo a empreender uma análise capaz de abarcar as múltiplas determinações da relação homem x natureza x desenvolvimento. A escolha da matriz consiste na análise imbricada das relações sociais ancoradas sobre sua relação também com a natureza. Segundo Lukás, Marx “rechaçou, de modo cada vez mais decidido, a tradicional separação entre natureza e sociedade (...), e considerou sempre os problemas da natureza predominantemente do ponto de vista de sua inter-relação com a sociedade.”, isto é, “não se pode considerar o ser

social como independente do ser da natureza, como antíteses que se excluem, o que é feito por grande parte da filosofia burguesa” (LUKÁCS, 1979, p.15;17).

Ao referenciar a relação ontológica entre natureza e sociedade, Lukács (1979) vai analisar que as categorias e as leis da natureza, tanto orgânica quanto inorgânica, constituem uma base ineliminável das categorias sociais, a medida que o ser social “não apenas se desenvolve no processo concreto material de sua gênese a partir do ser da natureza, mas também se reproduz constantemente nesse quadro e não pode jamais se separar de modo completo – precisamente em sentido ontológico – dessa base” (LUKÁCS, 1979, p. 19)⁴.

Compreender a interrogativa do desenvolvimento sobre as comunidades tradicionais, nesse sentido, remete ao processo de desvendar a processualidade típica da sociabilidade capitalista que mistifica e oculta as conexões do ser social com a natureza, pelo caráter alienado que assume o trabalho no capitalismo, pela existência da força de trabalho como mercadoria, bem como as contradições típicas das formações sociais periféricas, nas quais o desenvolvimento constitui um mito e contribui sobremaneira para mistificar e ocultar ainda mais essa relação.

Para tanto, quanto aos procedimentos metodológicos da pesquisa, realizar-se-á a pesquisa histórica-crítica sobre bases teórico-bibliográficas de fontes primárias e secundárias, baseando-se, sobretudo, nas referências de Marx e Marini, e na contextualização regional: Gistelínck, Sant’Ana Junior e Mendonça.

No que se refere ao procedimento de pesquisa, cabe referenciar que a mesma é do tipo exploratória, entendendo que será apenas uma aproximação do tema, uma vez que ele é bastante amplo e há dificuldade de aproximação empírica da pesquisadora com os empreendimentos em questão, bem como a ausência de financiamento para o desenvolvimento da pesquisa de campo e também o curto prazo para realização do TCC.

A hipótese que move essa investigação busca adensar o prisma analítico que referencia a dialética contraditória do desenvolvimento capitalista e suas consequências sobre

⁴ Vaisman e Fortes (2010) esclarecem: "Compreender o ser social em seu sentido preciso implica, pois, considerar a dinamicidade existente entre os complexos que compõem a sua totalidade. Sob esses aspectos, a relação da esfera do ser social com as outras formas de ser, inorgânicas e orgânicas, ganha, no contexto das elaborações lukacsianas, uma relevância inusitada. O salto ontológico representado pelo trabalho, ao mesmo tempo que funda e constitui a sociabilidade, liga-a inelutavelmente à natureza orgânica e inorgânica. O que equivale dizer que o processo de humanização ou de socialização do homem não pode nem poderá mais prescindir das esferas do ser orgânico e inorgânico. Isso constitui para Lukács uma das novidades centrais do pensamento marxiano, pois sua filosofia rechaça a idéia tradicional de separação entre natureza e sociedade. Toma os problemas pertinentes à natureza na sua efetiva inter-relação com a sociedade, portanto, não como antíteses que se excluem mutuamente, mas como inter-relações entre complexos distintos que se formam e se modificam numa relação de determinação reflexiva. Nas palavras de Lukács, ocorre a *dupla determinação de uma insuprimível base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base*" (VAISMAN; FORTES, 2010, p. 24).

a natureza, o trabalho e as comunidades tradicionais, de modo a analisar a natureza na constituição do ser social e a alienação dessa condição nesse processo, particular e principalmente no Brasil do Século XXI em virtude do projeto novo-desenvolvimentista de governo. Nessa perspectiva, pretende evidenciar que o desenvolvimento tal como vem sido praticado e propagado trata-se de um *mito*, pois não implica na melhoria da qualidade de vida da população - ou qualquer dos seus *sinônimos* -, mas justamente no seu contrário, isto é no aprofundamento da miséria e da precarização das condições de trabalho, e particularmente, às comunidades tradicionais, na destruição da base da sua produção e reprodução biológica e social: a natureza.

Esse estudo está organizado em três seções.

Na primeira, apresentaremos uma explanação teórica a respeito do entendimento da natureza na constituição ontológica do ser social e o seu processo de alienação no desenvolvimento das forças produtivas. Após, um breve histórico do desenvolvimentismo no Brasil e sua configuração atual nos moldes do novo-desenvolvimentismo nos Governos Lula e Dilma Rousseff, dando ênfase ao Programa de Aceleração do Desenvolvimento e à Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana, para então focar sobre os projetos Pólo Siderúrgico e da Refinaria Premium I e suas conseqüências sócio-ambientais, especialmente sobre o modo de vida das comunidades tradicionais do entorno.

Por fim, e sob a luz dos princípios éticos-políticos do Serviço Social, espera-se contribuir para a publicização da ofensiva do desenvolvimento que pouquíssimo é veiculada, prevalecendo a omissão e a distorção dos fatos sob a aclamação do *desenvolvimento*, como forma de fortalecer a luta pelos “direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CFESS, 1993). Com isso também ampliar a perspectiva e o debate da natureza no âmbito do Serviço Social, abrindo brecha para novas pesquisas, especialmente sob a perspectiva ontológica no trato das comunidades tradicionais, possibilitando ainda uma discussão da postura profissional frente a essa velha problemática derivada da expansão do capital dependente sob a lógica das políticas desenvolvimentistas sobre as comunidades tradicionais.

1 A NATUREZA E O TRABALHO NA CONSTITUIÇÃO DO SER SOCIAL

É do meio ambiente que o homem tira sua sobrevivência. Essa frase parece óbvia e é muito comentada na onda da proteção ambiental atual, no entanto sob uma ótica diferente da qual queremos apresentar aqui. Não estamos falando da importância de plantar árvores para manter o ar puro, e sim da natureza enquanto elemento fundamental e primordial na formação do homem enquanto ser social, autor de um processo histórico e da transformação teleológica do meio.

É quase como refletir quem veio primeiro: o ovo ou a galinha? Para muitas pessoas é claro que, se existe um processo evolutivo das espécies, a galinha seria fruto de mutações ou seleção natural e teria surgido através de um ovo do cruzamento de outros dois animais que ainda não eram propriamente: a galinha. Da mesma forma, o meio como constituinte dos espaços onde habitam animais instintivos e animais dotados de consciência serve de ponto de partida para o seu desenvolvimento através da interação entre eles.

Nessa seção buscaremos então localizar a participação da natureza no processo de desenvolvimento do homem, de criação da história a partir do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social que só é possível com o movimento de apreensão sensorial da realidade e elaboração da consciência a partir da natureza. O estudo da totalidade é necessário não só para a compreensão da essência da natureza na ontologia do ser social, mas para subsidiar toda a reflexão que se fará nesse trabalho, especialmente a transformação que a concepção de meio ambiente adquiriu ao longo do desenvolvimento das forças produtivas na mesma lógica da alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho.

1.1 A Natureza na Ontologia do Ser Social

Como ponto de partida para o processo de elaboração do pensamento, o homem tem o meio em que está inserido e o que ele disponibiliza para a sua sobrevivência; a realidade posta aos olhos, o concreto real ou sensorial. “Este deve ser entendido de dupla forma: por um lado representando a realidade material, que é o pressuposto do pensamento e que existe antes dele e independente dele” (GERMER, 2007, p. 04). O concreto como categoria do pensamento, formado por inúmeros elementos e determinações abstratas, é apreendido pelos sentidos

biológicos como reflexos do mundo na mente humana dando-lhe uma representação imediata e caótica da realidade.

Num segundo momento as abstrações são organizadas pelo pensamento através de um processo de síntese, elaborando o conhecimento que reunirá as “diversas partes da realidade combinadas em uma totalidade, na qual se articulam de modo definido, não estaticamente, mas dinamicamente ou como processo contínuo”, de modo a formar aquilo que aqui podemos denominar de concreto pensado (*Ibidem*).

Compreender o concreto pode ficar confuso se se perde a noção do movimento dialético que o faz assumir ao mesmo tempo ponto de partida do real e a concepção de realidade já elaborada pelo pensamento, uma vez que parte-se do empírico para elaborar a totalidade e projetar a ação humana no meio a partir dessa concepção. E dessa realidade criada, elaborada, modificada segundo a concepção do homem, apreender o concreto reelaborando seu pensamento, orientando sua prática.

A prática humana direciona-se à satisfação das suas necessidades, primeiramente de sobrevivência, por meio do trabalho. Nele consiste aquilo que diferenciara o homem dos outros animais: a ação teleológica através da formação da consciência. “É exatamente esta função ontológica real que retira de estágio de epifenômeno em que se encontravam as formas da consciência animal totalmente condicionadas pela biologia” (LUKÁCS. *Apud*: NOGUEIRA, 2006, p.147).

A partir e por meio do trabalho, da interação do homem com a natureza de forma consciente e objetiva, projetando uma forma de responder as necessidades e carências do ser social, há a humanização do homem. Para Lukács, o trabalho apresenta-se como a primeira forma do agir humano, que não se resume à transformação da natureza em coisas úteis, mas também possibilita a autotransformação do próprio trabalhador (*Apud*: NOGUEIRA, 2006, p.149). Nas palavras de Marx:

(...) um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX. *Apud*: NOGUEIRA 2006, p.142).

Esse primeiro momento de transformação direta entre o ser social e a natureza, Lukács denomina de pôr teleológico primário. À medida que o modo de saciar das necessidades

primárias é determinado socialmente, amplia-se a relação com os outros seres sociais com o objetivo de cooperação entre os homens e que irá definir-se como a segunda forma de pôr teleológico, denominada de intersubjetiva. O pôr teleológico secundário é mais complexo e desenvolvido, dele oriunda a divisão social do trabalho, a arte, a política, a religião, as regras sociais, através do convencimento do coletivo, da criação de uma consciência de grupo humano (BARROCO, 2006; NOGUEIRA, 2006).

O segundo pôr teleológico, apesar de apresentar-se como mais desenvolvido do que a pura interação do ser com o meio para a sua sobrevivência e constituição do ser social, só é possível com o primeiro. A natureza é um dos três pilares da relação homem-natureza-trabalho na formação ontológica do ser social, como se refere Willian Petty, “o trabalho é o pai, mas a mãe é a terra” (*Apud*: MARX, 19??, p. 50).

O processo de trabalho que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com a fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre homem e a natureza, é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. Não foi por isso necessário tratar do trabalhador em sua relação com outros homens. Bastam o homem e seu trabalho, de um lado, a natureza e seus elementos materiais, do outro (*Ibidem*, p. 208).

Sobre o modo como os homens interagem com o meio para a satisfação de suas necessidades – as distintas bases materiais de produção – está baseada a diferença entre os momentos históricos. “Por ser consciente, o homem age teleologicamente; transforma suas necessidades e formas de satisfazê-las em novas perguntas” alimentando um processo contínuo de aprimoramento da sua capacidade de respondê-las (BARROCO, 2006, p. 27). Cada fase do processo histórico de desenvolvimento produtivo incorpora e supera o anterior, aprimorando as forças produtivas do trabalho social, complexificando os modos de produção e as relações sociais que se desenvolvem a partir dele. Segundo Marx (19??, p.204), através dos meios de trabalho é possível “medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicar as condições sociais em que se realiza o trabalho”.

O modo através do qual os homens produzem seus viveres dependendo, em primeira mão, da própria constituição dos viveres encontrados na natureza e daquele a serem produzidos. Esse modo de produção não deve ser observado apenas sob o ponto de vista que faz dele a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito antes, uma forma determinada de expressar sua vida, sua forma de vida determinada do mesmo. Assim como os indivíduos expressam sua vida, assim eles também são. O que eles são coincide com sua produção, tanto com o que produzem, quanto com o como eles produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 2007, p. 42)

Forças produtivas e relações sociais permanecem em constante e recíproca interação, desenvolvendo dialeticamente a história, enquanto esses dois processos dialogam harmonicamente há a determinação de uma época. Quando forças produtivas começam a esbarrar nas relações sociais há um período de transição na história. A natureza acompanha as metamorfoses do modo de produção e das relações sociais por ser parte integrante desse processo, ora metamorfoseada nos meios de produção, ora na apreensão da realidade pelo homem.

O sujeito passa, então, a dominar o objeto. Opera-se, em consequência a dessacralização de sua visão de natureza (ou do mundo). A produção é o processo pelo qual a forma da natureza resulta alterada, e através dela a sua unidade – o homem é também natureza – se realiza. A atividade humana para garantir suas necessidades naturais (comer, por exemplo) ou socialmente determinadas (como se locomover a longa distancia) muda a forma da matéria, e nesse sentido a sociedade cria a natureza. A matéria em si nunca é criada ou destruída; ela é mudada em sua forma. Assim se dá a produção, ou a dominação, da natureza. Logo, é ela socialmente produzida, assim como seu significado social também é: o trabalho que transforma a matéria muda, por sua vez, a maneira como o trabalhador vê a natureza. Portanto, a visão de mundo vai sendo modificada em decorrência das mudanças na relação do homem com a natureza, na busca da satisfação de suas necessidades ou dos interesses da classe dominante (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 39).

1.2 Autonomização das forças da natureza e do trabalho social como corpo estranho que o domina.

Nos estágios pouco ou nada desenvolvidos, a relação homem e natureza é imediata, ele se apropria dos recursos disponíveis pelo meio para sua sobrevivência através dos seus próprios membros, fazendo da natureza extensão inorgânica do seu corpo órgão:

A universalidade do homem manifesta-se na prática nessa universalidade que torna toda a natureza seu corpo inorgânico, como meio direto de vida e como matéria, objeto e instrumento da sua atividade. A natureza é corpo inorgânico do homem, quer dizer, a natureza enquanto não é o corpo humano. O homem vive da natureza, isto é, a natureza é o seu corpo, e ele precisa manter um diálogo contínuo com ele se não quiser morrer. Dizer que a vida física e mental do homem está ligada à natureza significa simplesmente que a natureza está ligada a si mesma, pois o homem é parte da natureza (MARX. *Apud*: FOSTER, 2005, p. 107).

O trabalho se dá de forma artesanal e o homem “se alimenta da caça e da pesca, da criação de animais ou no máximo da agricultura” (MARX; ENGELS, 2007, p. 45).

A natureza vai ditar a rotina e os processos de trabalho segundo seus ciclos e, por essa relação com o homem ainda não estar alienada pelas relações sociais tipicamente capitalistas, ela ocupa o lugar do sagrado na cultura dessas comunidades.

(...) em Marx há uma unidade – e não identidade – da natureza com a história, isto é, com o homem. E é com base no conceito de natureza que Marx constrói a teoria científica. Natureza separada da sociedade não faria sentido. Ela é inserida no contexto das estruturas que a sociedade cria para possibilitar sua própria existência. (...) Assim, nos primórdios da história humana, o homem encontra-se absolutamente identificado com a natureza. O objeto (natureza externa) domina o sujeito (trabalho): o homem está à mercê da natureza externa. Nesta condição, não é difícil compreender a sua concepção de natureza como algo sagrado (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 38).

Num segundo estágio, há a coletivização das necessidades humanas bem com o princípio da cooperação para satisfazê-las. As necessidades primárias tomam novas proporções e delas surgem outras necessidades que não podem ser satisfeitas apenas com a simples coleta dos recursos naturais, mas com a produção de ferramentas que satisfarão – e produzirão – novos anseios. O homem passa interagir com outros homens para a produção material que “fundamenta-se na propriedade comum dos meios de produção”; apesar do trabalho grupal, ela ainda é individual e independente em todo o seu processo, cada um é responsável por todas as suas etapas da produção (MARX, 19??, p. 383). A relação do homem com a natureza começa a se distanciar com a intervenção da ferramenta, que é também natureza, num primeiro processo de produção. Esse objeto de trabalho, acrescenta Marx, “faz de uma coisa da natureza órgão de sua própria atividade, um órgão que acrescenta a seus próprios órgãos corporais, aumentando seu próprio corpo natural” (*Ibidem*, p. 203).

A organização da comunidade e a divisão do trabalho seguem as atribuições dos papéis familiares, especialmente ligadas ao sexo e a idade; e a única relação de poder emanava da religião, ainda muito associada às entidades representativas da natureza.

Com a evolução das técnicas de trabalho e produção material, as comunidades começam a se distinguir em sua organização e modo de sustento, principalmente com o aprimoramento das ferramentas metálicas e da agricultura. Os grupos que então se caracterizaram por pastores, pescadores, agricultores ou artesãos passam a trocar os produtos dos seus trabalhos o que exigirá a delimitação da propriedade privada. “O advento da propriedade privada em forma de rebanhos de gado e artigos ociosos levou à troca entre indivíduos, à transformação dos produtos em mercadorias” (ENGELS. *Apud*: EATON, 1965, p.15). Agora muito mais do que a sobrevivência diária, há a necessidade da produção de excedentes para a troca, ou seja, a produção para o outro, a criação do valor-de-uso social

(MARX, 19??).

O produto destinado à troca denominar-se-á, mercadoria, elas são elaboradas para, de algum modo, satisfazer as necessidades do homem, logo, são dotadas de valor-de-uso, que nessa relação se constituirá como valor-de-troca. O valor da mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializada no seu valor de uso e pelo tempo despendido para a sua produção. Logo, tudo aquilo que tem valor-de-troca, tem também valor-de-uso, mas não necessariamente o que tem valor-de-uso, é mercadoria. É o que ocorre com o consumo do produto do próprio trabalho ou dos elementos da natureza (Marx, 19??, p.48).

A possibilidade do aumento da acumulação de mercadorias por meio do crescimento da produção incentiva também o domínio de outros territórios e as relações de apropriação do trabalho do outro para si próprio, como a escravidão. No Brasil, por exemplo, no momento em que a parte ocidental do planeta vivia o ápice das relações mercantilistas e do acúmulo de riquezas, sua colonização foi motivada pela busca de novas fontes de matéria-prima, pedras e minerais preciosos e, para isso houve o saque das civilizações consideradas *primitivas*, e o uso das forças de trabalho escrava negra e indígena na produção.

A distinção entre as comunidades por ramo produtivo impulsionou também o início da separação entre campo e cidade, sendo a cidade espaço de concentração do comércio, gérmen no desenvolvimento das manufaturas.

As manufaturas, estimuladas pelo poder da troca através da possibilidade de aumento da produção, começam a se desenvolver com o aperfeiçoamento da técnica e da ferramenta e com a fragmentação do trabalho do artesão. Num mesmo processo de produção participam trabalhadores com habilidades diferentes em etapas distintas e sequenciais de um mesmo produto, “o resultado do trabalho de um é ponto de partida para o trabalho do outro” (MARX, 19??, p. 396). Logo, o trabalhador não mais o desenvolve do início ao fim, mas se especializa em uma parte específica de sua produção “e a sua totalidade é executada pela união desses trabalhadores parciais” (*Ibidem*, p.387). “A operação continua manual, artesanal, dependendo, portanto, da força, da habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual ao manejar seu instrumento” (*Ibidem*, p.389), mas agora sob a mediação de uma terceira pessoa que detém os meios de produção, o poder de criação e de determinação do trabalho coletivo, e que compra a força de trabalho, esse, Marx denominará capitalista. Desta forma:

O homem de saber e o trabalhador produtivo se separam completamente um do outro, e a ciência em vez de permanecer em poder do trabalho, em mãos do trabalhador para aumentar suas forças produtivas em seu benefício, colocou-se contra ele em quase toda a parte. O conhecimento torna-se um instrumento que pode separar-se do trabalhador e opor-se a ele (THOMPSON. *Apud*: MARX, 19??, p. 414).

Sendo o trabalhador, então, acessório da oficina do capitalista e do trabalho dos colegas.

“Todo o processo de produção, entretanto, exige certos manejos simples que qualquer ser humano é capaz de realizar” (MARX, 19??, p. 401). Não se exige mais a formação em um ofício, como o artesão que, tradicionalmente, transmitia-a a seus aprendizes, o que reduz ao capitalista os custos com a força de trabalho.

As ferramentas, por sua vez, são, segundo Marx, “todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural [e] constituem objetos de trabalho, fornecidos pela natureza” (19??, p. 203). A matéria-prima transformada para auxiliar na produção, como extensão da força de trabalho e do corpo do homem, antes de serem ferramentas, são também produtos da natureza adaptada pelo homem para o trabalho. Nesta fase, mais aprimoradas à cada especificidade das etapas de produção, acompanham a parcialização do trabalhador, distanciam-se do seu processo primário de constituição – e do seu criador – e entram no processo produtivo como apenas – e já – ferramentas.

Portanto, a divisão do trabalho quebra a liberdade de criação do homem e o desenvolvimento das suas potencialidades; e o escraviza a uma parcela fragmentada do processo de produção, distanciando-o também da relação com a matéria-prima e com sua própria natureza. “A especialização das qualificações leva a destruição de toda e qualquer imagem de totalidade” (LUKÁCS. *Apud*: MESZÁROS, 2002, p. 861).

O superdesenvolvimento das ferramentas, suscitado pela necessidade de aumento da produção combinado a um menor tempo, economizando com a força de trabalho, bem como a criação de uma força produtiva coletiva, maior do que a força produtiva individual de um único homem, na relação com a natureza e com seus pares, através da cooperação, dá origem à maquinaria industrial⁵. Segundo Marx (19??),

(...) seu estreito fundamento técnico, ao atingir ela [a manufatura] certo estágio de desenvolvimento, entrou em conflito com as necessidades de produção que ela mesmo criou. Uma de suas obras mais perfeitas foi a oficina para produção de ferramentas e ainda dos mais complicados aparelhos mecânicos que já eram aplicados em algumas manufaturas (MARX, 19??, p. 422).

⁵ A maquinaria é forma de produzir mais-valia quando reduz o tempo de trabalho socialmente necessário, visto que mais-valia é o valor que o trabalhador cria, subtraído do valor da sua força de trabalho, ou seja, é valor de trabalho não pago ao trabalhar, apropriado pelo capitalista. Ademais, a máquina, por dispensar as tarefas mais árduas aos trabalhadores, permite o emprego da força de trabalho feminina e infantil, barateando o seu valor uma vez que o divide - o valor de trabalho necessário para a manutenção do trabalhador, logo também a sua família - entre todos os seus integrantes. Desta forma aumenta também a exploração do trabalhador e consumo, por exigir dupla jornada de trabalho e a compra de produtos industrializados para substituir o trabalho doméstico na sua manutenção, antes realizado pelas mulheres e crianças no ambiente do lar.

Logo, se “na manufatura o ponto de partida para revolucionar o modo de produção é a força de trabalho, na indústria moderna, o instrumento de trabalho”, as ferramentas já não são mais do homem, mas instrumentos de um mecanismo (*Ibidem*, p.424). “O numero de ferramentas com que opera simultaneamente a maquina-ferramenta emancipa-se, desde o início, da barreira orgânica que a ferramenta manual de um trabalhador não podia ultrapassar” (*Ibidem*, p.427). A máquina incorpora a força motriz, que antes era humana, e suas ferramentas, e desenvolve um maior numero de atividades num menor espaço de tempo, conservando o valor do produto (valor-de-uso), aumentando o valor-de-troca pela maior produtividade e dispensando grande parte dos gastos com força de trabalho.

“A revolução industrial se apodera primeiro (...) da ferramenta e deixa para o ser humano, no começo, a função puramente mecânica de força motriz, ao lado do novo trabalho de vigiar a máquina e corrigir os seus erros” (*Ibidem*, p.427). No entanto, antes mesmo do aprimoramento da maquinaria, elementos naturais, como o vento, a água e animais de tração, já desempenhavam a função de força motriz que o homem agora ocupa, logo, ele é substituível e imperfeito, ao passo que os grandes mecanismos de produção se desenvolvem e adquirem um movimento cada vez mais uniforme e contínuo.

Se a ferramenta já se constituía em um distanciamento do homem da natureza num momento em que ela já não era mais a produzida por ele próprio para o desempenho do seu trabalho, quando máquinas produzem máquinas e absorvem, também as ferramentas, há um estranhamento do homem com a própria ferramenta, uma vez que a máquina o comanda e o domina no processo de produção. Se antes as ferramentas eram extensão do seu próprio corpo, assim como os elementos da natureza e instrumentos derivados dela, agora homem e ferramenta se perdem no processo de trabalho e se confundem a medida que aquele é apenas extensão do maquinário, externo ao processo.

A produção mecanizada encontra sua forma mais desenvolvida no sistema orgânico de máquinas-ferramentas combinadas que recebem todos os seus movimentos de um autômato central e que lhe são transmitidos por meio do mecanismo de transmissão. Surge, então em lugar da máquina isolada, um monstro mecânico que enche edifícios inteiros e cuja força demoníaca se disfarça nos movimentos ritmados quase solenes de seus membros gigantescos e irrompe no turbilhão febril de seus inumeráveis órgão de trabalho (MARX, 19??, p. 435).

A máquina o domina assim como todo o processo de trabalho. “O trabalhador entra no processo de forma desigual, uma vez que os meios de trabalho não lhe pertencem, o processo de trabalho é fragmentado e parcializado, não lhe permitindo se apropriar da

totalidade do processo nem desenvolver suas habilidades de forma multilateral” (BARROCO, 2009, p.33).

O homem perde a noção do fruto do seu trabalho e da sua participação do processo de produção da riqueza social. O produto do seu trabalho “se converte em objeto alheio, em propriedade do outro” (MARKUS. *Apud*: BARROCO, 2009, p.32) e o trabalhador se torna uma mercadoria como as outras que produz. O trabalho e seu produto aparecem ao operário como algo que existe independente e superior a ele; algo desagradável que o limita a atividades operacionais e repetitivas, impede sua liberdade criadora e da mesma forma que reduz sua rotina à rotina de trabalho e a sua vida apenas à subsistência. Se pelo trabalho há o desenvolvimento da sociabilidade do homem, da sua consciência, da universalidade e da liberdade, pelo trabalho nos moldes capitalistas essas capacidades são negadas, e, se essas são categorias edificantes do homem como ser social, então o homem, através do trabalho alienado, desumaniza-se. “No trabalho alienado, ao invés de se reconhecer como sujeito, o homem se desconhece; ao invés de se realizar ele se perde” (BARROCO, 2009, p.33).

Durante o desenvolvimento das forças produtivas, o domínio do homem sobre a natureza também se fragmenta assim como toda a sua compreensão do mundo e da realidade, que se limita a parcialização e focalização da totalidade.

A natureza se descaracteriza no processo de produção, chegando ao trabalhador como um insumo para a produção e não como base do desenvolvimento do trabalho, categoria fundante do ser social e peça fundamental para sua sobrevivência. O homem já não reconhece mais a natureza na matéria-prima do seu trabalho, tão pouco nas ferramentas, ou no seu produto. O homem enxerga a natureza como peça decorativa do seu espaço artificial, como relíquia que deve ser preservada para que as gerações futuras, conservadas de modo distante das relações humanas sob a forma de parques de proteção ambiental e zoológicos. Percepções que são reforçadas pela ideologia que mantêm o modo de produção, como forma a legitimar o seu desenvolvimento e a expropriação da força humana de trabalho e dos recursos naturais para o aumento da acumulação das riquezas sociais, como iremos abordar melhor mais adiante. A natureza passa a ser tão alienada quanto o homem nas relações de produção.

1.3 Mecanismos do Sociometabolismo do Capital

A base de acumulação do sistema capitalista consiste em apropriar-se da riqueza

alheia, isto é, na forma de mais-valia, o capitalista toma para si a maior parte da produção do trabalhador, pagando-lhe apenas o suficiente para a sua subsistência e reprodução. Essa forma de funcionamento do sistema é autodestruidor, pois, na medida em que a acumulação aumenta, o trabalhador empobrece, pondo em cheque as bases de manutenção do sistema: o poder de consumo e a força de trabalho do homem. Nisso consiste a primeira contradição do capital. Da mesma forma, a natureza é apropriada como matéria-prima no processo produtivo sem ser considerada mercadoria, isto é, sem lhe representar custos, o que possibilita o aumento da taxa de lucro e a superexploração – segunda contradição do capital.

“A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 19??, p. 579), mas o são – bases da acumulação – na medida em que o capital não precisa pagar por eles e “no afã de produzir mais e a menores custos, é levado a explorar de forma degenerativa suas fontes de lucro, solapando, com o tempo as bases de sua própria sustentação” (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p.191). “Primeira e a segunda contradição [logo] são intrinsecamente entrelaçadas”, no entanto, enquanto que a primeira gera uma crise de superprodução, a segunda uma crise de custos (MINGIONE. *Apud*: MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 202).

Desta forma, o sistema capitalista é insustentável em seu metabolismo e encontra-se num constante e cíclico processo de crises e construção de mecanismos para se manter. Logo, a crise ambiental vivida no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas é, na verdade, uma crise estrutural do modo de produção travestida de uma crise setorial e passageira, que será resolvida com medidas pontuais e instantâneas, atacando a poluição e a devastação ao invés da base material; e encontra meios de fazer crer que ela está sob controle, como através das leis, políticas ambientais e da mídia. As ditas *externalidades*, por exemplo, são instrumentos ideológicos de fragmentação da crise do sistema e de transferência dos custos sociais – inerentes ao modo de produção – para a sociedade.

O conceito de *externalidade* foi atribuído pelas escolas de economia neoclássicas para as conseqüências negativas do modo de produção capitalista, algo por nós já conhecida como expressões da *questão social*, mas aqui mais especificamente nas conseqüências nítidas e focalizadas⁶ sobre o meio ambiente, como a poluição de um rio. Logo, as *externalidades* representam gastos que o sistema não quer incorporar à produção para não baixar a taxa de

⁶ Deve-se lembrar aqui que não é interessante ao capital apresentar as esferas da vida social e do funcionamento do modo de produção sob a visão da totalidade, como forma de reduzir a “questão social” a meras expressões, de forma a apresentá-las como esporádicas, pontuais que podem estar sob controle.

lucro. A denominação das *externalidades* visa delimitar as conseqüências do capital sobre o meio ambiente⁷, a fim de facilitar os meios de corrigi-las ou compensá-las, atribuindo-lhe a idéia de reversível ou controlável, dissociando-a de qualquer idéia de crise estrutural, mas sim, um problema pontual, desta ou daquela empresa. A delimitação da questão ambiental em *externalidades* possibilita também, na medida em que a concretiza, atribuir-lhe um valor dentro das relações. É bom deixar claro que se trata de teorias econômicas comprometidas com o desenvolvimento capitalista e por isso, elas serão explanadas aqui de maneira muito breve, apenas para apresentar como o capital e sua processualidade destrutiva sobre os recursos naturais permeiam nosso cotidiano de forma a legitimar essa possibilidade: de atribuir valor monetário à natureza.

Oras, se o valor é atribuído a partir do tempo de trabalho socialmente necessário à produção, como é possível atribuir valor a matéria que antecede a transformação do homem pelo trabalho?

“A economia ambiental neoclássica parte do pressuposto de que toda *externalidade*, isto é, todo recurso ou serviço ambiental não incluído no mercado, pode receber uma valoração monetária convincente: estabelecer valor para o que o mercado não considera” (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 93). A atribuição do valor sobre os recursos naturais, desta forma, é aplicado sobre a degradação como a forma de internalizar as *externalidades* à indústria, por meio da compensação, restauração ou de multa, isto é, o valor que a indústria não paga pelo consumo da natureza, ela paga na compensação pela sua degradação, digamos que é um imposto necessário à exploração. Todavia, esse custo é repassado ao produto final como forma de socializá-lo e manter a taxa de lucro do capital. É o mesmo princípio usado pelas políticas sociais, que repassam o custo da reprodução da força de trabalho, como os encargos trabalhistas, de saúde, de educação – não internalizado pelo capital – à população. A justificativa desse pressuposto está no preço que a população deve pagar pelo desenvolvimento da tecnologia e dos bens de consumo, e pelo do conforto que lhe proporciona, além do meio ambiente ser definido constitucionalmente como um bem coletivo e de interesse difuso, logo, cabendo a toda sociedade zelar por ele.

Esse princípio é claramente observado no Direito Ambiental, inclusive o brasileiro. Através dos princípios do poluidor-pagador, por exemplo, a indústria paga pelo dano causado à natureza ou a uma população por ventura diretamente afetada, como forma de compensar os

⁷ Entende-se aqui o meio ambiente como todos os componentes que extrapolam a natureza e seus elementos bióticos e abióticos, mas toda a complexidade de relações que o compõe, incluindo as relações sociais e o homem em si.

prejuízos, ou como traz Montibeller-Filho (2008), como forma de negociação entre o agente poluidor e a parte afetada para suportar a degradação:

Suponha uma empresa obrigada a reparar ou compensar o dano ambiental que causa. Haverá um ponto de equilíbrio entre o valor que deverá pagar e sua escala de produção, o que estabelecerá um “nível de poluição ótimo” (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 96).

O princípio do poluidor pagador pode apresentar-se de três maneiras: através da recuperação ou compensação da degradação; do pagamento de impostos ou multas; e da compra do direito de poluir em bolsa de valores⁸.

Os meios de se atribuir valor à natureza são encontrados também no direito de propriedade, onde se atribui a propriedade privada sobre os elementos da natureza como forma de responsabilizar alguém pelo seu cuidado – ou ausência dele – e ainda possibilitar a negociação entre os proprietários, visto que a degradação de uma parte implicará necessariamente no desequilíbrio de outra, isto é, culminará na cooperação dos capitalistas na manutenção da natureza como forma de gerenciar e evitar atritos.

Há outras formulações econômicas com o objetivo de valoração da natureza, a fim de aliviar os conflitos de interesses do modo de produção capitalista, mas que não vêm ao caso aprofundar, como a análise dos fluxos físicos de energia e de materiais da produção, o método da valoração contingencial, o benefício/custo (B/V), dentre outros.

Assim, temos o conceito de *externalidades* como um exemplo de instrumento ideológico e político do perverso mecanismo sociometabólico do capital na sua manutenção, gerido pelo Estado.

O Estado tem historicamente seu papel de mediador de interesses a partir do surgimento da propriedade privada, hoje claramente de apaziguador dos conflitos inerentes ao sistema produtor de mercadorias, “estrutura de comando político de grande alcance do capital” e “deve ser entendido como parte integrante da própria base material” (MÉSZÁROS, 2009). Dele é a função de incentivar – ou não deixar retroceder – a taxa de lucro do capital por meio da socialização das condições gerais de acumulação, isto é, dos custos sociais⁹; de

⁸ Dois pesquisadores do centro de ciências e meio ambiente de Nova Delhi, Agarwal e Narain consideraram que a partir do nível do dióxido de carbono absorvível pela vegetação e pelos oceanos dividido pela população mundial ter-se-ia o nível de emissão per capita sustentável. Propuseram então que cada país passasse a ter direito a uma cota de emissão igual ao número de seus habitantes multiplicado por este nível tolerado de emissão por pessoas. O país que estivesse abaixo do nível poderia vender a parte da cota não utilizada àqueles acima dela (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p.100). Segundo o autor, o Brasil não utiliza esse princípio nas suas diretrizes legais.

⁹ Os custos sociais são os gastos inerentes ao processo produtivo capitalista, e não incorporados ao processo de produção, e sim socializados; logo, constituem a base da sua acumulação. São exemplos, as políticas sociais como a educação e a saúde, e os encargos trabalhistas. Nas palavras de Gottdiener, “o processo capitalista produz

suprir, ou suplementar as necessidades básicas de reprodução da força de trabalho através das políticas sociais, uma vez que o salário do trabalhador não dá conta da sua subsistência. Além de garantir a instalação da infraestrutura pública necessária ao desenvolvimento do capital e nessa, incentiva a produção ao ser o Estado também consumidor¹⁰. É o que acontece com o Programa de Aceleração do Crescimento que investe em infraestrutura urbana, energética e logística para alimentar a indústria e escoar a produção, mas com um caráter de interesse público, como o atual Programa de Urbanização de Favelas e o Programa Luz para Todos.

Em todas essas questões, o papel totalizador do Estado moderno é essencial. Ele deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital sobre as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo. Além do mais, o Estado deve assumir a importante função de comprador/consumidor direto em escala sempre crescente. Nessa função, cabe a ele prover algumas necessidades reais do conjunto social (da educação à saúde da habitação e manutenção da chamada “infra-estrutura” ao fornecimento de serviços de seguridade social) (MÉSZÁROS, 2002, p.110).

Conforme a crise se agrava, o Estado deve inovar nos mecanismos de sua absorção, num movimento dialético com o capital. O Estado é, pois, gestor das contradições e do desenvolvimento das forças produtivas, apesar de configurar-se apenas como apoio do capital, uma vez que esse é, por si só, “seu próprio sistema de comando, de que a é parte integrante a dimensão política, ainda que de modo algum parte subordinada” (MÉSZÁROS, 2002, p.124).

O Estado como instrumento ideológico, por outro lado, deve disseminar a idéia de que o desenvolvimento das forças produtivas está intimamente relacionado ao aumento das vagas de emprego, do acesso aos bens e serviços, ao crescimento do poder de consumo e à melhoria na qualidade de vida, o que para Montibelle-Filho (2008) caracteriza-se como a “fetichização da taxa de crescimento econômico”. Aliás, hoje essa é a única idéia que se faz no senso comum, uma vez que ele não tem a real compreensão do processo produtivo e que o tal *desenvolvimento* está na verdade relacionado à produção, e, de modo algum, na diminuição da exploração da força de trabalho. Logo, a idéia de desenvolvimento que permeia a sociedade é positiva e desejável, especialmente porque remete a grandes investimentos feitos em *momentos gloriosos* da política nacional, como no desenvolvimento industrial de Getúlio Vargas ou na implantação da indústria automobilística de JK, mesmo que grande parte da população não tenha tido acesso às inovações, a idéia de modernidade e da possibilidade do

custos externos que toda a comunidade tem de suportar” (*apud* MONTIBELLER-FILHO, 2008, p.191).

¹⁰ Lembrando que os investimentos são financiados pelos impostos pagos pelos trabalhadores – os múltiplos tentáculos da exploração.

Brasil chegar aos índices de primeiro mundo, os ditos *países desenvolvidos*, enchia a população de satisfação e a motiva até hoje.

Por outro lado o Estado deve também “ocultar as origens e os efeitos do risco ecológico para transmitir para a sociedade que a crise ambiental está controlada” (LEITE; BELCHIOR, 2009, p.57).

(...) o direito ambiental acaba por exercer uma função meramente figurativa na sociedade de risco, operando de forma simbólica diante das necessidades de uma efetiva proteção ambiental. Essa manifestação representativa do sistema jurídico-ambiental cria a falsa impressão de que existe uma ativa e completa assistência ecológica por parte do Estado. Com isso, produz uma realidade fictícia, na qual a sociedade é mantida confiante e tranqüila em relação aos padrões de segurança existentes (LEITE, 2011, p.155).

A partir de meados da década de 1960, a discussão em torno da preservação ambiental começa a fazer parte das agendas dos Estados e capitalistas, primeiramente devido a pressão da sociedade civil em especial dos novos movimentos sociais; mas principalmente porque o mercado acorda para o risco do agravamento da crise com a possibilidade da escassez dos recursos naturais. O debate é incorporado na América Latina na década de 1980, época marcada pelo nascimento do mais novo artifício do sistema em estágio de crise ambiental: o *desenvolvimento sustentável*. O conceito de *desenvolvimento sustentável* foi criado em 1987, pela Comissão Brundtland e, dentre outros ajustes, ressalta a responsabilidade dos Estados no enfrentamento da crise ecológica:

Torna-se cada vez mais aparente a necessidade de reformulação dos pilares de sustentação do Estado, o que pressupõe inevitavelmente a adoção de um modelo de desenvolvimento apto para o estabelecimento de uma política fundamentada no uso sustentável dos recursos naturais (LEITE; BELCHIOR, 2009, p.58).

No Brasil, por exemplo, a Política Nacional de Meio Ambiente incorpora em seus objetivos a “preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico (...)”¹¹

O *desenvolvimento sustentável* aparece então, como um dos mecanismos ideológico e práticos de para amenizar os sintomas de preocupação da sociedade em relação à crise ambiental, fazendo crer que é possível conciliar o crescimento da economia e a exploração da natureza com a sua preservação - uma exploração inofensiva. De carona, incorpora a ilusão do respeito ao trabalhador e da melhoria da qualidade de vida da população, constituindo assim num ideal de busca da eficácia econômica, social e ambiental, num conceito bastante amplo e

¹¹ Lei 6.938, art. 2 de 31 de agosto de 1981.

vago (MONTIBELLER-FILHO, 2008). Como o próprio autor organiza¹²:

Princípios do novo paradigma de desenvolvimento sustentável e equitativo:

- Integrar conservação da natureza e desenvolvimento;
- Satisfazer as necessidades humanas fundamentais;
- Perseguir equidade e justiça social;
- Buscar autodeterminação social e respeitar a diversidade cultural;
- Manter a integridade ecológica. (*Ibidem*, p.54).

Os mecanismos de reestruturação do capital são tão bem arquitetados que, além de fazer-se acreditar que é possível conciliar exploração e preservação, ele transfere para a sociedade a co-participação na preservação ambiental e na destinação dos resíduos – especialmente os sólidos – para a indústria da reciclagem como alternativa à não diminuição do consumo e meio de aliviar a consciência das pessoas que *fazem sua parte* separando o lixo. Ainda, através do incentivo ao consumo dos produtos ditos *ecologicamente corretos*, o mercado aproveita para, através da moda, superlucrar em produtos supostamente diferenciados por serem menos nocivos ao meio ambiente, ou no seu processo de produção, ou no seu descarte, alimentando também o ciclo capitalista das inovações tecnológicas.

(...) a força do “ecomarketing” está fazendo surgir um modismo de lançamento de produtos que utilizam a ecologia como argumento de venda, porém não são mais do que maquiagem para conquistar uma população ávida pela preservação ambiental; por exemplo: “ecopneu”, assim chamado apenas porque seu uso no automóvel possibilita reduzir em 5% o consumo de gasolina; “ecoprédio”, apenas porque faz um melhor aproveitamento da luz natural (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p.183).

Sobre isso podíamos pensar ainda até que ponto as tecnologias ditas *limpas* ou *ecologicamente* corretas não incentivam também o aumento da produção. Se, se pode produzir com menos gastos de matéria-prima e consumo de energia eliminando, por vezes, menos rejeitos, porque então não contrapor como o aumento da produção, mesmo porque, investir em novas tecnologias exige uma elevação de custo que não deve representar, entretanto, uma queda da taxa de lucro.

O *desenvolvimento sustentável* é contraditório também ao pensarmos que, a idéia de *desenvolvimento* geralmente está relacionada à melhoria da qualidade de vida e lembrarmos que na sociedade do capital ela está intrinsecamente ligada ao aumento da produção e do consumo, podemos concluir que *desenvolvimento* e *sustentabilidade* ambiental seguem em sentidos opostos e são incompatíveis com a idéia de acompanhamento da equidade e justiça

¹² Os princípios do desenvolvimento sustentável são fruto da Conferencia Mundial da União Internacional pela Conservação da Natureza (IUCN), realizada no ano de 1986, em Ottawa, Canadá.

social. O que segundo Layrargues (1997) torna o desenvolvimento – sob a lógica ideológica – impraticável em níveis universais, pois levaria o planeta a um “colapso”, como elucida Trainer: “se a atual produção mundial de energia fosse compartilhada com igualdade, os EUA teriam que viver com apenas 1/5 da quantidade que consomem *per capita* anualmente (Apud: LAYRARGUES, 1997, p. 06).

Portanto há uma contradição ineliminável na sociabilidade capitalista, dado que “produtividade e destrutividade são inseparáveis, posto que a tecnologia é desenvolvida para que o capital possa se apropriar da totalidade dos recursos humanos e materiais do planeta” (MÉSZÁROS. Apud: MOTA; SILVA, 2009, p.41).

2 DIALÉTICA DO (SUB)DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO

Como vimos na seção anterior, o Estado é responsável por absorver a crise do sistema capitalista e suas conseqüências, a fim de manter crescente a taxa de lucro e constante o desenvolvimento do sistema. Logo, nesta seção abordaremos de maneira breve a retórica do desenvolvimento no âmbito da modernização capitalista do Brasil, com o objetivo de observar e refletir os *níveis de desenvolvimento* atingido pelo país ao longo das investidas *desenvolvimentistas* e de que desenvolvimento refere-se o discurso do Estado – subentendido aqui o seu casamento com o setor privado – à população brasileira.

A implantação de atividades industriais no Brasil seguiu o movimento comum aos países *subdesenvolvidos*, dependentes das economias centrais, quando essas entram em crise. Historicamente as crises no centro da acumulação mundial acabam forçando os países de economia agrário-exportadora a realizarem um programa de substituição de importações, investindo em atividades industriais internamente.

A expansão capitalista-imperialista sobre os países da América Latina – e dentre eles o Brasil - atravessou o processo de desenvolvimento histórico desses países desde a chamada colonização. Quando, em busca do aumento de artigos para comércio e para o acúmulo de capitais - que precedeu a revolução burguesa e a revolução industrial - fez com que, Portugal e Espanha, que eram países de economias centrais na Europa, vissem nos territórios com populações consideradas inferiores a possibilidade de desenvolver seus sistemas comerciais. Durante os séculos XV e XVI, navios europeus desembarcaram nas costas indianas, africanas e posteriormente nas terras americanas se apossando de tudo o que lhes representasse lucro. Nas terras recém *descobertas e menos, ou tão pouco desenvolvidas*, “os ‘conquistadores’ tiraram os índios das suas terras, mataram seus chefes, violaram suas mulheres, destruíram sua cultura e fizeram a todos escravos” (NOVAES; RODRIGUES, 1983, p.27). A colonização da América Latina então, desde o seu início, representou se não – e somente – um mecanismo de desenvolvimento do capital das metrópoles. Além da intensiva extração mineral e vegetal dos insumos tropicais para alimentação da população e das manufaturas européias; da exploração da força de trabalho escrava indígena e mais tarde africana; as colônias européias na América Latina tornaram-se importantes consumidores da produção da metrópole como forma de garantir-lhe o escoamento e de continuidade no processo de acumulação. Esse é um processo que permanece até os dias atuais, visto que só é possível o desenvolvimento se houver o subdesenvolvimento, isto é, só se acumula capital nas economias ditas

desenvolvidas se houver de onde expropriá-los. “El subdesarrollo en el Brasil, como en todas partes, resulta del desarrollo del capitalismo” (FRANK, 1987, p. 149). Logo:

O fato das nações latino-americanas terem sido plasmadas a partir da sua inserção no mercado capitalista mundial, como economias mercantis produtoras de bens de exportação, evidencia que, embora subdesenvolvimento e desenvolvimento possam parecer processos independentes, são processos constitutivos de uma mesma lógica de acumulação capitalista em escala global, qualitativamente diferenciados e ligados tanto pelo antagonismo como pela complementaridade (PAIVA; MIRELLA; CARRARO, 2010, p. 151).

Mesmo com a independência política desses países, os laços entre os países de economias centrais e periféricas mantiveram metamorfoseando-se, sempre seguindo a mesma lógica de expropriação das riquezas destes e de aprofundamento das desigualdades.

A exportação de produtos primários – com baixo valor agregado – e a importação de produtos manufaturados ou industrializados – com alto valor agregado – gera o intercâmbio desigual, ou melhor, o desenvolvimento desigual. Nessa idéia baseiam-se as orientações da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), cujo diagnóstico do subdesenvolvimento foi dado na década de 1950. Segundo a CEPAL a diferença no desenvolvimento dos países de economias centrais e dos de economias periféricas encontra-se na disparidade do emprego de tecnologia na produção o que faria os primeiros detentores de uma “tecnologia estendida por todos os setores de forma similar – homogênea e diversificada” agregar maior valor ao produto, enquanto que os segundos concentrariam o pouco da tecnologia em um determinado setor em detrimento de todos os outros, o que Transpadine e Stedile (2005) vão caracterizar como heterogênea e especializada. Considerando que, historicamente, os países subdesenvolvidos exportam os produtos primários ou de pouca inovação tecnológica e importam os artigos de maior emprego técnico dos países desenvolvidos, há um desfalque nas balanças comerciais, ficando os primeiros sempre em desvantagem em relação aos segundos, que por outro lado aumentam a concentração de capitais e a possibilidade de reinvestir em tecnologia através desse sistema, alimentando um constante processo de aprofundamento das desigualdades entre os dois blocos. Logo, a CEPAL propunha o incentivo à industrialização dos países *atrasados*, a substituição das importações e a diversificação da produção como formas de superação da desigualdade competitiva e da subordinação às economias centrais, tendo o Estado como o “executor do desenvolvimento” e promotor do bem estar social por meio de reformas de base, especialmente de geração de renda e reforma agrária com vistas a ampliação do mercado interno nacional. Outra instrução sinalizada pela CEPAL foi a “interiorização da indústria e a

sua relação com agricultura”, a fim de descentralizar o desenvolvimento do país e frear o êxodo rural e o desemprego (TRANSPADINE; STEDILE, 2005, p. 26). Seguindo o ideal cepalino, os governos da década de 1950 promoveram o desenvolvimento da indústria no Brasil, no entanto:

(...) na prática, até hoje não foi possível comprovar a totalidade do receituário cepalino. Se, por um lado, foram implementadas políticas de cunho nacionalista nos países economicamente mais desenvolvidos da América Latina, por outro lado, no interior de cada um desses países, não funcionou a implementação de um Estado do bem-estar social que conjugasse as reformas estruturais com as políticas econômicas essenciais (TRANSPADINE; STEDILE, 2005, p. 26).

Observaremos a partir de agora como procedeu a dualidade dos eixos produtivos no Brasil numa linha histórica do *desenvolvimento das suas forças produtivas*, especialmente no que concerne a *industrialização*¹³ – ou desindustrialização – do país.

2.1 O Controverso Processo de Industrialização do Brasil

Quando as economias dos países centrais entram em crise, em virtude do movimento essencialmente contraditório do capitalismo, fecham seus mercados para as importações dos países periféricos e esses, como forma de adiar os impactos da crise, voltam-se para o desenvolvimento interno, seja forçando o consumo interno da própria produção através do aumento do crédito e da redução dos impostos sobre a produção, seja por meio da criação de programas de desenvolvimento que mantém a economia aquecida, como atualmente observa-se através do PAC e do Programa Brasil sem Miséria, mas que já foram estratégias de outras administrações em épocas de crise econômica internacional como o primeiro ciclo de industrialização do país, com Getúlio Vargas e o Plano de Metas de Juscelino.

Desse modo, os primeiros passos da industrialização no Brasil são frutos da I Guerra Mundial, quando o país é coagido a substituir as importações em função do contexto de recessão internacional. Mas foi com a crise de 1929 que o país foi obrigado a desenvolver a indústria interna como forma de absorver os impactos da crise. A crise de 29 foi causada pela

¹³ Iremos nos referir à industrialização brasileira como a inserção da indústria nos eixos produtivos do país, isto é, às atividades industriais. É importante fazermos essa observação, pois fazemos coro com a análise de Marini (2000, p. 139) “empregamos o termo industrialização para designar o processo através do qual a indústria, empreendendo a mudança qualitativa global da velha sociedade, caminha no sentido de se converter no eixo da acumulação de capital. É por isso que consideramos que não se dá um processo de industrialização no seio da economia exportadora, apesar de se observarem nela atividades industriais”

superprodução da indústria norte-americana que já não era mais absorvida nem pelo seu mercado interno, nem pelo mercado internacional. Nessa época o Brasil ainda era essencialmente agroexportador de café e sendo os Estados Unidos um dos seus principais consumidores, a venda do café no país despencou levando muitos cafeicultores a falência. A crise da cafeicultura causou também o enfraquecimento das oligarquias e da estrutura política que sustentava a República Velha, abrindo brecha para o fortalecimento de uma nova classe dominante, tendo como grande representante – e oposição ao esquema político na época – Getúlio Vargas.

Getúlio Vargas candidato da recentemente criada Aliança Liberal compunha a coligação representante do Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais, oposição ao sistema Café com Leite formado por São Paulo e Minas Gerais. A Aliança Liberal apresentava um programa de reformas que incluíam os direitos trabalhistas, voto secreto e incentivo a industrialização, o que o caracterizava como um governo populista. Contudo, nas eleições de 1930, a Aliança Liberal foi derrotada para o candidato da oligarquia paulista, Júlio Prestes. Revoltadas, as lideranças mineiras, rio grandenses e paraibanas, acusavam a vitória de Júlio Prestes de fraudulenta. Instala-se um o clima de revolta no país reforçado pelo assassinato de João Pessoa, candidato a vice-presidente pela Aliança Liberal, que desencadeia uma guerra civil no Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais e Paraíba, chegando ao Rio de Janeiro com a deposição do presidente Washington Luis e a entrega do poder a Getúlio Vargas, chefe político do processo que ficou conhecido como “Revolução de 1930”.

A Era Vargas foi marcada por grandes mudanças no país, a nascente burguesia industrial se estabiliza no poder em associação com os latifundiários e os velhos grupos comerciais, ao mesmo tempo em que inaugura um esquema particular de relações com a classe trabalhadora. A população urbana aumenta rapidamente em relação a do campo na fuga da decadência da agricultura e na busca de emprego nas fábricas; surge uma considerável massa operária que vai exigir o reconhecimento de direitos sociais.

As transformações que se operam na estrutura econômica nesse período se expressam, socialmente, no surgimento de uma nova classe média, isto é, de uma burguesia industrial vinculada ao mercado interno e de um novo proletariado, que passam a pressionar aos antigos grupos dominantes para obter um lugar próprio na sociedade política (MARINI, 2000, p. 12).

Getúlio Vargas governa agradando a burguesia e aos operários, colocando o “governo como juiz supremo dos conflitos entre patrões e empregados” com concessões sociais, especialmente em relação à legislação trabalhista – com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT –, como o direito a férias remuneradas, o salário mínimo, a jornada diária máxima de

oito horas, a estabilidade no emprego e a proteção ao trabalho das mulheres e crianças, desta forma mantinha as massas trabalhadoras controladas, evitando conflitos e revoltas, e tranqüilizava os empresários que viam no governo “uma garantia da ordem pública e estabilidade social” (COTRIM, 1997, p.118).

Essa aliança era possível porque, propondo um amplo programa de expansão econômica, a burguesia abria perspectiva de emprego e de elevação do nível de vida para a classe operária e para as classes médias urbanas, criando assim uma zona de interesses comuns que tendiam a expressar-se politicamente em um comportamento homogêneo. Essa tendência será acentuada pela burguesia através do manejo das diretivas sindicais (...) e pelo impulso que deu às *idéias nacionalistas, que permitiram exercer um controle ideológico sobre as massas* (MARINI, 2000, p. 14 - grifo nosso).

As iniciativas sociais do período getulista visaram também à preparação e domesticação da força de trabalho para os setores em expansão, como o Serviço Social do Comércio (SESC), do Serviço Social de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Social de Aprendizagem Industrial (SENAI) (PEREIRA, 2007).

Apesar de focar o desenvolvimento da economia brasileira no incentivo ao desenvolvimento de atividades industriais, Getúlio Vargas tentou conter a crise do café através da compra e queima dos estoques em depósitos do governo até a estabilização do seu preço, da proibição de novas plantações durante três anos e do estímulo à diversificação da produção agrícola, com a plantação de algodão, cana-de-açúcar, óleos vegetais e frutas tropicais. Como apoio à industrialização do país, aumentou os impostos para importação e diminuiu-os sobre a indústria interna e fundou empresas estatais de atuação na indústria de base, como a siderurgia e mineração, fundamentais no subsídio o desenvolvimento industrial. Desta forma, funda em 1941 a Companhia Siderúrgica Nacional e a construção da Usina de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, para a produção de aço e em 1942 a Companhia Vale do Rio Doce, para a exploração de minério de ferro em Minas Gerais (COTRIM, 1997).

Além da sua imagem populista, o governo de Getúlio consagrou-se pela idéia do nacionalismo econômico. Segundo ele, era “preciso atacar a exploração das forças internacionais” para que o país conquistasse sua “independência econômica” (VARGAS. *Apud*: COTRIM, 1997, p. 124). Na verdade, as idéias de desenvolvimento e nacionalismo muitas vezes são ideologicamente apresentadas como sinônimos em uma das estratégias de legitimação de grandes investimentos¹⁴, como comenta THOMÉ (1993, p. 39): “nesses casos,

¹⁴ A intenção aqui não é entrar num debate político-conceitual entre nacionalismo e desenvolvimentismo, mas apenas demonstrar como as duas idéias podem estar ligadas dentro da ideologia e da legitimação do

o nacionalismo ou desenvolvimentismo, cuja referencia sempre era a idéia de nação, lhes dava a legitimação enquanto emprestava a condição de ‘res pública’”. No governo de Getúlio, as investidas desenvolvimentistas relacionadas ao nacionalismo esboçavam nesse período o germe de um projeto de nação, em disputa no seio da luta de classe. O compromisso político construído no governo de Getúlio fez com que esse projeto se desenvolvesse de modo complementar as atividades agroexportadoras até 1950, quando o crescimento constante do setor industrial começa a colidir com os interesses das oligarquias agrárias do país. Com as sucessivas mudanças políticas, os investimentos passaram a camuflar-se sob uma confusa imagem nacionalista, como ocorre hoje com a empresa Vale, no imaginário popular perpetua seu conceito de empresa nacional, principalmente com sua logomarca em verde e amarelo e *slogans* como: “a Vale é do Brasil”, mas de capital totalmente estrangeiro.

O *nacionalismo* de Vargas foi representando especialmente pela criação da PETROBRAS e a soberania nacional na exploração do petróleo brasileiro, o que desagradava aos grupos ditos “internacionalistas” que, apoiados pelo governo dos Estados Unidos, defendiam a abertura da economia do país ao capital estrangeiro. Também apelidados de “entreguistas” pelos nacionalistas, eram acusados de quererem “entregar as riquezas do país à livre exploração estrangeira” (COTRIM, 1997, p.124). Em 1952, além da Petrobrás, Getúlio Vargas foi responsável pela criação da Eletrobrás – monopólio estatal sobre a energia elétrica –, do Plano Nacional de Estradas, do Fundo Nacional de Eletrificação e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE (atual BNDES) (PEREIRA, 2007; MARINI, 2000).

O retorno da crise do café em 1954 e o dispêndio de recursos necessários à atividade industrial para pagar os estoques e garantir o lucro dos plantadores coloca a burguesia industrial e as elites agroexportadoras em conflito, processo que culmina com o suicídio de Getúlio em 1954, fechando um período de governo que marca a eclosão das contradições que historicamente vinham se criando no desenvolvimento econômico do país¹⁵. Com a morte de Getúlio, os governos que se seguiram para complementar seu mandato buscaram retomar o

desenvolvimento. O nacionalismo no Brasil tem um caráter meramente ideológico por ser um país de economia dependente, isto é, estar distante da possibilidade de concretizar um nacionalismo revolucionário, de fato.

¹⁵ Segundo análise de Marini: “O fato básico a considerar é que a indústria nacional se expandiu graças ao sistema semicolonial de exportação que caracterizou a economia brasileira antes dos anos 30 e que essa indústria não sofreu limitação ou competição sensível em virtude das condições excepcionais que haviam criado a crise de 1929 e o conflito mundial. O compromisso político de 1937 tivera por base essa realidade objetiva. Por volta dos anos 50 a situação muda. *Enquanto a indústria se empenha em manter altos os tipos de câmbio, o que a leva a se chocar com o setor agroexportador, cujos lucros ficavam assim diminuídos, este setor já não pode oferecer à indústria o montante de divisas que lhe proporcionava em outros tempos. Pelo contrário, muitas vezes era necessário que, através da formação de estoques generosamente pagos, o governo garantisse os lucros dos plantadores e exportadores, estoques que, na verdade, correspondem à imobilização de recursos necessários à atividade industrial.*” (MARINI, 2000, p. 17, grifo nosso).

modelo político-econômico convencional com o abandono dos grandes projetos progressistas e *nacionalistas* e a abertura da economia nacional para o capital estrangeiro, principalmente através da Instrução 113, que “dava facilidades excepcionais ao ingresso de capitais estrangeiros, na medida em que permitia que as máquinas e equipamentos introduzidos no país por empresas estrangeiras não tivessem cobertura cambial, exigência que se mantinha para as empresas nacionais” (MARINI, 2000, p. 19). O presidente eleito, apesar de pertencer à mesma coligação de Getúlio manteve a participação do capital internacional, não só pela introdução de empresas multinacionais que logo dominaram a produção de cigarros, eletrodomésticos, automóveis, produtos químicos e farmacêuticos, entre outros, como também, através do financiamento de grandes obras públicas especialmente na construção civil, que compunham o Plano de Metas, dando continuidade à estratégia de amenização da crise econômica já praticada por Getúlio.

(...) quase a totalidade dessa soma [de investimentos e financiamentos] se destinou às atividades de infra-estrutura e à indústria leve e pesada e que grande parte, de difícil estimação, desses capitais veio associada a empresas nacionais, das quais, procedendo assim, se aproveitaram da facilidades criada pela Instrução 113 para a importação de equipamentos sem cobertura cambial (MARINI, 2000, p. 21).

O Plano de Metas se constituía em estratégia de amenização da crise por incentivar a indústria e o consumo da força de trabalho, era formado por 31 objetivos de governo dentre os quais: investimento nas áreas de produção de energia como as hidroelétricas de Furnas e Três Marias e a ampliação da produção de petróleo que saltou de 2 milhões de barris para 5,4 milhões; implantação da indústria automobilística que produzia trezentos mil veículos por ano com 90% das peças fabricadas no Brasil e construção de estradas com a abertura de 20 mil quilômetros de rodovias; além da construção de Brasília (COTRIM, 1997, p.127).

Na década de 50, durante o governo Kubitschek: destaque para a retórica internacionalista que reforça a implantação de um novo padrão de investimento do capital externo no Brasil, devido ao término da reconstrução das economias devastadas pela guerra e a competição entre os países industrializados em busca de novos mercados. Como é dado observar, a meta econômica permanece prioritária. Centrado nela, o governo acalenta ambições mais amplas, como a de atrair o capital estrangeiro para o país, consolidando assim o capitalismo dependente (PEREIRA, 2007, p. 132).

Dentre os 20 mil quilômetros de estrada encontra-se a rodovia Belém-Brasília, encabeçada pela Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), uma agencia fundada sob o governo de Vargas para pensar e planejar o *desenvolvimento* amazônico e sua integração à *economia nacional*. Segundo Thomé (1993, p. 50), a rodovia

Belém-Brasília inaugura a fase dos ditos “Grandes Projetos” para a Amazônia que após 1964, segundo o autor, tornam-se uma “verdadeira obstinação” do governo no discurso de promoção da modernidade.

Além do aumento da dívida externa e a desnacionalização da indústria brasileira¹⁶, o desenvolvimento de JK trouxe o agravamento do êxodo rural e dos problemas urbanos (COTRIM, 1997), mas encantou o país com a sua *modernização*¹⁷.

A participação do capital externo no financiamento da indústria interna, bem como a continuidade na compra dos estoques de café e na destinação de parte dos lucros da produtividade urbana para a agricultura proporcionava uma trégua entre os setores industrial e agroexportador, tendo em vista adiar a crise econômica e política que se estabelecera em 1954. Por outro lado, as condições de miséria a que era mantida a população rural do Brasil tensionava os interesses da indústria por diminuir o consumo interno dos seus produtos e porque o aumento da produtividade industrial estava obstaculizado se a agricultura continuasse a produzir eminentemente para o setor externo: seria necessário que a produção da agricultura se voltasse para o consumo interno da população, pois a partir do modelo agroexportador ocorria o encarecimento do custo de vida da classe trabalhadora. Por esse motivo a necessidade por reforma agrária passa a fazer parte da agenda das lutas políticas no campo, que se agudizam a partir da década de 1960. Além da agudização da luta política no campo nesse período, a disputa no seio da burguesia entre a burguesia industrial e a oligarquia agrária ocasiona o aumento do custo de vida, determinada principalmente pela alta dos preços dos produtos alimentícios. Tal elevação do custo de vida coincide com a aceleração do grau de organização sindical da classe operária na cidade.

O desenvolvimento econômico, que o país experimentou desde a segunda década do século, o havia levado a uma crise que fora possível contornar em 1954, graças ao insuficiente grau de agudização das contradições que continha. Nos primeiros anos da década de 1960, no entanto, essas

¹⁶ Esse processo que denominamos “desnacionalização da indústria brasileira” refere-se ao fracasso do projeto de desenvolvimento nacional esboçado com Getúlio. Em verdade esse projeto – essencialmente contraditório no curso do desenvolvimento capitalista brasileiro – só seria viável a partir da radicalização política e da realização da reforma agrária. Esse também não foi um processo protagonizado por JK, mas construído historicamente e do qual o suicídio de Getúlio foi a primeira expressão e a Instrução 113 um importante passo. Nos termos de Marini: “Por este meio [refere-se à Instrução 113], a burguesia industrial tomava uma posição frente à crise que havia surgido no setor externo. Pressionada pela escassez de divisas, que ameaçava com um colapso de todo o sistema industrial, a burguesia aceitava a concessão de divisas necessárias à superação dessa crise por parte dos grupos estrangeiros, concedendo-lhes em troca uma ampla liberdade de ingresso e de ação e renunciando, portanto à política nacionalista que se havia esboçado com Getúlio. As condições especiais da economia norte-americana, mais do que nunca necessitava de novos campos de investimento, garantiam o acordo.” (MARINI, 2000, p. 19)

¹⁷ A abertura da economia para as importações norte-americanas foi um dos traços mais marcantes para a população da modernização de JK, especialmente por representarem uma aproximação com o *glamour* estadunidense.

contradições assumiam um caráter muito mais grave não somente do ponto de vista das relações externas, como pretendem muitos, mas também desde as oposições que se haviam desenvolvido dentro mesmo da sociedade. À cisão vertical que opunha a burguesia industrial ao setor agroexportador e aos grupos estrangeiros, em 1954, somava-se, agora, horizontalmente, a oposição entre as classes dominantes como um todo e as massas trabalhadoras da cidade e do campo. (MARINI, 2000, p. 29)

Além disso, a política externa de Janio Quadros desagradou as diferentes frações da burguesia, ao estabelecer relações comerciais com a América Latina, além de manifestar simpatia pela Revolução Cubana, normalizar relações com países socialistas e enviar missões à China e África.

Goulart sucedeu a Janio Quadros na tentativa de controlar a crise econômica e política que vinha se agudizando. A partir de uma política de liderança de massas, a burguesia creditava nele suas esperanças de conter o avanço popular e parte importante do movimento organizado dos trabalhadores, acreditavam na possibilidade de construção de uma Frente Popular, com um programa de desenvolvimento sócio-econômico e promessas de reformas de base a fim de aumentar o consumo interno e incentivar a indústria internamente.

Esse governo tinha como missão, do ponto de vista da burguesia, reestabelecer as condições necessárias à rentabilidade dos investimentos, isto é, deter a tendência à queda que acusava a taxa de lucros. A longo prazo, isto significava ampliar o mercado interno, através de uma reforma agrária que, enquanto não desse resultados, se compensaria com a ampliação do mercado externo buscado pela política externa. A curto prazo, tratava-se de disciplinar o mercado existente, contendo o movimento reivindicativo das classes assalariadas. Isto é, que trazendo o selo de um governo popular, exigia-se que o governo de João Goulart tivesse uma atuação impopular, reprimindo as reivindicações das massas (MARINI, 2000, p. 39).

Tal conjuntura somou-se a radicalização política, a extensão dos movimentos de massas e a polarização cada vez maior que se criava no seio da luta de classes. Goulart, “sentindo que a terra se movia sob seus pés, tentou voltar-se para a esquerda” (MARINI, 2000, p. 43), proclamando medidas de políticas sociais no setor urbano e agrário, além da nacionalização de refinarias de petróleo privadas e a tentativa de criação de uma política externa independente quando indica “medidas restritivas de financiamento nacional dos investimentos estrangeiros e da remessa de lucros para o exterior” (*Ibidem*, p. 57) o que generaliza o conflito a todo o setor externo da economia, ademais da disputa política internamente, provocando o governo norte-americano e o faz somar esforços ao setor industrial estrangeiro, à burguesia industrial interna – angustiada com as pressões populares – e às oligarquias agrárias – receosas da reforma agrária – para derrubar Goulart. Com o golpe de 1964, instala-se a ditadura militar.

2.1.1 A Reorganização da Classe Dominante e a Intensificação da Dependência Político-econômica

João Goulart não conseguiu manter satisfeitas as frações classistas do Brasil e abalou o acordo estabelecido desde a década de 1930. Para a burguesia, deixou de representar um governo forte, principalmente na contenção das revoltas populares, colaborando para que ela – que antes apostava na sua ascensão e fortalecimento através de Goulart – se unisse às demais parcelas dominantes para manter sua margem de lucro, como explica Marini (2000):

O fato de que a burguesia brasileira, finalmente, aceitou o papel de sócio menor em sua aliança com os capitais estrangeiros e decidiu intensificar a capitalização, rebaixando ainda mais o nível de vida popular e concentrando em suas mãos o capital disperso na pequena e média burguesia, tem sérias implicações políticas (MARINI, 2000, p. 47).

A ditadura foi a estratégia, então, de reorganização do acordo entre as elites dominantes e restabelecimento do comando e das regras do jogo de interesses, ao mesmo tempo, a oportunidade de concretização do imperialismo norte-americano como forma de desafogar o desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos, especialmente através da exportação de capitais, de tecnologias obsoletas, escoamento da produção e da superexploração.

O Brasil que já dispunha de grandes reservas de matéria-prima, algum grau de industrialização e equipamentos, força de trabalho abundante e barata, só necessitava de um governo autoritário o suficiente para conter as manifestações populares, sobretudo dos trabalhadores e manter baixas as remunerações, bem como que facilitasse a entrada e circulação do capital externo. O regime militar vem cumprir esse propósito.

(...) a política de estabilização financeira do atual governo quer criar uma oferta de mão-de-obra mais abundante, baixando assim o seu preço e, ao mesmo tempo, procura “racionalizar” a economia, liquidando a competição excessiva que produziu em certos setores a expansão industrial e favorecendo, portanto, a concentração do capital em mãos dos grupos mais poderosos (MARINI, 2000, p. 47).

O período militar caracterizou-se pela grande abertura econômica e valorização do capital externo – em continuidade à política internacionalista de Juscelino – e pelo amplo beneficiamento às “grandes empresas, tanto nacionais como estrangeiras, especialmente aquelas dedicadas à indústria pesada” e de fomento à indústria bélica, como forma de maior inserção da economia nacional ao mercado internacional, ao passo que “tornou-se praticamente intolerável a situação para a pequena e a média indústrias, vinculadas à

produção de bens de consumo e não duráveis” (*Ibidem*, p. 63). Exemplifica ainda Marini, com base nos dados lançados pelas Diretrizes de Governo de Costa e Silva (1967), a indústria de base, constituída pelo “complexo mecânico, metalúrgico, metalúrgico-elétrico, material de transporte e químico” apresentou um crescimento “da ordem de 25% sobre o ano anterior”, enquanto que a indústria manufatureira, como a calçadista, têxtil e alimentícia seguiu no sentido contrário revelando uma queda de produtividade.

Com o objetivo de planejar o desenvolvimento da indústria de base no país e as vias de integração político-econômicas, foram criados planos, como o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), em 1968, por Costa e Silva que irá inaugurar o período do “milagre econômico” que atinge seu auge no governo Médice (1970 à 1973). Neste mandato, por sua vez, implanta-se o I Plano de Desenvolvimento Nacional (IPND), casado à ele, o Plano de Integração Nacional (PIN) com o objetivo de descentralizar as áreas produtivas no Brasil e *levar o desenvolvimento* para as regiões mais isoladas do país, como a região amazônica através da construção das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Perimetral Norte e do Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA). Por último, lança-se o II Plano de Desenvolvimento Nacional, no governo Geisel (1974 à 1979) (PEREIRA, 2007; COTRIM, 1997).

Neste período, a ideologia do desenvolvimento “se alicerçou numa exacerbação do consumismo, necessariamente implicando num extraordinário dispêndio de recursos naturais e particularmente de energia” (THOMÉ, 1993, p. 62). Investiu-se na expansão das indústrias de bens de produção como aço, cobre, artigos bélicos, equipamentos e maquinário através de grandes obras nos setores de mineração e produção de energia elétrica. O investimento na política energética massiva, neste período, fez “a capacidade energética instalada no Brasil elevar-se mais que o triplo, passando de 5.787 MW para 17.675 MW entre 1967 e 1976” (BOA NOVA. *Apud*: THOMÉ, 1993, p.63) com a construção, principalmente de grandes hidrelétricas como: Itaipu, Balbina, Sobradinho, Tucuruí. A política energética justificava-se, pelo governo, sobre a crise do petróleo, uma vez que 80% do petróleo consumido no Brasil eram importados. Por outro lado, quase metade das receitas das exportações era utilizada para pagar o petróleo importado, esgotando as finanças públicas para custear os investimentos, o que exigia novos empréstimos e engordava a dívida externa (COTRIM, 1997). A política energética visou suprir também os grandes projetos de mineração que exigem alto potencial energético, tanto através de hidrelétricas, quanto de termoelétricas e do carvão vegetal, no entanto, sempre sobre a prerrogativa de abastecimento da população. A política econômica adotada no período militar rendeu ao Brasil a fama de “ilha de prosperidade”, mas apenas nos

aspectos econômicos, já que nos indicadores sociais observava-se a enorme acentuação da concentração de renda, do desemprego e da pobreza, como traduz bem Thomé (1993):

A estabilidade relativa do regime instalado se alcançou através da aliança entre militares, burguesia e classes média e da colaboração de um modelo de desenvolvimento que afastou qualquer possibilidade de surgimento de uma política favorável às classes populares e suas reivindicações. (THOMÉ, 1993, p. 35).

O governo justificava os grandes projetos – também chamados, pejorativamente, “obras faraônicas”¹⁸ – como instrumento de combate ao constante crescimento da pobreza, instalando-se sem qualquer consulta pública, e por vezes, nem mesmo da administração regional, e travestiam-se sobre as idéias cepalinas, vigentes até o golpe de 64, sendo “utilizadas de forma reduzida ou manipulada pelos interesses *nacionalistas* dos militares” (TRANSPADINI; STEDILE, 2005, p. 27 – grifo nosso). Além do mais o financiamento das grandes obras foi possível - além dos empréstimos internacionais – devido às estratégias de poupança forçada no incremento da capacidade extrativa do Estado que muitas vezes apareciam como benefícios aos trabalhadores como a criação do FGTS, do PIS e PASEP e outros mecanismos como jogos de azar, loteria esportiva, loteria federal (THOMÉ, 1993; PEREIRA, 2007).

A região amazônica foi um dos principais alvos das investida de desenvolvimento do país através dos grandes empreendimentos, sobretudo com a retórica de integração e reordenamento do território nacional para a superação do subdesenvolvimento. Com isso, é criada, em 1966, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição à SPVEA com o objetivo de promover o *desenvolvimento da economia* na região da Amazônia Legal - especialmente com o investimento em infraestrutura para fomentar a indústria - extrapolando a área de abrangência da região norte e cobrindo um espaço territorial equivalente a 57,4% da área total do Brasil. Juntamente, é criada a “Operação Amazônica” como o objetivo de constituir pólos de desenvolvimento estimulando a imigração, investimentos privados, “promovendo desenvolvimento de infraestrutura e pesquisas sobre o potencial de recursos” (THOMÉ, 1993, p.52). Como exemplos da exploração e do desbravamento científico na região, só na porção do Grande Carajás – região entre Pará, Maranhão e Goiás, como abordaremos melhor na próxima seção – na década de 70, empresas como Alcoa, Alcan, Shell, Brascan, Patiño, Mitsui, Mitsubischi, Nippon Steel intalaram-se para a exploração mineral e fundaram grandes empresas de pesquisa como, por exemplo, as

¹⁸ Os projetos de grande envergadura desenvolvidos pelos governos militares são chamados de “obras faraônicas” pelo descompasso que há entre o tamanho dos gastos e impactos, e a sua real necessidade, segundo Cotrim (1997, p. 140) são “consideradas não-prioritárias por causa das grandes carências sociais do país”.

empresas de pesquisa da Royal Dutch Shell: Mineração Rio Xingú, Mineração Rio Caruá, Mineração Jauaperi, Mineração Iriri e Mineração Nhamundá (GISTELINCK, 1988).

A política de incentivos fiscais teve grande ampliação em 1966, através da lei nº 5.174, que concedeu isenção de 50% do imposto devido até 1982 àqueles que investissem na agricultura, pecuária, serviços básicos (...). Essa medida elevava para 100% a isenção para aqueles que investissem em projetos na Amazônia. Dentro dessa política, a SUDAM aprovava de outubro de 1966 a abril de 1969, 239 projetos, sendo 123 agropecuários e 116 industriais (CARDOSO; MILLER, 1978. *Apud*: THOMÉ, 1993, p. 52).

A “Operação Amazônica” concedeu ainda crédito para aquisição de terras às grandes empresas, que segundo Mendonça (2006, p.23), permitiu certo “negócio da China”, pois além do governo financiar a compra das próprias terras, isentava-as de todos os impostos inerentes a essa transação. A venda desmedida dos territórios amazônicos foi beneficiada – e reforçou – a Lei de Terras¹⁹ “que tornava as terras devolutas acessíveis apenas por meio de compra, e mesmo aquelas ocupadas pelos povos indígenas ou posseiros eram tidas como ‘livres’ e dispostas no mercado de terras” (MENDONÇA, 2006, p.24; GISTELINCK, 1988). Desta forma, as medidas de ocupação eram pensadas de modo a não permitir o acesso do pequeno agricultor e outras populações que sobreviviam pela produção de subsistência ao direito à propriedade e garantir que a aquisição das terras gerasse o acúmulo de capitais. Ao lavrador, sem nenhum amparo legal, ou órgão de promoção da agricultura familiar e, menos ainda, de vontade política – acrescido ainda da violência rural histórica que acompanha os estados do norte e nordeste do país – resta a ocupação precária no entorno das cidades onde se instalam os empreendimentos ou da capital em busca de trabalho. Mendonça (2006) resume bem o significado da “Operação Amazônia”:

(...) teve o fiel propósito de reservar terras para formação de latifúndios onde se pretendia cultivar monoculturas e/ou formar pastagem para o gado; a despeito de um colossal contingente de camponeses, cujas técnicas de produção baseavam-se no trabalho familiar e no uso de baixa tecnologia, mas que não dispunham de documento, nem de capital suficiente para compra das terras, muito menos de estrutura empresarial ou política que garantisse o acesso aos vultosos fundos administrados pela SUDAM, disponíveis para empréstimos (*Ibidem*, p. 25).

Essa dinâmica ao mesmo tempo chocava e reforçava aos fluxos migratórios atraídos pela propaganda de emprego nas grandes indústrias e pelas iniciativas para colonização dos vazios demográficos amazônicos, como o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA) e a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

¹⁹ Lei nº 2.979 de 17 de junho de 1969.

Milhares de nordestinos em fuga da seca ou expulsos pela concentração de terras em suas regiões, somados às famílias camponesas do sul e principalmente do sudeste retirados pelo crescimento do agronegócio, dirigiram-se à Amazônia, onde encontraram realidade não muito diferente da qual fugiam. A situação de êxodo rural, composição de acampamentos e o fortalecimento de movimentos a favor da reforma agrária, forçou o governo a destinar 2,2 milhões de quilômetros quadrados no entorno da estrada Transamazônica, além de extensões entorno da Cuiabá-Santarém com o discurso de colonização social (HALL, 1991). O fato é que:

(...) os migrantes, sem o apoio necessário do poder público, não conseguiram se fixar em suas parcelas de terra. Em cada empreitada mal sucedida, buscavam novas áreas para começar uma ‘nova aventura’. Novamente, sem a certeza que encontrariam amparo governamental. Neste contexto, a migração não reflete um processo de deslocamento espontâneo dos segmentos sociais, e sim a caracterização de uma dinâmica de ‘mobilidade forçada’ que vai ao encontro dos interesses da expansão do capitalismo nacional (formação de mão-de-obra) e atende ao projeto do governo de povoar a fronteira, esvaziando as pressões políticas e demográficas nas áreas de transformação onde o processo de modernização da agricultura se deu de forma acelerada (SANTA’ANA JÚNIOR 2005. *Apud*: MENDONÇA 2006, p. 28).

No mais, o governo militar entregou, no seu ato de *devolução do poder aos civis*, uma dívida externa gorda; inflação com índices recordes que superavam a cifra de 200% ao ano; desemprego e queda dos salários, como demonstra o valor do salário mínimo que ao final da década de 1980 era quatro vezes menor do que no início da década de 1960, não ultrapassando o valor de 50 dólares; concentração da renda, como demonstra Cotrim (1997, p.144), que “em 1960, a metade mais pobre da população tinha 17,4% da renda no Brasil, passando, em 1990, a ter 10,4%”; e como observado acima, a enorme concentração de terra, corroborado pelos dados de que em 1967, em todo o Brasil, “36% das propriedades rurais tinham menos de 10ha, ocupando apenas 2% da área cultivada” do país; “em 1978, o número de propriedades com menos de 10ha caiu para 28% (...) e a área ocupada caiu para 1%, enquanto que as terras com mais 10.000ha cresceu no mesmo período de 16% para 25% do total da área cultivada” (GISTELINCK, 1988, p.51). Os setores onde houve algum *avanço* ou *modernização* foram as áreas de comunicação, infraestrutura, transporte e energia, no entanto a duras custas da população.

Ao golpe seguiram-se 21 anos de ditadura militar, que retomou e ampliou a experiência da ‘modernização sem mudanças’ num plano ainda mais exacerbado: mais intensos foram os níveis de modernização, como também mais impressionante foi a permanência tanto da concentração da renda e da riqueza, quanto do subdesenvolvimento – isto é, da dependência. (PAULA,

2005, p. 29)

Fizemos essa breve recapitulação histórica para termos uma noção de como os mecanismos de controle da crise se estruturam num país de economia periférica e como eles são jogados nas relações que existem entre os setores dominantes da economia brasileira, para poder compreender que o contexto atual é uma complexificação dos acordos entre esses atores e como ele se apresenta para a população brasileira.

Se no início da industrialização do país o capital internacional entra na economia através da importação dos equipamentos e no governo de Kubitschek essa participação extrapola os financiamentos da indústria, das obras públicas e a instalação de empresas multinacionais, que acabam por dominar a produção interna de vários produtos básicos, na ditadura militar a economia brasileira é completamente aberta aos investimentos internacionais em todos os seus âmbitos – principalmente através dos empréstimos –, mas de alguma forma ainda conserva a predominância da gestão estatal em muitos dos empreendimentos. Os governos que se seguiram pós-ditadura militar, ditos democráticos, vêm para abrir a economia ao mercado financeiro e acabar com os vestígios nacionais, privatizando as empresas e os serviços públicos; e concretizar o Brasil como campo de exploração para o desenvolvimento do capital internacional, retrocedendo inclusive no seu estágio de desenvolvimento industrial e sem sequer o acompanhamento de qualquer reforma de base ou política social que não o assistencialismo paternalista e arrebanhador de votos.

2.1.2 Democracia: A Reedição do *Desenvolvimento*. Sim, agora ele será social.

Será?

O fim da ditadura militar foi na verdade um acordo feito entre as classes dominantes para não perder o poder – assim como foram todos os processos de transição política no Brasil. Sem alterar os atores e o enredo, maquiou-se então a política nascida no período ditatorial com a idéia de governo democrático, a fim de acalmar a população, restabelecer a ordem social, e fazê-la acreditar na sua dianteira nos processos decisórios, não é a toa que o termo *devolver o poder a população* é a máxima do dito *fim do período ditatorial*. Os governos que se seguiram à ditadura militar na verdade foram ainda mais perversos, pois, sob a retórica da democracia inseriram o país no estágio mais desenvolvido do capitalismo através

da financeirização da economia, do aprofundamento do imperialismo e das diretrizes do neoliberalismo.

O estado de direitos, logo que reconquistado, foi submetidos a esdrúxulas alianças entre a grande propriedade, amalgamando oligarquias, terratenentes, burguesias industriais, agrárias comerciais, bancárias, financeiras, compradores e outras que, novamente contra suas populações, convocaram capitais e poderes transnacionais para tentar alcançar a última novidade de então, o neoliberalismo (FONTES, 2010, p.15).

Apesar de já permear o período ditatorial, o neoliberalismo da década de 1980, sob *nova roupagem* apresenta-se como “uma alternativa ao esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações e da ideologia desenvolvimentista, prometendo acabar com a crise da dívida externa e a alta inflação” (CASTELO, 2010, p.21). Orientados pelo Conselho de Washington e subsidiados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, então os países da América Latina introduzem uma série de medidas de redução das funções do Estado e de fortalecimento do mercado, como privatização de empresas públicas, redução dos gastos sociais e aumento das taxas de juros. Para exemplo, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, em 1997, segunda maior empresa de minérios do mundo e maior do Brasil, foi vendida por um valor 28 vezes mais baixo do o real, isto, por 3,3 bilhões quando na verdade foi avaliada em 92 bilhões (MAB, 2007).

Além disso, podemos constatar a desnacionalização e o desmonte dos parques produtivos nos países que haviam logrado algum grau mais avançado de industrialização, bem como uma espécie de inserção neocolonial na divisão internacional do trabalho, com o aumento do peso dos produtos primários na pauta de exportações dos países latino-americanos (CASTELO, 2010, p. 22).

No entanto, logo “no final da década de 1990, o neoliberalismo demonstrou seus primeiros sinais de esgotamento. As promessas não foram cumpridas, e a América Latina continuou imersa na dependência e no subdesenvolvimento” (*Ibidem*, p.22). O descontentamento popular diante do agravamento da “questão social” como o aumento do desemprego, o achatamento dos salários e a diminuição dos direitos sociais, fizeram os movimentos sociais se organizarem e se levantarem contra o neoliberalismo e a política de governo desde o fim da ditadura militar implantada.

(...) um personagem que, antes apontado como necessário e inevitável, agora passa a ser esgrimido como o principal inimigo: o neoliberalismo. A ele se atribui o mérito de modernizar a vida social, mas teria cometido um engano dramático ao esmagar o Estado com alguma das privatizações e aprofundar a desindustrialização e o desemprego (FONTES, 2010, p. 16).

Frente a essa realidade de descontentamento e agitação popular lança-se o candidato

Luis Inácio da Silva (Lula) como a melhor estratégia de aprofundamento do imperialismo e dependência da economia aliada à satisfação e controle das classes trabalhadoras. Foi um belo *golpe de mestre* colocar o maior nome político de representação dos trabalhadores para dar um novo fôlego ao desenvolvimento do capitalismo, agora de forma legitimada e confiante pela população²⁰.

Os governos que se seguem à crise do neoliberalismo na América Latina podem, segundo Castelo (2010), ser classificados sob três grandes propostas: o social-liberalismo, o novo-desenvolvimentismo e o socialismo do século XXI; no entanto, nos ateremos aos dois primeiros, condizentes com o contexto brasileiro, enquanto o último é possível de ser observado na Venezuela.

“O social-liberalismo é uma proposta de revitalização do neoliberalismo”, que, por meio de políticas sociais focalizadas e assistencialistas procura amenizarem as expressões mais agudas da questão social e recrutar o apoio das parcelas mais pobres da sociedade, que passam a ser dependentes dessas medidas para a sua sobrevivência. O Programa Bolsa Família é o melhor exemplo de estratégia do governo condizente com a linha social-liberal que, além de formar uma enorme legião eleitoral – que garantiu a reeleição de Lula e colaborou com a vitória de sua sucessora, Dilma Rousseff –, possibilitou a alimentação do chamado ciclo virtuoso da economia, através do aumento do poder de consumo das famílias. O Brasil mescla ainda características do novo-desenvolvimentismo quando “coloca em discussão projetos nacionais de crescimento econômico combinado a uma melhora substancial nos padrões distributivos”, perpassados necessariamente pela “intervenção do Estado na economia e na questão social” (CASTELO, 2010, p. 23).

A euforia dos brasileiros por mudanças e de recusa ao modelo neoliberal no país logo foi frustrada quando Lula, recém eleito, anuncia seu pacote de reformas de cunho neoliberal como a reforma da Previdência, a Lei de Falências, o Projeto das Parcerias Público Privadas e a reforma Universitária, acompanhadas da redução dos direitos e a focalização das políticas sociais que atualmente configuram-se como compensatórias. No início, as medidas neoliberais foram justificadas “como resultante das circunstâncias adversas da ‘herança maldita’ do governo FHC. Com o tempo, o neoliberalismo, de um provisório e reforçado recuo, tornou-se virtude” (PAULA, 2005, p. 33). De fato, as candidaturas de Lula já vinham demonstrando o abandono à ideologia esquerdista que a princípio norteava o Partido dos Trabalhadores, e se não o fosse seria de estranhar a vitória e permanência até o terceiro

²⁰ Conhecida tendência na história política do Brasil, tal como analisamos nas seções anteriores.

mandado petista consecutivo. Muito pelo contrário, “a orientação geral do governo tem sido claramente apoiada pelos setores economicamente dominantes (pelos representantes do grande capital, inclusive, e principalmente pelo capital financeiro, nacional e internacional)”, no entanto, sem a resistência popular como enfrentada nos governo de FHC, pois, ao passo que Lula “se declara porta-voz da mudança da sociedade e o povo acredita nisso”, sufoca os movimentos sociais e absorve suas lideranças ao governo como forma de desmobilizar as organizações de classe, acabar com sua independência e manter regulados ou subordinados seus movimentos (BORGES NETO, 2005).

O governo Lula intensifica o processo de trocas desigual como incentivo a financeirização da economia por meio da exportação de commodities e o investimento na extração de bens primários. Por outro lado, diminui a proteção à indústria, especialmente a de manufaturados nacionais, com a entrada massiva de produtos asiáticos. Com o aprofundamento do intercâmbio desigual, isto é, com a entrada de muito menor de capital através da exportação de matérias-prima e insuficientes para custear a importação dos produtos tecnologicamente desenvolvidos dos países centrais, há a superexploração da força de trabalho brasileira – assim como em outros países de economia periférica – como forma de aumentar a extração da mais-valia e compensar a depreciação do valor e da produtividade. A superexploração, segundo Marini (2000, p. 125), manifesta-se sobre a força de trabalho sobre três mecanismos: “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” o que, além de manter os salários abaixo do seu valor real, acrescenta Marini:

(...) nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 2000, p. 126).

Necessitando, então, da intervenção do Estado para compensar a superexploração e manter a níveis mínimos a força de trabalho. No entanto, ao contrário da busca da garantia de direitos e da elevação dos níveis de vida e de cidadania através das políticas sociais, o que se observa, atualmente, é a aplicação de políticas tipicamente liberais-conservadoras, cujo objetivo é minimizar os efeitos da pobreza, ao passo que mantêm as forças de trabalho no seu limite de sobrevivência e dependentes das medidas assistencialistas. A intensificação do intercâmbio desigual, por outro lado, não aumenta apenas a dependência financeira dos países periféricos como também a científica e tecnológica, e o aprofundamento das desigualdades se

dá além de entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas também internamente aos últimos, no crescimento das desigualdades regionais e de classes (Informação verbal)²¹.

Segundo Paula (2005, p. 34), a política externa de Lula conseguiu ser ainda mais ativa do que no governo de Fernando Henrique e “não há registro no Brasil de uma política econômica que tenha beneficiado tanto ao grande capital, como a macroeconomia neoliberal de Lula/Palloci”.

A política de Lula então se desenvolve nesses dois parâmetros: incentivo a financeirização da economia e o aprofundamento da dependência; e políticas sociais focalizadas na pobreza e extrema pobreza como forma de conciliar – ainda que mínima e contraditoriamente – a atenção ao direito social básico à alimentação com a dominação político-ideológica e a satisfação das necessidades de valorização do grande capital interno e externo. Por outro lado, o governo Lula, e seqüentemente o governo de Dilma, procuram retomar a idéia de desenvolvimento do país baseada na indústria fazendo alusão aos períodos gloriosos vividos na época de Getúlio e JK, e retomando o modelo de *desenvolvimento* cepalino, no entanto, fetichizado, pois, não acompanha reformas de base, apenas o crescimento da economia financeira, por meio da venda de commodities. No momento atual não interessa investir na indústria, como foi feito nas décadas de 1930 à 1960, primeiramente porque o período da economia atualmente vivido é de expansão e amadurecimento do capital financeiro, logo, indústrias de bens de consumo não são interessantes, não beneficiam o capital internacional e incentivam a indústria e o desenvolvimento nacional. Mas principalmente porque a tentativa de desenvolvimento econômico e social – desacompanhada das reformas de base – acentua ainda mais gradativamente as contradições do capitalismo dependente. Especialmente em tempos de crise estrutural do capital – que historicamente denotam um certo desenvolvimento internamente na economia dependente, como analisamos anteriormente - no entanto, de modo a acomodar com os interesses externos e postergar o acirramento das contradições no plano interno.

Como complementa ainda Sampaio Jr. (2010) o momento em que vivemos é de crise, e “a crise impõe a eliminação do parque industrial redundante, é de se esperar uma aceleração e uma maior intensidade na tendência à desindustrialização” (p. 52), de modo, em um primeiro momento, contornar os efeitos imediatos da crise por meio de incentivos industriais e ampliação do crédito para o consumo interno e na seqüência – tendo em vista atender as necessidades do capital internacional – ampliar o programa de exportações, denotando uma

²¹ Informações proferidas por Nildo Oriques (UFSC), na Semana Acadêmica de Economia, 2011. Florianópolis: UFSC.

tendência a reprimarização da economia. Segundo Cano (Informação verbal)²², o último superávit da indústria ocorreu há seis anos, em 2005, desde então a produção tem diminuído devido à falta de investimentos quando, acrescenta ele, 70% dos investimentos atuais concentram-se nos setores do agronegócio e mineração e 30% na indústria de transformação, isto fez, por exemplo, que em 2010, a indústria representasse um déficit de 35 bilhões.

O investimento em infraestrutura é o carro chefe do *desenvolvimento* de Lula/Dilma, pois alimenta a financeirização da economia, possibilita a intensificação da exploração e exportação dos produtos primários e integra conseqüentemente, ainda mais o país ao mercado internacional, isto é, incentiva o intercâmbio desigual e facilita o neocolonialismo, travestido em melhor qualidade de vida na idéia do maior acesso a bens e serviços básicos, como energia, saneamento e habitação²³. Não que não haja, de alguma forma, esses benefícios, mas eles acabam não compensando a usurpação, o aumento da superexploração e do desemprego, servem apenas para aquecer a economia, alimentar grandes empresas de engenharia, empreiteiras e fornecedoras de materiais, como a Votorantim, a Odebrecht, a Gerdau e a Camargo Correa, e conquistar a legitimidade dos programas *novo-desenvolvimentistas* diante da população. Sem contar que, como o aumento do crédito²⁴ faz parte de uma das medidas de adiamento dos efeitos da crise mundial no país e acompanha as investidas de financeirização da economia, a população acaba por se endividar mais acreditando que o aumento no seu poder de consumo é conseqüente de uma melhora no padrão de vida²⁵ e não de capital ilusório. Com esse propósito, o governo lança programas que, com medidas pontuais e instáveis, possibilitam o aumento da renda – logo o poder de consumo –, a ampliação do

²²Informações proferidas por Wilson Cano (IPEA) na Semana Acadêmica de Economia, 2011. Florianópolis: UFSC

²³A exemplo do Programa Luz para Todos, segundo documento setorial da política energética e mineral do programa de governo de Lula, a expectativa é que, como o programa, 43% das famílias beneficiadas adquiram televisores e 37% comprem refrigeradores (VERDUM, 2006).

²⁴ Segundo Balanço do PAC (2007-2010), “houve um significativo aprofundamento no crédito para as pessoas físicas que (...) foi essencial para fortalecimento do mercado doméstico. O crédito bancário continuou a se expandir, tendo alcançado, em outubro de 2010, 47% do PIB (contra 24% em 2003)” (BRASIL, 2010, p. 11). E complementa o Relatório oficial do primeiro ano do PAC 2, são exemplos de incentivos ao uso do crédito pela população, a “majoração do requerimento de capital para operações de crédito a pessoas físicas com prazos superiores a 24 meses e o aumento do valor mínimo da fatura de cartão de crédito a ser pago mensalmente (BRASIL, 2011, p. 15).

²⁵ Segundo dados de outubro de 2011, da Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo, o percentual de endividamento familiar atingiu a casa dos 60% “Entre setembro e outubro o percentual de famílias endividadas, na faixa de renda inferior a 10 salários mínimos, interrompeu uma seqüência de três meses de queda e apresentou ligeira alta, passando de 62,7% das famílias para 62,9%. Deste modo, a queda do nível de endividamento se deu integralmente no grupo de famílias com renda superior a 10 salários mínimos, entre as quais 50,5% declarou possuir dívidas em outubro de 2011, ante 55,1% em setembro. No entanto, esse indicador continua em nível superior ao observado em outubro de 2010 para ambas as faixas de renda (era de 60,9% para faixa de menor renda e 44,2% para faixa de maior renda)” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO, 2011, p. 01).

microcrédito e incentivo ao empreendedorismo individual comprovam, numericamente, o aumento do emprego sem, no entanto, realmente gerá-los e pior ainda, transferindo os encargos trabalhistas para o indivíduo. Para as metas de investimento em infraestrutura, Lula concretiza iniciativas do governo de FHC como a Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e lança o Programa de Aceleração do Crescimento, carro chefe da vitória eleitoral de Dilma Rouseff.

2.2 A Infraestrutura do Desenvolvimento na Era Lula/Dilma

A história da Iniciativa de Integração Região Sul-Americana remonta ao início dos anos 1990 com a criação dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (EIND), uma proposta estratégica de desenvolvimento capitalista no Brasil através da:

(...) construção de um sistema integrado de logística que garanta a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional; incorporação de novas áreas do país à dinâmica do comércio global; e criação das condições para a consolidação da hegemonia política e econômica do Brasil na América do Sul (VERDUM, 2007, p. 21).

As estratégias de integração, especialmente com os países vizinhos, estão baseadas na idéia neoliberal de *regionalismo aberto*, isto é, de uma “visão geoeconômica aberta ao mercado internacional na região sul-americana”, de modo que esse princípio integrou os Planos Plurianuais de Governo (PPA), principalmente em relação à Amazônia e a sua incorporação ao espaço produtivo brasileiro.

No Plano *Brasil em Ação* (1996/1999), por exemplo, foram previstas a recuperação das estradas BR-364 (Brasília-Acre), BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-174 (Manaus-Boa Vista); as hidrovias dos rios Araguaia-Tocantins e do rio Madeira; o gasoduto de Urucu e a linha de alta tensão ligando Tucuruí à Altamira e Itaituba (VERDUM, 2007). No PPA seguinte, 2000/2003 – *Avança Brasil*, ampliavam-se os corredores de escoação nas hidrovias Madeira-Amazonas, Araguaia-Tocantins e Paraguai-Paraná, além da transposição do Rio São Francisco e da ferrovia Transnordestina.

Nos PPAs do Governo Lula, 2004/2007 – Plano Brasil de Todos e 2008/2011 – Plano Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação com Qualidade, por sua vez aliam medidas de inclusão social e de transferência de renda para alimentar um modelo de desenvolvimento baseado no consumo de massa e reforçar o ideário do novo-desenvolvimentismo brasileiro

que escora a lógica de combate as desigualdades sociais no crescimento econômico. Segundo o Plano (2003) “o ataque apropriado à exclusão social e à má distribuição da renda exige também crescimento sustentado, com a geração de riqueza em escala suficiente para elevar o volume de investimentos e a massa salarial do país.” (BRASIL, 2003, p. 14). E acrescenta ainda Rocha e Paiva (2011):

A estratégia visava o crescimento ambientalmente sustentável, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos e pela elevação da produtividade, bem como a redução da vulnerabilidade externa através da expansão de atividades competitivas (ROCHA; PAIVA, 2011, p. 04).

Com esse propósito, o governo Lula dá procedência à política produtiva de FHC através da IIRSA e lança o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que terá continuidade e aprofundamento no governo Dilma.

A IISA, primeiramente, foi pensada em consonância com os Eixos Nacionais de Integração, em 2000, onde presidente de 12 países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Peru, Chile, Colômbia, Brasil, Equador, Uruguai, Suriname, Paraguai, Venezuela e Guiana) se reuniram para debater o problema da fragmentação da infraestrutura física do continente, apontada como um fator de entrave na expansão das economias sul-americanas, sendo necessária um “reordenamento territorial da América da Sul” e a “construção de uma zona de livre comércio regional” semelhante à pensada para a Área de Livre Comércio das Américas-ALCA, encabeçada pelos Estados Unidos (VERDUM, 2007). Logo, segundo Mota e Silva, trata-se de uma reedição da falida ALCA (Área de Livre Comercio das Américas), que tem o objetivo de “dotar a região de infraestrutura para extrair, em níveis nunca vistos, todo tipo de commodities, exportando-as para os mercados consumidores mais ricos” (TAUTZ. *Apud*: MOTA; SILVA, 2009, p.45).

Em 2004, já no governo Lula²⁶, é aprovada pelos *países* participante da IIRSA uma carteira com 31 projetos de grande escala, conhecidos como *projetos-âncora*, que despenderiam, entre 2006 e 2010, 6,4 bilhões de dólares. Atualmente a carteira da IIRSA já integra 514 projetos com um custo total aproximado de US\$ 86 bilhões. Para coordenar ações nos governos dos países integrantes da IIRSA cria-se a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Além dos administradores dos 12 países, integram a IIRSA – é claro –

²⁶ No primeiro mandato de Lula e em consonância com os interesses que se desenhavam nesse período, são ressuscitadas as Superintendências de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste, SUDAM (Lei complementar 124/07 e Decreto nº 6.218/07) e SUDENE (Lei Complementar 125/07 e Decreto nº 6.219/07) com o objetivo de “promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional” (Decretos 6.218 e 6.219/07).

representantes dos setores empresarial e financeiro, como elenca Verdum (2007) alguns dos mais significativos:

(...) o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Prata (FONPLATA), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil e empresas brasileiras de grande porte como a Odebrecht, a Petrobrás, a Andrade Guitierrez, a Queiroz Galvão (...). Também executam obras de integração na região a companhia Vale do Rio Doce, a General Electric, (GE) e a América Latina Logística (ALL) (VERDUM, 2007, p. 22).

Participam ainda, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (OTCA), além do financiamento considerável dos bancos Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander, Citibank, Votorantim, Espírito Santo, Banco do Brasil, através da *Empresa Brasileira de Projetos*, criada em parceria com o BNDES, BID e IFC/Bird para participar da estruturação dos projetos de infraestrutura (VERDUM, 2007; VERDUM, 2008).

Lula, no seu segundo mandato, promete então “destravar” as mais de 100 obras e projetos de infraestrutura” na época “paralisados por problemas na Justiça e no Ministério do Meio Ambiente” como promessa de desemperrar o desenvolvimento do país. Entre elas estão: os gasodutos Urucu-Manaus, Urucu-Porto Velho e o Gasene (Gasoduto do Nordeste); as hidrelétricas do Rio Madeira e de Belo Monte; a ferrovia Transnordestina; a hidrovia do Rio Paraná; as rodovias BR-101 (nas regiões Sul e Nordeste), BR-163 (Cuiabá-Santarém), BR-158 (Mato Grosso), BR-392 (Rio Grande do Sul) e BR-319 (Porto Velho-Careiro/Manaus e ampliação do setor nuclear. Em 2004 dá início ao Projeto-Piloto de Investimentos (PPI), com valor estimado em R\$ 10 bilhões para o período 2005/2007, só em 2005 já são 132 empreendimentos selecionados para investimento (BOLETIM ORÇAMENTO E POLÍTICA AMBIENTAL, 2006). Outro investimento previsto pela IIRSA é o incentivo ao biodiesel através, principalmente, da expansão da produção de soja, uma vez que ela pode representar 90% do fornecimento de matéria-prima para a sua produção. Concomitante, são lançados projetos de alterações legislativas, principalmente na área ambiental, como a tentativa de retirar da União e transferir aos Estados o direito de definir as políticas ambientais; a votação do novo Código Florestal, que entre outras medidas permite o desmatamento com fins agropecuários e a “regularização do artigo 231 da Constituição Federal, permitindo a atividade de mineração empresarial em terras indígenas” justificada pelo presidente como

meio de “inclusão social” dessa população. Desta forma, cumpre a promessa feita no início do seu segundo mandato (VERDUM, 2006, p. 8):

Aos promotores do agronegócio na Amazônia, principalmente os ligados ao setor produtor de soja, o presidente Lula declara que os povos indígenas, quilombolas, os ambientalistas, a legislação ambiental e o Ministério Público não poderão ser mais um entrave ao “desenvolvimento” do país (*Ibidem*, p. 03).

O Programa de Aceleração do Crescimento, por sua vez, é uma edição nacional da Iniciativa de Integração Regional e faz parte de uma proposta de política pública do governo Lula com enfoque nas áreas econômica, social e política. Segundo o Programa, através da expansão do crescimento do país por meio do investimento em infraestrutura necessárias aos setores produtivos, proporcionará o desenvolvimento social e a diminuição das desigualdades regionais:

A expansão do investimento em infraestrutura é condição para a aceleração do desenvolvimento sustentável, com a eliminação dos gargalos para o crescimento da economia; aumento da produtividade e, superação dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais (PAC IMPRENSA. *Apud*: PIACENTINI, 2008, p.15).

A promoção do *desenvolvimento* pelo PAC está estruturada sobre cinco eixos de medidas: “investimento em infraestrutura; estímulo ao crédito e ao financiamento em infraestrutura; melhora do ambiente de investimento; medidas fiscais de longo prazo e desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário (VERDUM, 2007, p. 28), todas, como já vimos anteriormente, medidas que visam o desenvolvimento do capital financeiro, da absorção da crise e do aumento da inserção e dependência no cenário econômico internacional.

Para a primeira edição do PAC, 2007/2010, foram previstos investimentos de aproximadamente 503,9 bilhões de reais num período de quatro anos divididos entre três eixos de macro-ações em infraestrutura: Logística, Energética e Social e Urbano. O eixo de Logística abrange obras como: portos, aeroportos, ferrovias e rodovias e contava com um investimento de R\$ 58,3 bilhões; em Energética encontramos investimentos na geração e transmissão de energia elétrica, petróleo, gás natural e combustíveis renováveis; no eixo Social e Urbano estão as iniciativas em infraestrutura urbana como saneamento, habitação, recursos hídricos e elétricos para a população. Esse último eixo foi contemplado com a menor parcela dos recursos financeiros destinado ao PAC, 170,8 bilhões, enquanto que Energética e Logística – imprescindíveis ao crescimento das grandes indústrias, na sua maioria de capital privado e transnacionais – totalizaram 333,1 bilhões (PIACENTINI, 2008). Ao final de 2010,

segundo o Relatório do Programa, o investimento previsto inicialmente já extrapolava de 503,9 para 657,4 bilhões e anunciavam uma nova edição, PAC 2, devido a enorme demanda reprimida de infraestrutura para os setores produtivos e os grandes resultados alcançados em sua primeira versão com um crescimento médio da economia de 4,6% ao ano (BRASIL, 2010).

O PAC 2 que expande os eixos de intervenção para: Transportes; Energia; Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha Vida; e Água e Luz para Todos; e prevê no período entre 2011 e 2014 um investimento de R\$ 955 bilhões²⁷. Ele aprofunda ainda mais a idéia de desenvolvimento baseado no discurso das *oportunidades* que busca conciliar medidas econômicas com a ideologia do desenvolvimento à melhoria da qualidade de vida, minimizando por um lado as expressões mais fortes da pobreza, aumentando o poder de consumo da população, e conseqüentemente gerando o aquecimento do mercado; por outro lado busca a confiança e a legitimação da sociedade para esse desenho de investimento, mesmo que para isso sejam necessários alguns sacrifícios ambientais e de *pequenas parcelas da população*. Essa tendência apresenta-se ainda mais forte no plano de governo de Dilma do que de Lula, principalmente por vincular o *desenvolvimento* à conquista da cidadania através especialmente do consumo e das liberdades individuais.

Essa estratégia ideológica faz com que, parte dos movimentos sociais se desarmem contra o governo Lula/Dilma, e outra parte vire vilã perante a sociedade ao ser contrária a forma atual de desenvolvimento do capital, isto é, ao ser inimiga do desenvolvimento e do progresso da nação brasileira rumo ao patamar de 1º mundo. E como coloca muito bem Borges Neto (2005): o fato é que, a partir da eleição de Lula, gente que antes se opunha às políticas neoliberais passou a apoiá-las ativamente, ou aceitou subordinar-se a elas (p. 90).

Para o PAC 2, a necessidade de reforçar seu cunho social acompanha a agressividade dos investimentos em infraestrutura, especialmente para a grande indústria.

Só nos seis primeiros meses de 2011 já fora, gastos R\$ 86,4 bilhões em obras nas áreas de transportes, energia, saneamento, habitação, mas ainda estão previstas grandes obras como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (terceira maior do mundo), Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, BR 381/MG, Refinaria Premium I e II, Usina Termonuclear Angra III, além de 8 mil km rodovias - 55 mil km em manutenção –, quase 3,5 mil km de ferrovias, oito corredores hidroviários com mais de 65 terminais, 76

²⁷ Segundo Carlos Campos (IPEA), os investimentos do PAC 2 ainda são ínfimos diante da real necessidade de infraestrutura para o *desenvolvimento do país*. In: SEMANA ACADÊMICA DE ECONOMIA. Florianópolis: UFSC, 2011.

projetos hidrelétricos (dentre eles as Usinas de Santo Antônio e Jirau, também entre as maiores do mundo) e 56 empreendimentos na indústria naval, como estaleiros e navios petroleiros, dentre muitas outras obras (BRASIL, 2011).

Para concluir, recorremos a Sampaio Jr. (2010) que nos instiga a refletir sobre essa política de *desenvolvimento nacional*, a fim de retomar nossa retrospectiva até aqui e desencantar os números trazidos acima:

Se no passado foi possível conciliar dependência e industrialização, dando a impressão de que seria possível compatibilizar dependência e desenvolvimento, hoje é impossível ignorar o antagonismo inconciliável entre dependência e desenvolvimento nacional. A crise geral que abala a economia mundial deve aprofundar e acelerar o processo de reversão neocolonial (SAMPAIO JR., 2010, p.47).

A política econômica no país seguiu a mesma perspectiva desde o ancoramento dos navios europeus em território brasileiro, mesmo porque a sua *descoberta* já se propunha à exploração de tudo e qualquer coisa que representa acúmulo de capitais para o jovem mercado. Apesar dos diferentes contextos históricos e políticos, a economia dos países colônias permaneceu submissa à metrópole como forma de sustentar o seu mercado e as engrenagens do sistema capitalista, principalmente como fornecedora de matéria-prima sob as mesmas condições de exploração e opressão, mas sob diferentes óticas e discursos, pelo mesmo motivo nunca foi interesse o *desenvolvimento* de qualquer atividade que viesse a ser concorrente e não base para a produção das economias centrais. O que se observa é o contrário, o aprofundamento das condições de dependência e exploração com o aval da maior parte da população crente na retórica do *desenvolvimento* e nas boas intenções do Estado e do grande capital. No entanto, como veremos adiante, há outra parcela que não aceita as condições autoritárias como a política *novo-desenvolvimentista* vem se instalando no Brasil, por essa deixar suas implicações na alteração dos seus modos de vida pela supressão da natureza e seus meios de produção.

3. A INTERROGATIVA DO DESENVOLVIMENTO PARA AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Para manter constante o aumento da produção e equilibrada a tendência da queda da taxa de lucro, busca-se baratear a produção, principalmente para manter a competitividade no mercado. Como já visto na primeira seção, a exploração da força de trabalho e a apropriação dos recursos naturais são fontes de mais-valia para o rebaixamento do valor da produção e para a composição do capital; por sua vez, na segunda seção, analisamos como essa relação é intensificada no Brasil através do intercâmbio desigual por meio do qual se opera uma transferência de valor das economias periféricas para as economias centrais, isto é, dos países subdesenvolvidos para os desenvolvidos. Essas condições se aprofundam quando, concretizadas e incorporadas as posições de países agroexportadores (ainda que se observe nestes atividades industriais, como referenciamos) para os primeiros e de países industrializados para os segundos, as economias centrais transferem, também, às economias periféricas os custos sociais e ambientais e lucram ainda em cima das vantagens oferecidas pelos governos e se beneficiam da dificuldade de organização da classe trabalhadora, diante do contexto histórico de opressão e subalternização social, agudizado na atualidade pela crise estrutural do capital.

As indústrias de base são as que mais poluem, mais energia gastam e que menos valor agregam ao produto final. Além do que encontram infraestruturas montadas pelo governo, a energia subsidiada, incentivos fiscais e financeiros, isenção de impostos, doação de terrenos, favorecidas ainda pela corrupção política, pela flexibilidade das legislações, principalmente ambientais e pela frouxa fiscalização. Os custos sociais e ambientais são absorvidos pela população do país sem nenhum retorno do empreendimento como empregos, equipamentos e serviços sociais, apenas injustiça, miséria, doença e poluição.

O consumo dos recursos naturais dos países subdesenvolvidos também é estratégico para as economias centrais. Os Estados-Unidos, por exemplo, mantêm estocadas suas reservas de matérias-primas, primeiramente porque isso valorizará os insumos quando a sua exaustão no restante do mundo se aproximar, colocando-os numa situação econômica estratégica, depois porque atualmente é muito mais barato explorá-las nos países periféricos. Desta forma, através da submissão dos países periféricos à lógica capitalista de desenvolvimento das economias centrais, estas passam a ter o controle das fontes de matérias-primas nos países

subdesenvolvidos para garantir o preço baixo nos mercados internacionais e facilitar as condições de exploração.

A partir do momento que se estabelece como prioritário o mercado internacional, este mesmo mercado passa a definir não somente o que deverá ser produzido, mas também a forma, o volume, o preço, o prazo e em que bases deverão ser fabricados os bens e conduzidos os empreendimentos (GISTELINCK, 1988, p. 66).

O Programa Grande Carajás (PGC) vem nessa perspectiva de aproveitar o máximo das condições de produção dos insumos de base em solo brasileiro, utilizados na maior parte para a indústria bélica e também na indústria de ponta, favorecido pela abertura da economia brasileira para o capital internacional pelo governo militar e pelo estreitamento dos laços entre as elites nacionais e os Estados Unidos.

3.1 Programa Grande Carajás

A região do Carajás situa-se entre os Estados de Maranhão, Goiás e Pará²⁸, sobretudo nas proximidades do município de Marabá (PA), na época em que foi descoberta, década de 1960, caracterizava-se pela maior reserva de minérios de ferro do mundo contendo: manganês, bauxita, ouro, prata, cromo, cobre, zinco, tungstênio, níquel, paládio, estanho, molibdênio, tântalo, amianto e urânio. A região não foi descoberta por acaso. Na década de 1960, os países africanos encontravam num contexto de revoltas nacionalistas, que prejudicavam as exportações de matéria-prima. Como o Brasil, desde a década de 1930 e mais intensamente a partir dos anos 1950 já investia na exploração dos recursos minerais, sobretudo com o incentivo do capital internacional, o país ganhou ainda mais destaque aos olhos internacionais para a exploração de matéria-prima. Com isto, em 1966, o governo brasileiro cede às empresas norte-americanas *Union Carbide* e *United States Steel* os levantamentos realizados até o momento para o aprofundamento das pesquisas e buscas em solo brasileiro de minerais, por ambas as empresas. Dos levantamentos geofísicos e geoquímicos foram encontradas reservas nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Pará. Diante do enorme potencial encontrado nas reservas do Pará, o governo brasileiro

²⁸ Foram titulados 90 milhões de hectares de terras destinadas ao Programa Grande Carajás, realizada pelo governo federal através do Grupo de Execução das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), destes, seis milhões no Tocantins, trinta e um milhões no Maranhão e cinquenta e três milhões no Pará. (COTA, 1984 *apud* SANTOS, 2010).

considera a necessidade de participação nacional na administração do empreendimento, que após dois anos de negociação com a multinacional concorda com 51% do capital à Companhia Vale do Rio Doce e 49% à United States Steel. No entanto, após dez anos, a empresa norte-americana retira-se do negócio devido ao contexto de crise do petróleo, na época, sob indenização pelos investimentos realizados até ali, entregando à empresa brasileira a oportunidade de entrar no mercado externo com porte de multinacional e condições de competição (GISTELINCK, 1988).

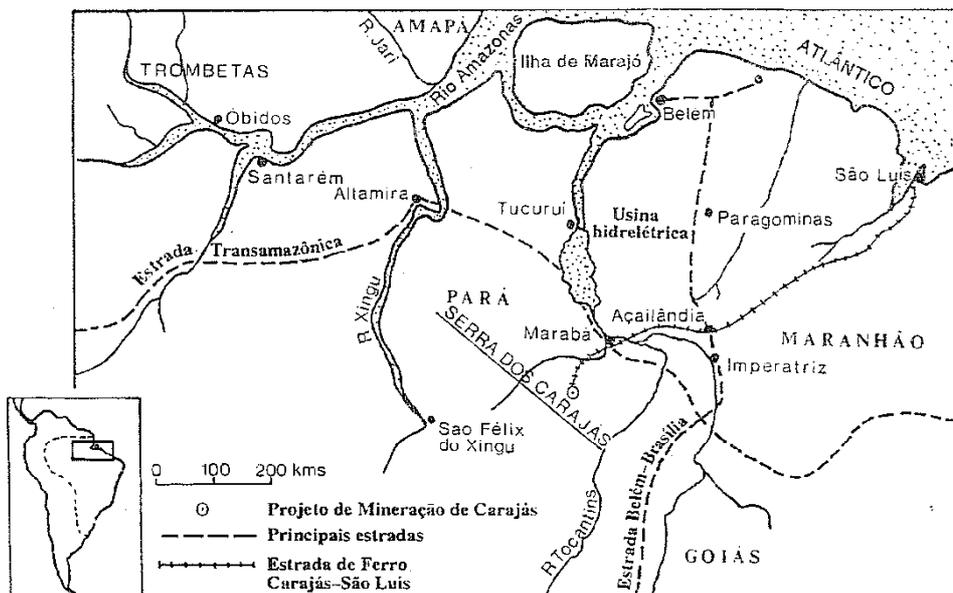


Fig. 1. Área abrangida pelo Programa Grande Carajás
 Fonte: *Journal of Development Studies*, 23 (4), julho de 1987. Reproduzido com permissão de Frank Cass and Co. (In: HALL, 1991)

O Programa Grande Carajás foi criado, então, em 1980, para extrair ao máximo o potencial mineralógico da região a fim de atender, segundo Gistelinck (1988), o objetivo prioritário da política econômica da época: “a formação de divisas para o País, através da implantação de grandes projetos de exportação e de infraestrutura básica, necessária a sua viabilização” (GISTELINCK, 1988, p. 60). O Programa previa investimentos em quatro eixos produtivos: mínero-metalúrgico, reflorestamento, agricultura e pecuária. Ficou sob a coordenação do Conselho Interministerial, que reservava ao ministro Delfim Netto o maior poder de decisão, e tinha como finalidade a providência de todas as condições necessárias para o seu desenvolvimento numa área de alcance de quase 900 mil km². Alves, Pereira e Sant’Ana Junior (2009) elencam alguns dos empreendimentos que congregaram o PGC no território maranhense:

(...) estradas de rodagem, cortando todo o território estadual e ligando-o ao

restante do país; a Estrada de Ferro Carajás, ligando as grandes minas do sudeste do Pará ao litoral maranhense; o Complexo Portuário de São Luís, formado pelos Portos do Itaqui (administrado pela estatal estadual Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP), da Ponta da Madeira (pertencente à Cia Vale do Rio Doce, hoje conhecida como Vale) e da Alumar (pertencente ao Consórcio Alumar, subsidiária da Alcoa). Associadamente a essas grandes obras de infra-estrutura, foram instalados neste mesmo período: oito usinas de processamento de ferro gusa nas margens da Estrada de Ferro Carajás; uma grande indústria de alumina e alumínio (ALUMAR) e bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA), em Alcântara; projetos de monocultura agrícola (soja, sorgo, milho) no sul e sudeste do estado; projetos de criação de búfalos, na Baixada Maranhense; ampliação da pecuária bovina extensiva, em todo o Maranhão; projetos de carcinicultura, no litoral; projetos de turismo, principalmente em São Luís e nos Lençóis Maranhenses (PEREIRA E SANT’ANA JUNIOR, 2009, p. 04).

O contexto político e social encontrado no Maranhão no período em que os grandes empreendimentos começam a se instalar é propício para a acumulação e expansão do capital sem muitos entraves. Vivia-se neste momento a ditadura militar e até 1983 os políticos estaduais eram indicados pelo regime, como eram os governadores e *senadores biônicos*, a população e, por vezes, boa parte dos administradores locais, não tinham qualquer oportunidade de participação ou de resistência aos projetos que se desenhavam para o seu território. No Maranhão, que historicamente já convivia com o patriarcalismo político dos coronéis, e nesta época já se encontrava na *Era Sarney*, só reforçava a dominação e a repressão contra a população, especialmente rural. Desde este período, o estado já se apresentava entre os mais pobres da Federação e com a menor renda per capita, segundo Gistelinck (1988) o PIB maranhense era de 409 US\$ contra 1.921 US\$ do Brasil. A realidade de desemprego, principalmente devido à expulsão do pequeno agricultor das suas terras pelo agronegócio e pelas políticas de aquisição de terras subsidiadas pelo governo – como visto na seção anterior –, se mostrava expressivo e colaborava na aceitação da vinda das indústrias pela população. O mesmo autor apresenta que, em 1985, apenas 8% dos trabalhadores maranhenses tinham carteira assinada de um universo de 2.500.000 pessoas, o que nos leva a considerar a ausência de 600.000 empregos (ANEXO A). As condições de saúde e alimentação são extremamente precárias levando a fome ser a principal doença, seguida de parasitários (97,5% da população, por exemplo, abrigavam a *ascaris lumbricoides*) (GISTELINCK, 1988).

Para colaborar com a instalação da indústria pesada, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Maranhão foi reduzida, pelo governo de então, a uma simples coordenadoria da Secretaria de Minas e Energia. Neste contexto, observa-se uma leitura e um discurso:

(...) da Amazônia e do Maranhão como regiões de grandes potencialidades econômicas, porém com atrasos e déficits que devem ser supridos numa atuação conjunta do Estado e iniciativa privada. Esta atuação é percebida como um eficiente instrumento de promoção do desenvolvimento e da modernidade (SANT'ANA JUNIOR *apud* ALVES, PEREIRA, SANT'ANA JUNIOR 2009, p. 03).

Além do mais, nesta época o Maranhão, assim como o Pará, eram essencialmente rurais. No primeiro, segundo Gistelinck (1988), a população rural representava 70% do total, sendo que a grande maioria não tinha nenhuma documentação da terra, o que facilitou a grilagem e a expulsão das terras (ANEXO B). Muitos destes povoados podem ser caracterizados como *tradicionais*, visto que na década de 1980, cerca de 400.000 famílias maranhenses praticavam a agricultura, a pesca e o extrativismo de subsistência (*Ibidem*; HALL, 1991).

Aqui cabe uma categorização com respeito às comunidades tradicionais.

O conceito de população tradicional é bastante novo e ainda está em construção o que implica em algumas variações entre os autores. Como não é objetivo deste trabalho nos aprofundarmos no debate conceitual, nos basearemos nas similaridades que fundamentam essa categoria no que concerne a linha deste trabalho. Depois, vale lembrar que este é um conceito exógeno às populações ditas tradicionais e surgiu da necessidade de identificá-las num contexto de conflito entre *modernidade*, urbanização e meios de produção *desenvolvidos*, e meios de produção ditos *primitivos*, de baixo impacto ambiental e toda a organização social e cultural a eles intrínsecas. Logo, usaremos a definição apresentada por Arruda que resume bem outras definições e embasa nossa reflexão²⁹:

(...) apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo da mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base *sustentável*. Em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal da propriedade privada individual da terra definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas (ARRUDA.

²⁹ Segundo o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais são definidos como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Apud: CAÑETE; CAÑETE, 2010, p. 10 - grifo nosso).

O termo possibilita então a criação de uma identidade para essas populações que permite, diante de uma delimitação jurídica, a “formação de sujeitos políticos” e a busca por direitos que defendam seus modos de vida. No caso, hoje eles são expressos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)³⁰ (*Ibidem*, p. 10). Mas, por outro lado, a generalização e o enquadramento na denominação “comunidades tradicionais” descaracterizam a etnicidade dos diversos grupos que são distintos em suas particularidades, lutas, histórias e culturas, facilitando o manuseio do conceito de forma acrítica e possibilitando a abertura de brechas à manipulação e a alienação da problemática que envolve esses sujeitos políticos em suas reivindicações específicas.

As comunidades tradicionais têm sua formação e arranjos comunitários baseados no trabalho coletivo da caça, da pesca, da agricultura de subsistência, do extrativismo vegetal e do artesanato. “A produção faz parte da cadeia de sociabilidade e a ela é indissociavelmente ligada” de modo a manter uma imbricada rede de solidariedade entre seus integrantes e comunidades vizinhas (CASTRO, 1998, p. 05). Essa cadeia observa-se principalmente através da ajuda mútua entre os moradores, das trocas não econômicas com os ritos sagrados e as festas populares, de um “sistema tradicional de trocas comerciais e de serviços (mutirões, trocas de dias) e fortes vínculos sociais de reciprocidade por meio do parentesco, compadrio e amizade” o que não permite que esses grupos sejam “pensados isoladamente, dissociados do convívio e da interação com os demais povoados rurais localizados na [mesma] área”; (ALVES; PEREIRA; SANT’ANA JUNIOR, 2009, p. 10).

A relação com a natureza, por sua vez, fundamenta a organização do trabalho nos ciclos naturais e no calendário sazonal, de modo a caracterizar o cotidiano, a cultura e a religião das suas populações, de modo bastante peculiar em cada grupo, isto é, o modo de organização social de ribeirinhos, difere-se das comunidades de castanheiros, que por sua vez também tem suas particularidades em relação aos varjeiros, aos seringueiros, ou às quebradeiras de coco, por exemplo. O meio ambiente dita as relações sociais das populações tradicionais, de forma muito mais direta e nítida do que na sociedade moderna ocidental que já não percebe ou não reconhece essa relação de reciprocidade. Da natureza brota o conhecimento construído pelas comunidades, o espaço para a reprodução dos saberes e os

³⁰ Lei 9985 de 18 de julho de 2000. Ainda acerca das identidades jurídicas ressaltamos que quilombolas e indígenas também são considerados comunidades tradicionais apesar de constituírem identidades jurídicas próprias. Isto se dá pela atualidade das conquistas dos povos tradicionais, que se verifica há mais tempo nos povos indígenas e quilombolas.

instrumentos na construção de “significados para o processo de comunicação” (CASTRO, 1998, p. 07). O homem de saber e o trabalhador produtivo permanecem unificados e tem a tecnologia – própria - em seu benefício, diferentemente do que ocorre na sociedade capitalista. Logo, fundamenta ainda Marx e Engels (2007, p.48) “as noções que esses indivíduos formam para si mesmos são ou noções de sua relação com a natureza, ou as noções de suas relações entre si ou ainda as noções acerca do que eles mesmos são”.

O direito ao território que trás a tona a categoria de comunidades tradicionais, portanto, tem se dado principalmente sobre a perspectiva da conservação ambiental, visto que a existência dessas populações tem garantido a preservação e a defesa da natureza, o que vai assimilar o meio ambiente às lutas sociais das comunidades, o direito a terra extrapola o acesso a terra, significa a construção social com bases na natureza e no trabalho.

Para a implementação do Programa Grande Carajás, muitos povoados foram deslocados compulsoriamente ou tiveram suas rotinas e formas de sobrevivência impactadas, o que colaborou, como veremos mais adiante, para resistência de remoção ou da instalação de novos empreendimentos nos dias atuais (SANT’ANA JUNIOR; SILVA, 2010). Além dos investimentos citados acima, houve – e ainda há - um grande incentivo a silvicultura para carvoejamento visto que a produção siderúrgica consome altíssimos índices de energia³¹, uma parte provida pelo carvão vegetal – por vezes, carvão mineral – e outra parte através da energia hidrelétrica, prevista nesta época para ser fornecida por Tucuruí, que estava em construção no Pará. A grande proporção de carvão exigida pela siderurgia e o incentivo a plantação das *espécies alienígenas*, ocasionou o desmatamento irracional das florestas amazônicas sul-paraenses e a quase extinção da sua porção maranhense considerando que, na primeira década do Projeto, o desmatamento atingiu cerca de 800.000 ha por ano, empregando nesta atividade, muitas vezes, formas ilegais de exploração da força de trabalho (SANT’ANA JUNIOR; ALVES; MENDONÇA, 2007).

Gistelinck (1988) comenta em seu trabalho que o PGC previa também um acompanhamento do desenvolvimento social na região, com *projetos de agro-silvicultura para o pequeno agricultor* e plano diretor de desenvolvimento das áreas circunvizinhas à estrada de ferro, no entanto, o projeto não incorporou recursos para a área social, pois os

³¹ Segundo dados de 1992, a indústria siderúrgica consome cerca de 70% da produção brasileira de carvão vegetal. Apresenta ainda como exemplo do consumo massivo de energia, que 40% do custo na produção de alumínio são com energia elétrica (MEDEIROS *apud* MONTIBELLER-FILHO, 2008). Gistelinck (1988) nos traz alguns dados também referentes à produção de ferro-gusa, onde o carvão vegetal representa 57% dos custos, superiores inclusive aos gastos com o minério de ferro que correspondem a 20%, a mão-de-obra por sua vez somam 5,7% dos custos.

considerava contrapartida do governo, que apenas executou algumas obras de infraestrutura como água e eletrificação em períodos eleitorais:

O que se pretende fazer é apenas um paliativo para diminuir o sofrimento da população, como, por exemplo, instalar a energia elétrica e uma antena parabólica para que a população possa assistir às novelas e aos jogos de futebol (*Ibidem*, p.62).

Apesar de não ter sido posto em prática o projeto de silvicultura para pequenos agricultores, a plantação de eucalipto e o carvoejamento mudaram o modo de produção de muitos dos agricultores de subsistência, a princípio mostravam-se vantajosos em relação à produção de alimentos e eram incentivados pelas empresas, em seguida, “depois de grande parte dos pequenos produtores terem abandonado as suas roças em troca da produção do carvão” o preço torna-se insignificante (*Ibidem*, 99). Muitos outros lavradores encontram na silvicultura ou no carvoejamento uma alternativa de permanência e sobrevivência no campo ou foram coagidos pelos grandes proprietários de terra ao trabalho escravo como condição para a não expulsão ou morte. Santos (2010) apresenta ainda outra realidade que foi colocada ao camponês diante do avanço da produção de carvão:

Em terras para o plantio de eucalipto a empresa comprou, de fazendeiros e donos de pequenas propriedades, mais de 365 mil hectares. Alguns proprietários venderam pelo interesse no dinheiro para investimento em outros setores; outra parte dos pequenos proprietários se sentiu pressionada a vender, uma vez que suas áreas estavam cercadas por florestas de eucaliptos. Sem fauna, sem flora e sem vizinhos, a vida sociocultural desse pequeno proprietário torna-se vazia de sentido, no momento que ele perde o convívio social e a troca de experiências culturais com outras famílias (SANTOS, 2010, p. 05)³².

Essa realidade implica não só na alteração da forma de subsistência, mas também na organização comunitária, que antes se caracterizava pelo trabalho coletivo e passa a ser realizado de forma individual, como exemplifica o mesmo autor acerca de uma das atividades mais tradicionais do Maranhão diante da devastação dos babaquais para plantação do eucalipto:

O ato de as quebradeiras trabalharem coletivamente, produzirem uma variedade de produtos do babaçu como remédios, alimentos, artesanato, vem sendo substituída por um novo habitus que se realiza no benefício meramente econômico e individual. Essa prática quebra a tradicional cadeia de trabalho que relaciona alimentação e renda, mas também ensinamentos, vivências, arte e harmonia socioambiental (SANTOS, 2010, p. 07).

³² O relato descrito por Santos (2010) baseia-se na realidade de implantação da indústria Celmar, no município de Imperatriz - MA, no ano de 1992. A princípio ela se destinava a produção de papel e celulose, no entanto, em 1997 passa a se chamar Ferro Gusa Carajás e a destinar toda a sua plantação para a produção de carvão.

Dentro do Programa Grande Carajás previa-se também a construção de um pólo siderúrgico destinado à produção de aço, denominado USIMAR. Sua capacidade de produção era estimada, num primeiro momento, em 3 milhões de toneladas ao ano e era considerada prioridade dentro do II Plano Siderúrgico Nacional para que o Brasil pudesse dobrar sua capacidade produtiva até o ano 2000. Logo, em 1987, solicitou-se ao Governo do Estado do Maranhão a formulação do projeto, uma vez que a área era estratégica: além de contar com o minério de ferro de Carajás, infraestrutura energética e logística, o ponto diminuiria a distância entre os mercados importadores, tornando o aço maranhense o mais barato do mundo. Sua implantação estava prevista para 1993 e estimava-se um investimento na ordem de US\$ 2.718.376.000.

O pólo siderúrgico, no entanto, foi postergado e ainda modificado diante da grande mobilização social. Assim como Belo Monte, agora ressurgiu, depois de esfriados os ânimos e em meios às estratégias *novo-desenvolvimentistas* do governo atual, na esteira do projeto inaugurado no primeiro mandato do ex-presidente, cujo um dos objetivos é o desentrelaçamento ao desenvolvimento do país através das grandes obras.

3.2 Pólo Siderúrgico no Maranhão

A iniciativa de implantação do pólo siderúrgico visa somar-se aos empreendimentos de mineração e energia que saturam a região entre Pará e Maranhão, especialmente para fabricação de aço e para o aproveitamento da área estratégica em São Luis próxima ao complexo portuário, à malha ferroviária, aos geradores de energia e proximidade com os mercados importadores norte-americanos e europeus. O projeto, que está sob responsabilidade da empresa Vale em sociedade com a Arcelor (francesa), Baosteel Shangai Group Corporation (chinesa) e a Pohang Steel Company-Bosco (sul-coreana), movimentou amplos setores públicos e privados para a sua implementação e, em 2001, é ressuscitado pelo governo do Estado do Maranhão com a assinatura do primeiro protocolo de intenções com a Vale, e em 2004 a área de interesse é declarada de utilidade pública para fins de desapropriação pelo governo do Estado (SANT'ANA JUNIOR; ALVES; MENDONÇA, 2007).

O projeto, que então previa a instalação de três usinas para a fabricação de placas de aço e duas para a fabricação de ferro-gusa, numa área de 2.471,71 hectares no sudeste da Ilha do Maranhão – grande parte sobre o manguezal, com mais de 120 nascentes de rios -,

esbarrou na Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de São Luis³³ que situava a área como Zona Rural II e a mesma lei restringia empreendimentos como este às Zonas Industriais. A solução foi a apresentação, por parte da prefeitura, de um mapa que omitia a existência das nascentes e o envio de um projeto à Câmara de Vereadores pedindo a alteração da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de São Luis para transformação da área em Zona Industrial, burlando as exigências legais de elaboração de um Projeto de Lei de Plano Diretor do Município. O argumento levantado pelo então prefeito Tadeu Palácio para a alteração da lei baseava na “tentativa de corrigir erro ocorrido na Lei de Zoneamento” sendo que, “na visão dos representantes do Estado” a área apresentava “vocação nitidamente industrial”. Além do mais, o Estado ignorou a existência dos 12 povoados³⁴, isto   dos 14.400 habitantes da região prevista para a constru o do pólo (SANTANA JÚNIOR; SILVA 2010, p. 03). Como claramente explicitado na fala do Senador da República pelo Maranhão, Edson Lobão Filho:

Não podemos perder um projeto de onze bilhões de dólares por causa de meia dúzia de casas de taipa (*Apud*: SANTANA JR.; SILVA, 2010, p. 4).

O projeto de altera o do zoneamento causou grande pol mica e agita o popular que culminou na realiza o de audiências públicas e na exclusão das áreas de prote o permanente do projeto inicial, uma vez que a ameaça aos recursos hídricos da região afetaria a toda popula o da Ilha de São Luis. O projeto então foi reduzido a 1.068 hectares, o que reduziria também as dimensões do pólo siderúrgico a uma usina, ao invés de tr s, e preservaria 10 dos 12 povoados previstos para remo o. No entanto, a altera o no zoneamento atraiu outros empreendimentos e novas situa es conflituosas na região, por vezes sobre as mesmas comunidades que conseguiram *se livrar* do pólo siderúrgico, como a implanta o da Termoelétrica do Porto de Itaqui³⁵.

Em meio   organiza o contrária ao pólo siderúrgico foi criado, em 2004, o Movimento Reage São Luis composto por 40 organiza es da sociedade civil³⁶ entre

³³ Lei 3.253, de dezembro de 1992.

³⁴ Os povoados previstos para a remo o para a implanta o do pólo siderúrgico: Vila Maranhão, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Taim, Porto Grande, Limoeiro, Anandiba, São Benedito, Vila Concei o, Parnua u, Vila Madureira e Camboa dos Frades, muitos desses também sob a mira de outros empreendimentos, como Vila Madureira que em 2009 acaba retirada para a implanta o da Termoelétrica Porto de Itaqui do grupo MPX, obra, por sinal, integrante do PAC (SANTANA JUNIOR; SILVA, 2010, PEREIRA; OLIVEIRA; AMORIM, 2008).

³⁵ A Termoelétrica do Porto de Itaqui, pertencente ao grupo MPX, integra o Programa de Acelera o do Crescimento e constitui um investimento na ordem de R\$ 1,5 milhões. Teve o início das obras em 2009, com a retirada da comunidade Vila Madureira de um território de 50 hectares, para sua realoca o no Residencial Vila Nova Canaã, no município de Paço do Lumiar, a 30 km de São Luis e a 40 km do antigo território. O tempo de opera o da termoelétrica está previsto para até 30 anos (PEREIRA; OLIVEIRA; AMORIM, 2008; PEREIRA *apud* ALVES; SANTANA JUNIOR, 2010).

³⁶   possível citar alguns exemplos: Conselho Regional de Medicina, CUT, Comissão de Justiça e Paz da Igreja

entidades sindicais, conselhos regionais profissionais, associações dos moradores das áreas visadas, organizações e movimentos acadêmicos e ainda alguns setores governamentais (MENDONÇA, 2006, SANT'ANA JUNIOR, 2004).

A instalação do pólo siderúrgico permanece em conflito, encabeçada principalmente pelos movimentos sociais contrários e também devido aos grandes impactos ambientais que acarretará, como o aumento do consumo de água que será na ordem de 207 milhões de litros por dia, equivalente ao consumo diário da cidade de São Luis. A capital atualmente já enfrenta problemas de abastecimento visto que praticamente todas as suas nascentes de água foram soterradas. Até o século XIX, a ilha contava com 27 rios de água potável, hoje estão extintos ou poluídos, dependendo a cidade de 40% do seu abastecimento por poços artesianos e o restante proveniente principalmente do rio Itapecuru. Os recursos hídricos ficariam também comprometidos devido à impermeabilização do solo diante da extensão do empreendimento, o que impede consequentemente o reabastecimento das reservas subterrâneas pelas chuvas. A não alimentação dos lençóis subterrâneos pelas águas fluviais leva as águas marinhas a preencherem esse espaço através da área de manguezal, salinizando a água potável (SANT'ANA JUNIOR; ALVES; MENDONÇA, 2007; Informação verbal)³⁷. Esse foi um dos fatores mais preponderantes para a diminuição da área inicial do projeto, excluindo boa parte da área de manguezal. O empreendimento emitirá ainda 2,4 mil litros de vapor d'água por segundo carregados de resíduos sólidos e 1,5 toneladas de dióxido de carbono para cada tonelada de aço produzida, além da ameaça de destruição de 10 mil hectares de manguezais³⁸ e do altíssimo consumo de energia, como já visto na seção anterior (*Ibidem*, 2007).

No entanto, o discurso defensor do empreendimento consegue conquistar boa parcela da população maranhense, primeiramente porque os impactos sociais e ambientais praticamente não foram divulgados ao contrario dos benefícios que foram constantemente veiculados na mídia com promessas de geração de milhares de empregos diretos e indiretos, oportunidades de capacitação e qualificação da mão-de-obra e, enfim, a solução para Maranhão sair do ranking de um dos piores IDHs do país, isto é, o pólo siderúrgico traria o *desenvolvimento* e todos os sinônimos intrínsecos a ele no discurso e no imaginário popular. Todos esses argumentos – e mais alguns – encontraram solo fértil em meio à pobreza da

Católica, AMAVIDA, Associação dos Geólogos do Estado do Maranhão, Central de Movimentos Populares, Fórum de Saneamento Ambiental, Fórum Maranhense das Cidades, Instituto Maranhense de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sindicato dos Urbanitários do Maranhão, União por Moradia (MENDONÇA, 2006)

³⁷ Informações fornecidas por Horácio Sant'Ana Junior no II Seminário Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente, São Luis, outubro de 2009.

³⁸ Essas áreas de manguezais, além de proverem grande parte da subsistência dos povoados vizinhos, são espaço de reprodução do peixe-boi, atualmente ameaçado de extinção.

maioria da população maranhense e no altíssimo contingente de trabalhadores superexplorados, desempregados e subempregados.

O discurso favorável também tentou moradores das áreas visadas. Apesar da maioria não aceitar a retirada e o abandono de seus territórios e seus modos de vida, conscientes de que lhes restaria ocupar as periferias de São Luis – que já estão saturadas – e buscar um trabalho assalariado, o que os condenaria ao desemprego ou ao subemprego, visto que o nível de escolaridade entre os moradores dos povoados é baixíssimo, predominando o analfabetismo³⁹, e por se reconhecerem lavradores e não querem abrir mão da sua história, de sua família, de seu povo, do seu modo de vida e da forma particular com que entendem a natureza e o trabalho; muitos moradores embarcam no consenso produzido e acreditam que com a vinda dos empreendimentos serão lembrados pelas empresas e pelo poder público e receberão investimentos e infraestrutura, buscando um *status* sob o olhar urbano. Enxergam a possibilidade de, enfim, serem reconhecidos como cidadãos, participando dos investimentos dos grandes projetos. É no momento em que suas áreas são cobiçadas que essas populações ganham visibilidade, mas diferente do que acreditam muitos dos moradores, aparecem como um empecilho, geralmente dos mais fáceis de serem resolvidos (Informação verbal)⁴⁰. Essa crença é desencadeada não só pela propaganda que legitima a obra, mas também porque as comunidades tradicionais que habitam as terras maranhenses – e arriscaria dizer que essa realidade se estende a todo o território nacional – são totalmente esquecidas pelo poder público e até mesmo pela população que em grande parte desconhece a sua existência. As condições de vida desses povoados costumam ser, então, bastante precárias, as casas normalmente são de taipa, ausentes de água encanada, as alternativas de escoamento do esgoto e de instalações elétricas improvisadas, principalmente porque não há o interesse do governo em prover as condições básicas de moradia e sobrevivência:

No povoado não há escolas nem posto de saúde, pois a permanente possibilidade de deslocamento populacional fez com que os sucessivos governos estaduais e municipais se eximissem da responsabilidade de prestar estes serviços aos moradores dos povoados, contribuindo para facilitar os processos de negociação para possíveis deslocamentos. (ALVES, PEREIRA, SANT'ANA JUNIOR 2009, p. 15).

³⁹ Para se ter um exemplo, no caso dos povoados de pescadores, o analfabetismo chega a 80%, visto que a vida dessa população é regulada pelos horários da maré e a escola não acompanha isso, além do mais, a maioria dos povoados não conta com escolas. Informação verbal prestada por Beto do Taim - morador do povoado de Taim e integrante do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) - no II Seminário Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente, São Luis, outubro de 2009.

⁴⁰ Informação veiculada por Bartolomeu Mendonça no II Seminário Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente, São Luis, outubro de 2009.

Outros moradores acabaram intimidados a se retirarem diante de estratégias de convencimento, terrorismo, informações distorcidas ou a ausência delas. Antes mesmo de aprovado o projeto do pólo siderúrgico, a Vale e o Governo do Estado contrataram a empresa Diagonal Urbana Consultoria LTDA para cadastrar os moradores e suas habitações. Os moradores não foram avisados da ação da empresa que, com seus funcionários, entrava nos quintais e demarcava os bens dos moradores. Com exceção dos povoados de Rio dos Cachorros e Taim que impediram a demarcação, os outros povoados foram contabilizados e as construções numeradas com tinta preta sinalizando a remoção:

A empresa contratada, pela CVRD e pelo Governo do Estado, passando de casa em casa, contava as árvores, as galinhas, os cômodos das casas, anotava o tipo de material que era utilizado para construir a casa, o tamanho do quintal, e, depois, contavam as pessoas da casa. Todo esse “contar e anotar” desconsiderava o modo de vida dessas pessoas, que ao final da “entrevista” balizada por um questionário de 10 itens, os entrevistadores diziam, conforme relatos dos moradores, que não deveriam mais aumentar suas casas nem continuar plantando, porque seriam indenizados somente pelo que foi “anotado” (MENDONÇA, 2006, p. 86).

Esse tipo de pressão aos moradores é um dos mais comuns, além da derrubada de cercas, queima de plantações, entrada de máquinas e equipamentos nos terrenos e alteração das vizinhas forçando o morador a acreditar ser inevitável a remoção ou ainda não lhes dando condições de permanecer pela destruição dos recursos naturais necessários a sua subsistência. Esta última costuma acontecer aos moradores que conseguem resistir ao deslocamento, e depois, diante da nova realidade inabitável, vêm-se forçados a se retirar sem qualquer indenização ou apoio das empresas ou poder público. Podemos observar um exemplo dessa estratégia quando Mendonça (2006) relata a instalação da empresa Vale, na década de 1980, e em seguida, como os exemplos de outros deslocamentos colaboram – e isso é bem freqüente – para a intimidação dos moradores, sempre lembrados e reforçados pelos *negociadores*:

Muitos moradores além de não receberem indenizações por suas benfeitorias, foram obrigados a sair da área à força. Outros enfrentaram máquinas, poeira, e até mesmo a polícia em defesa de suas posses e, por último, a situação de viver num lugar sem qualquer infraestrutura de redes de vizinhança e de pequenos comércios, uma vez que os técnicos da Vale compraram as casas e comércios de forma esparsa gerando insustentabilidade do grupo e levando os moradores que resistiam à desistência, abandonando suas posses ou vendendo-as por preços insignificantes (MENDONÇA, 2006, p. 36).

Eu não sou contra nem a favor, mas também não sou contra muito não, porque se aí vier, eu acho que na minha opinião tem que aceitar nas devidas condições porque se a gente for botar o pé na parede, vai fazer que nem o caso do moço que aconteceu ali no Itaquí, que eles queriam, queriam

indenizar as outras famílias só ficou esse senhor lá. Daí eles vinham, fizeram o trabalho tudinho. Depois esse senhor tava se reclamando, dizendo que tava se dando mal, que queria se mudar de lá. Aí ele foi pedir um preço pra eles, eles não quiseram aceitar o que ele pediu, porque no tempo que quiseram tirar ele não quis. Todo mundo saiu, menos ele (relato de moradora do povoada de Taim. *Apud*: SANT'ANA JUNIOR; SILVA 2010, p. 09).

A ausência de informações ou a sua distorção também são estratégias usadas para facilitar a negociação com os povoados para a sua retirada. Alves; Pereira, Sant'Ana Junior (2009) relatam a experiência vivida pelas comunidades Vila Madureira e Camboa dos Frades⁴¹ durante o processo de negociação para implantação da Termoelétrica Porto de Itaquí:

Durante o processo de licenciamento para a construção da termoelétrica, os moradores de Camboa dos Frades não foram comunicados sobre a situação, prevalecendo informações distorcidas e manipuladas pela União de Moradores. O povoado foi ignorado tanto pelos empreendedores, como pelos próprios moradores da Vila Madureira, que foram orientados pelos técnicos do Setor de Responsabilidade Social da MPX a não manter diálogo e não passar informações do que viria a acontecer mais tarde (ALVES; PEREIRA, SANT'ANA JUNIOR, 2009, p. 17).

Esta mesma equipe do Setor de Responsabilidade Social, composta por psicólogos, *assistentes sociais* e sociólogo, fizeram um trabalho minucioso de convencimento através da aproximação das comunidades e das suas lideranças para a conquista da confiança e da sua simpatia, e de visitas periódicas casa a casa para a realização das promessas. Entre elas incluía-se o recebimento de uma casa com computador. Não raro, a idéia de aquisição de um computador é veiculada nos argumentos de convencimento dos moradores, o que reforça o imaginário dos moradores de inclusão numa realidade de modernidade. Algumas vezes, nesse processo de aproximação de negociação entre representantes do empreendimento e do Estado, e as comunidades, há a cooptação de lideranças comunitárias. Outro exemplo semelhante foi registrado na implantação da Alumar quando um advogado passou-se por amigo de uma das lideranças e apropriou-se de forma legal das terras para vendê-las à empresa (MENDONÇA, 2006).

Por outro lado, a experiência de deslocamento de outras comunidades também contribui para a resistência. Alguns moradores das comunidades atuais previstas para remoção já passaram pela mesma situação - ou acompanharam parentes e amigos passar por ela - na década de 80, com a instalação das empresas Vale e Alumar e não se deixam iludir pelas promessas de emprego e melhoria da qualidade de vida. Um exemplo que tem servido para a

⁴¹ Camboa dos Frades e Vila Madureira eram duas comunidades vizinhas que se relacionavam intimamente em seu modo de produção e organização. Para a implantação da termoelétrica apenas a segunda era empecilho, e apenas esta também possui associação de moradores que representava, por sua vez, ambas as comunidades.

resistência dos povoados, principalmente para Camboa dos Frades, é a situação de insegurança alimentar que se encontra Vila Madureira, agora denominada Vila Nova Canaã, após o deslocamento, em 2009, para a implantação da Termoelétrica. A comunidade foi realocada para um conjunto habitacional construído com esse propósito, no entanto, ausente de área para o plantio ou criação de animais, o povoado que antes vivia com fartura de alimento, passou a depender de benefícios assistenciais do governo para se alimentar, e ainda de forma bastante precária, pois não há mais o excedente que antes os possibilitava a troca ou a venda nos bairros urbanos próximos, ou o apoio da rede de parentesco e afinidade dos povoados que antes lhe eram vizinhos.

A dualidade de opiniões e desejo entre os moradores causa conflitos entre eles e outros povoados, abalando o sistema comunitário e desarticulando as relações sociais com a divisão entre dois grupos: os moradores ou povoados favoráveis a vinda dos empreendimentos e aqueles que são contrários.

Este último então, diante da dificuldade – e quase nulidade – de diálogo com o poder público e com as empresas, encontra alternativa de organização e resistência para permanência no território e conservação dos modos de vida e cultura na criação de uma Unidade de Conservação. “A partir de 1996, nos espaços de discussão criados pela Igreja Católica, na Paróquia São José do Bonfim, em Vila Nova, vários representantes comunitários começaram a discutir sobre a possibilidade de implantação de uma Reserva Extrativista” (SANT’ANA JUNIOR; SILVA 2010, p. 11). O debate contou com o apoio e a experiência de outros movimentos sociais e representantes de outras unidades de conservação do Pará e Maranhão: Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIABE), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Fórum Carajás e Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT/IBAMA). Sob a liderança da Associação de Moradores do Taim, os moradores da área visada encaminham, em 2003, um abaixo assinado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) com o pedido de constituição da área em reserva. O processo de implantação da unidade denominada de Reserva Extrativista do Taim⁴² foi aberto pelo órgão que seguiu as etapas legais de elaboração de laudos biológicos e socioeconômicos e de consulta pública. A área tem aproximadamente 16.663,55 hectares, com um perímetro de 71,21 KM e abrange os povoados de Taim, Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros, Cajueiro, parte da Vila Maranhão, Portinho Ilha de Tauamirim, Jacamin, Embaubal, sendo que os cinco últimos

⁴² Atualmente o nome foi alterado para Reserva Extrativista de Tauá-Mirim devido a existência de outra reserva com o mesmo nome no Rio Grande do Sul.

entraram com pedido num segundo momento (*Ibidem*; SANT'ANA JUNIOR, 2004).

3.3 Refinaria Premium I

Além do polêmico pólo siderúrgico, outros projetos de grande envergadura vêm tirando o sono – ou fazendo sonhar – de boa parte da população maranhense, algumas praticamente concluídas pelo Programa de Aceleração do Crescimento: duplicação da Estrada de Ferro Carajás; ampliação do Porto do Itaqui e do Porto da Ponta da Madeira; a Hidrelétrica de Estreito, seis termelétricas, Refinaria Premium I da Petrobrás e a duplicação das estruturas industriais produtoras de alumínio e alumina da Alumar (ALVES, PEREIRA, SANT'ANA JUNIOR, 2009).

Em seu livro, escrito em 1988, auge do Programa Grande Carajás, Gistelinck já mencionava a intenção de construção do Pólo Siderúrgico, no entanto, descartava a possibilidade de implantação de uma refinaria de petróleo, visto a enorme conglomeração de indústrias muito poluentes existentes na região, já naquela época. Em 2008, todavia, a Petrobras e o Governo do Estado do Maranhão tornam público a instalação de uma refinaria de petróleo na região, mas não qualquer refinaria: a maior refinaria do Brasil, que deverá ser responsável por 1/3 da produção nacional e colocará o país em quinto no ranking mundial. Sua capacidade está estimada em 600 mil barris de petróleo por dia, quase o dobro da maior refinaria em operação atualmente no Brasil (REPLAN), e se destinará à produção de óleo diesel, querosene de aviação (QAV), nafta petroquímica, gás liquefeito de petróleo (GLP), bunker (combustível para navios) e coque.

A Refinaria Premium I, que terá um investimento na ordem de US\$ 19,8 bilhões ocupará uma área de 2.100 hectares, sobretudo do município de Bacabeira - a 50 km da capital São Luis – estendendo-se também sobre os municípios de Rosário e Santa Rita. Será implantada em duas etapas, uma até 2016, com a produção de 300 mil barris por dia e outras até 2019, completando a previsão de produção. A instalação da Refinaria vem acompanhada de outros empreendimentos no município de Bacabeira como a Companhia Siderúrgica do Mearim, o Terminal Portuário do Mearim e o Estaleiro Mearim.

Atualmente, a Refinaria Premium I encontra-se na fase das obras de terraplanagem, que são acompanhadas das obras de drenagem, com 25 quilômetros de canais, e de acesso ao empreendimento, com a construção de nove pontes de concreto dentro do terreno da refinaria;

esta fase deve perdurar até o início de 2013 (REFINARIA, 2011; PETROBRÁS, 2008). A justificativa da localização concerne, assim como a instalação do pólo siderúrgico, devido à disposição de infraestrutura logística e energética na região, do ponto estratégico para escoamento da produção e da mão de obra abundante e barata. É claro que o discurso de privilegiar o desenvolvimento do Maranhão é o que aparece com maior ênfase, com o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e principalmente da geração de empregos. Este último, é o que mais legitima entre a população o empreendimento e seus *custos* – que diante da propagação da ideologia do desenvolvimento parecem sequer existir. A mídia bombardeia de imagens das grandes estruturas que sairão, com trabalhadores bonitos e sorridentes, garantindo que desta vez o Maranhão deixará de ter os piores índices sociais do país, como reforça o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, em entrevista à Agência Nacional: “Será uma obra estruturante e importante para elevar o Maranhão a um novo status de Estado economicamente forte e ativo no cenário nacional e mundial” (PETROBRAS, 2009b).



Figura 2: Localização da Refinaria Premium entre os municípios de Rosário, Bacabeira e Santa Rita.

Fonte: Observatório Sebrae da Economia Maranhense. Disponível em: < <http://www.cenarioeconomico.com.br/observatoriosebrae/index.php?conteudo=informativo&id=146>>.

A ideologia do desenvolvimento relacionada a geração de empregos, melhoria da qualidade de vida e o alcance dos patamares sociais de primeiro mundo é veiculada

incansavelmente por todos os ângulos de modo que até as pessoas mais resistente ficam tentadas a acreditar nos benefícios que os grandes empreendimentos podem trazer para a população. A propaganda escancarada de – enfim – o desenvolvimento do Maranhão através da geração massiva cento e trinta mil empregos, diretos, indiretos e por efeito renda espalha-se por todo o estado e vizinhos e já começa a atrair pessoas em busca de trabalho. Como exemplifica o vereador de Bacabeira, Jefferson Calvert, em entrevista publicada no Portal Bacabeira em 07 de fevereiro de 2010, afirma ter sido “surpreendido com a chegada de uma família vinda do estado Piauí em busca de emprego na refinaria”:

Segundo Calvert, um homem acompanhado da mulher e três filhos desembarcou na cidade querendo saber onde ficava a refinaria da Petrobras, pois estava chegando para trabalhar nela. Quando foi informado que as obras da refinaria sequer haviam iniciado, o homem pediu ajuda para retornar ao Piauí, mas teve que passar a noite com a família na praça principal da cidade. “São histórias como essa que temos receio de se repetir aqui em Bacabeira. Há uma grande expectativa das pessoas quanto aos empregos que serão gerados e isso atrai gente de todos os cantos do nordeste. A cidade não tem estrutura para receber tanta gente de fora”.

Desses 130 mil empregos, apenas 26 mil serão diretos e os indiretos incluem, por exemplo, a venda de sorvetes nas proximidades da refinaria⁴³. Após sua conclusão, essa empregará apenas 1.500 pessoas que, se tratando de uma empresa *pública* como a Petrobrás, será necessário a realização do concurso público, mas isso é claro que não é divulgado (PETROBRAS, 2008). Então, esses 130 mil trabalhadores e suas famílias engrossarão as periferias saturadas de São Luis ou formarão novas favelas em Bacabeira, Rosário e Santa Rita, como já ocorrido nos municípios de Açailândia (MA) e Marabá (PA), dentre outros que até hoje atraem pessoas em busca de trabalho nas indústrias do PGC.

A migração intensiva para trabalhar nas grandes obras traz consigo outros dois problemas, além dos intrínsecos ao inchaço populacional e ao desemprego como violência, prostituição, a falta de serviços básicos e infraestrutura urbana; o alastramento de doenças como malária e doenças sexualmente transmissíveis com volta dos trabalhadores dos canteiros de obra as suas famílias⁴⁴ e a valorização solo urbano que colabora para a grilagem, a disputa pela terra e a expulsão das parcelas mais pobres da cidade para a periferia (GISTELINCK, 1988). Esse efeito já se observa em Bacabeira como nos anúncios no ANEXO C.

Vale trazer como demonstrativo da geração de empregos num dos estados com maior

⁴³ Informação apresentada pelo representante da Petrobrás nas Audiências Públicas dos dias 12 e 13, em São Luis, corroboradas por SANT’ANA JUNIOR; ALVES, 2010.

⁴⁴ Gistelinck trás em seu livro o exemplo de Santa Luzia (MA), onde aproximadamente uma pessoa em cada família migrou para as obras da hidrelétrica de Tucuruí, houve um aumento bastante significativo do numero de câncer ginecológico.

numero de grandes empreendimentos os dados apresentados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego que coloca o Maranhão em penúltimo estado em geração de empregos formais em 2009, com 2.700 vagas, no entanto os números divulgados pelo governo do Maranhão chegam a 80 mil (TERRAPLENAGEM, 2010).

O empreendimento ganha ainda mais visibilidade em períodos de campanha eleitoral seja, por um lado, para mostrar o empenho em trazer o desenvolvimento para o estado, seja, por outro lado, para pleitear votos em troca de indenização das comunidades atingidas. Isso ocorreu em grande parte dos projetos instalados no Maranhão e não está sendo diferente com a Refinaria Premium. Roseana Sarney escorou sua candidatura em 2010 sobre a vinda da obra e teve nas empreiteiras os maiores doadores de verba para a sua campanha com R\$ 9 milhões, sendo R\$ 1 milhão da Serveng Civilsan que participa do consócio de construção da Refinaria, além da doação, em semelhantes proporções da Queiróz Galvão, Triunfo, Cápua, OAS e Camargo Correa (CUTRIM, 2010b).

O empreendimento a princípio deveria consolidar-se em São Luis, a fim de encurtar a distancia até o Porto de Itaqui, no entanto a capital apresentou desvantagens sócio-ambientais que levou o projeto a migrar para Bacabeira, principalmente porque, segundo o EIA/RIMA, inexistiam pessoas morando na área pretendida (informação verbal)⁴⁵. Contraditoriamente, o Governo do Estado comprometeu-se em desapropriar o terreno de 20 km² para a construção da refinaria e transferir-lo gratuitamente à Petrobrás (ALVES; SANT'ANA JUNIOR, 2010).

Durante o período de passagem pelo Maranhão foi possível observar empiricamente a força das estratégias para implantação dos projetos, de modo que se pode refletir novamente o continuísmo das políticas praticadas no período ditatorial com as que se observa na conjuntura democrática onde impera o estatuto da cidadania, principalmente em tempos de um governo *popular*. O que se pode observar, na verdade, é um governo autoritário e explorador consentido e legitimado pela população, legalmente constituído e organizado.

As estratégias que se observam para a implantação da Refinaria Premium I não se diferem das utilizadas para a instalação do pólo siderúrgico, tão pouco das vividas no Programa Grande Carajás.

Foram organizadas cinco audiências públicas pela Petrobrás e Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) no mês de novembro de 2009, abrangendo, de cerca forma, os municípios

⁴⁵ Informações colhidas na Audiência Pública do dia 13 de novembro, na Vila Maranhão.

que sofrerão impactos do empreendimento: no município de Bacabeira, foi realizada no dia 9, no Largo da Igreja da Imaculada da Conceição, em Rosário, no dia 10, no Ginásio de Esporte Ferreirinha, em Santa Rita, no dia 11, no Centro de Convenções e em São Luís, no Espaço Renascença, no dia 12 e no dia 13, na Unidade de Ensino Básico Gomes de Sousa, na Vila Maranhão. E outra chamada pela Assembléia Legislativa, no dia 7 de abril de 2010.

As audiências organizadas pela empresa demonstram como muitos dos processos ditos democráticos servem de instrumentos legais para a opressão da vontade popular. As audiências realizadas em São Luís⁴⁶ possibilitam nossa observação quanto a sua função nas estratégias de convencimento – se não de *lavagem cerebral* – e de enaltecimento ideológico da *modernidade e do desenvolvimento*.

Podemos iniciar comentando que elas tinham a duração de nove horas (das 8h às 17h), além torná-las maçantes e cansativas dificultavam, por vezes a participação de trabalhadores. A audiência iniciava com o hino nacional encenado por uma apresentação de imagens fabulosas do *desenvolvimento* a partir da Petrobrás, imagens do Brasil e das grandes obras da empresa quase se confundiam e deslumbravam a *platéia*, num reforço da associação das ideologias do desenvolvimento e da *soberania nacional*. A apresentação do projeto feita pelo representante da Petrobrás, por vezes, parecia debochar dos moradores presentes, a começar pela fala infantilizada com que se dirigia aos participantes, depois porque baseou a apresentação na exaltação da empresa e do seu poder, na explicação do funcionamento da refinaria e dos procedimentos de refino do petróleo, inclusive com o uso dos termos técnicos e detalhamento dos processos de formação e quebra das cadeias de carbono, por fim - e é claro - na oportunidade de então os pescadores e lavradores se capacitarem para assumirem seus postos rumo à modernidade. Durante toda a audiência os moradores foram tratados como ignorantes, ausentes de qualquer habilidade para o trabalho, desconsiderando seus trabalhos tradicionais e seu modo de vida. No intervalo, serviu-se um ostentoso café, com serviço de garçom e louças reluzente, contrastantes com a simplicidade dos moradores que se dirigiam a mesa com seus chinelos de dedo e chapéis de palha. O Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), composto por uma dezena de volumes ficava exposto na entrada do *evento* aos cuidados das belíssimas *promoters* que não permitiam a retirada de nenhum dos seus livros para leitura ou consulta dos integrantes, o que causou confusão na última audiência, em Vila Maranhão, quando uma integrante de movimento social insistiu levar um dos volumes para ler em sua cadeira. Vale trazer ainda aqui que a audiência do dia 12, foi realizada no *Espaço*

⁴⁶ Houve a participação da autora apenas nas duas últimas audiências, logo, é possível fazer alusão e reflexão apenas sobre elas.

Renascença, um centro de eventos de alto padrão em um dos bairros mais nobres de São Luis, Renascença.

Por outro lado, não se pode desconsiderar a enorme presença dos moradores na audiência de Vila Maranhão que lotaram o ginásio de esportes do colégio e a participação dos poucos que compareceram no Espaço Renascença inquietos com a apresentação das *cadeias de carbono* diante da insegurança da perda de suas plantações.

O Estudo de Impactos Ambientais, bem com o seu relatório, EIA/RIMA, foi encomendado à Universidade Federal do Maranhão (UFMA) pela Petrobrás. Criticado por integrantes dos movimentos sociais e por seguimentos da própria universidade que contestam o empréstimo do nome da universidade e a responsabilidade técnica dos profissionais que os elaboram de forma duvidosa. O documento de treze mil páginas foi escrito num tempo recorde de semanas omitindo e distorcendo informações como a emissão de 41 mil toneladas de poluentes cancerígenos, a poluição do Rio Itapecuru – que abastece entre outros municípios, a capital – com concentrações superiores às permitidas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente, de alumínio, boro e cloreto e a constatação de inexistência de populações nas áreas visitadas pelo projeto (Informação verbal⁴⁷, MARANHÃO, 2010). No entanto, de modo geral o que se reparou durante o processo de pesquisa para este trabalho – que nos leva acreditar que não só para a pesquisa, mas no próprio cotidiano de incertezas para a implantação da refinaria – é a ausência de informações acerca dos impactos ambientais e sociais da refinaria, por exemplo, não é possível saber a quantidade de pessoas que serão ou estão sendo retiradas das suas terras, nem quem são, conhece-se apenas a comunidade de Salvaterra por essa ter buscado apoio junto aos movimentos sociais no período de passagem da autora por São Luis, mas que praticamente não é mencionada na mídia (ANEXO D).

Salvaterra, uma das comunidades atingidas, localizava-se ao centro do terreno *escolhido* para sediar a grande obra, formada por pescadores e agricultores integrantes de uma mesma família, descendentes do casamento de um francês com uma escrava, há duzentos anos ocupa aquele território. As 35 famílias, aproximadamente, que a constituem distribuem-se sobre uma área de 450 hectares onde fazem o uso da terra coletivamente. Terras

(...) nas quais as redes de parentela asseguram a reprodução social não somente das famílias nucleares ali fixadas em mais de três gerações, mas também, de uma ampla capacidade de absorção da mão de obra familiar de outros grupos que mantêm vínculos seja de parentesco, seja de afinidade (SANT'ANA JUNIOR; ALVES, 2010, p. 08).

⁴⁷ Informação constatada e questionada na audiência do dia 13 de novembro, na Vila Maranhão.

Os moradores de Salvaterra receberam, em meados de 2009, a visita de sete representantes da Secretaria Estadual da Indústria e Comércio informando-os que deveriam deixar suas casas num prazo máximo de 20 dias, a contar daquele dia, para dar início ao empreendimento e, aproveitando-se do fato da pouca alfabetização dos moradores, intimidou-os a assinar papéis que, segundo ele, dizia respeito à indenização, caso não assinassem naquele dia perderiam o direito à indenização. Os moradores assustados e confusos não assinaram os documentos e buscaram esclarecimentos e apoio junto à Defensoria Pública do Maranhão, aos Ministérios Públicos Estadual e Federal e aos movimentos sociais. As visitas do mesmo representante tornaram-se freqüentes sempre com novas ameaças ao passo que máquinas começaram a entrar nas roças - principalmente para a ampliação das vias de acesso para as obras da refinaria – onde foram proibidos de fazer novas plantações, – semelhante aos moradores das terras visadas para o pólo siderúrgico. Ocorrências como essas, mais do que necessidade, muitas vezes costumam ser estratégias de terrorismo e pressão para a retirada dos moradores, como já comentada anteriormente são os casos da queimada das plantações e a demarcação das casas, em Salvaterra houve notícias inclusive de enfrentamentos físicos entre trabalhadores da comunidade e funcionários das empresas de terraplenagem.

Salvaterra resistiu até onde conseguiu, mas as condições locais tornaram-se inóspitas à moradia, as roças foram destruídas, os rios canalizados e poeira e o barro tomaram conta da região fazendo-os pouco a pouco se retirarem do *seu* território. Ademais, a situação gerou muitos conflitos internos fazendo a comunidade se dispersar.

3.4 O desenvolvimento do Programa Grande Carajás e as perspectivas para os novos projetos de desenvolvimento na região maranhense

O Programa Grande Carajás, assim como outros incentivos do desenvolvimento na região Norte e Nordeste suscitados pela criação da SUDAM e pela SUDENE, foi responsável por altas no crescimento econômico do país através do aumento das exportações. Como vimos, em um país dependente algumas estratégias de desenvolvimento como essa podem – a depender da conjuntura socioeconômica interna e externa – produzir crescimento econômico ou expansão da economia do país, no entanto, aprofundando a dependência e seus mecanismos como a superexploração dos trabalhadores. Ademais, no que se refere ao processo em tela, sob a perspectiva de Gisterlinck (1988, p. 50), o sistema pode ser

considerado um fracasso, pois, “cerca de um terço dos projetos contemplados com incentivos é hoje classificado como latifúndio improdutivo e tudo o que, teoricamente ali se investiu, desapareceu na fumaça dos desvios”. Acrescenta ainda o autor que dos projetos industriais, até o final da década de 1980, um terço dos 2.100 empreendimentos permaneceu inacabado.

É importante registrar o crescimento da renda da população maranhense que, segundo dados do PNUD (2000) no período de 1991 à 2000 cresceu de 0,505 para 0,508, isto é, a renda per capita média cresceu de R\$ 80,43 para R\$ 110,37 – que não deixam de ser valores insignificantes e ainda dos piores índices brasileiros -, no entanto importa referenciar a contradição do dado, á medida que o ínfimo crescimento da renda foi acompanhado do crescimento da desigualdade que, no mesmo período, passou de 0,6 para 0,7⁴⁸, o que significa intensificou-se a concentração da renda, excluindo a população do seu crescimento.

Sob a perspectiva social o *desenvolvimento* trazido pelo PGC pode ser observado no **aumento da concentração da terra**, como Gistelinck (1988) trás o exemplo do município de Santa Luzia (MA), que no período de implantação da estrada de ferro, entre os anos de 1975 e 1980, “o numero de pequenos agricultores caiu em 20% e a terras ocupadas por eles foi reduzida em 74%”. Esta realidade levou a ocupação de 90% do território maranhense pelo agronegócio nesta época (Ibidem, p. 51). A população expulsa do campo migrou para o entorno dos grandes empreendimentos e dos centros urbanos em busca de trabalho e moradia, para se ter uma noção o mesmo autor comenta que se previa a migração de cerca de 100.000 famílias da área rural dos corredores da estrada de ferro para as cidades em busca de emprego até 1993. O intenso **êxodo rural**, acompanhado da **migração** de desempregados de todo o norte e nordeste do país atraídos pela promessa de emprego em abundancia colaborou para **inchaço das periferias e favelas** de cidades como Açailândia e São Luis. A capital, por exemplo, cresceu entre 1980 e 1985, período de implantação da Alumar e da CVRD, de 322.578 habitantes para 585.467, ou seja, um crescimento de 266.889 (81,5%). Em 2010, a população já alcançou 1 milhão de habitantes⁴⁹, no entanto o crescimento populacional não veio acompanhado de serviços básicos como habitação, educação e saúde. Desde o período ditatorial, quando os empreendimentos começaram a se estabelecer no Maranhão ele permanece entre os piores índices sociais do país. Por exemplo, em 1991, apenas 19% da população tinham acesso à água encanada e domicílio com banheiro, e esse dado, apesar de ter subido para 26,88% ainda está muito abaixo, inclusive do estado considerado com pior IDH do Brasil, Alagoas, que tem 56,17% da população com acesso à água encanada e

⁴⁸ Índice de Gini, PNUD, 2000.

⁴⁹ Dados de 2010 do IBGE.

banheiro (PNUD, 2000). A **valorização do solo urbano** desencadeada pelo incontável contingente migratório que precariza ainda mais as condições de moradia por restringir o seu acesso à renda, a disputa por um espaço urbano torna-se selvagem e injusto, sujeitando as massas recém chegadas à instabilidade de permanência diante da violência das expulsões, da grilagem urbana e dos altos alugueis.

O aumento populacional desordenado e sem investimentos em infraestrutura urbana, como ocorreu com os projetos do Grande Carajás trouxe também todos os problemas intrínsecos à urbanização, como a **prostituição, a violência e a fome**, principalmente porque o **desemprego** foi muito maior do que a geração de trabalho, como prometido pelos empreendimentos.

Quando fomos morar em 1980 no Maracanã, um bairro de negros na zona rural de São Luis, conhecido pelas festas de bumba-meu-boi e da juçara, pelos banhos de rio, pela vida tranqüila, ligada a natureza, podíamos dormir com as janelas abertas e acordar com o canto do sabiá ou com o beija-flor entrando no quarto. Mas o Maracanã, na frente do distrito industrial, entre a CVRD e a Alumar, está mudando. As invasões estão ocupando as áreas verdes e poluindo os rios. Os peixes e as frutas estão sendo disputados palmo a palmo pela população faminta, que se instalou próximo às fábricas. Aparecem ladrões, bocas de fumo, prostituição, assaltos e assassinatos nos arredores (GISTELINCK, 1988, p. 151).

O enorme índice de desemprego possibilita os grandes empreendimentos manter seus trabalhadores em condições de extrema precariedade laboral e salários ínfimos, sendo altos os índices de acidentes de trabalho. Condições que se assemelham à exploração desumana do início da industrialização na Europa, mas que hoje, nenhum trabalhador europeu se submeteria (FRONTEIRA, 1992). Aliado à pressão do exercito industrial de reserva e à alta rotatividade da força de trabalho, os movimentos sindicais têm a organização fragilizada e pouco poder de barganha junto às empresas. O que possibilita ainda mais a superexploração do trabalhador.

O êxodo rural motivado pelo Programa Grande Carajás trouxe outro grande problema que foi a **diminuição da produção de alimentos e aumento do seu valor**, mecanismo típico do ciclo de reprodução do capital numa economia dependente, agudizado naquele território. Atualmente a produção agrícola do Maranhão caracteriza-se para a exportação, especialmente de soja, os alimentos consumidos nos mercados urbanos, principalmente de São Luis vêm de outros estados⁵⁰, chegando a preços elevadíssimos e às

⁵⁰ Segundo pesquisas de 2007 do Instituto Euvaldo Lodi – IEL, o Maranhão só naquele ano gastou R\$ 1 bilhão 411 milhões 897 mil com importação de artefatos para consumo da população, sendo R\$ 504 milhões 240 mil com alimentação, e tendo o estado de São Paulo como maior exportador. Apresenta ainda que entre 2003 e 2007

feiras populares com qualidade bastante baixa.

A maçã, a pêra, a uva estão invadindo as prateleiras dos supermercados, graças aos subsídios, e as frutas regionais desaparecem. A indústria de refrigerantes consegue substituir os deliciosos sucos de fruta. A industrialização, vindo de fora para dentro, trás outra cultura de alimentação e vai incentivando uma agricultura, voltada para produtos de exportação [...]. O Maranhão vai continuar importando mais alimentos para abastecer o mercado interno e a população vai comendo menos (GISTELINCK, 1988, p. 150).

Levando em consideração a baixa renda da população maranhense é notável a situação de insegurança alimentar em que se encontra. Segundo dados do IBGE de 2009 (*Apud*: VIVIANI, 2010), 64,4% da população vive em condições de insegurança alimentar, isto representa um universo de 4 milhões e 160 mil pessoas. Gistelinck (1988) acrescenta ainda dados para refletir o *desenvolvimento* intrínseco aos grandes empreendimentos:

(...) entre as famílias que foram deslocadas da área rural da ilha de São Luis para a periferia urbana por causa da implantação da Alumar, a mortalidade subiu de 90 para 190 por mil (GISTELINCK, 1988, p. 150).

A mortalidade, segundo ele, está associada à má alimentação a que foram submetidas as comunidades deslocadas pelos grandes empreendimentos, uma vez que antes sobreviviam da caça, da pesca e da agricultura, e hoje habitam nas periferias de São Luis, sem trabalho e sem o meio de onde tiravam sua subsistência, como demonstra o mesmo autor:

(...) 80% da população passa fome e a maior causa é miséria, a falta de trabalho e o salário extremamente baixo. Em 1975, o salário mínimo tinha um valor real duas vezes maior do que o atual. A população comia peixe e carne e tinha ainda uma alimentação complementar de frutas e de caça da mata e de mariscos, colhidos nas praias e nos mangues. Essas áreas livres desapareceram. Estão ocupadas pelas indústrias e pelas favelas na ilha de São Luis (*Ibidem*, p. 149).

Várias comunidades indígenas nos territórios paraense e maranhense foram picotadas, inundadas, devastadas e invadidas sob a prerrogativa do desenvolvimento, legalmente consentidas e apoiadas pelo governo. O PGC apesar de prevê um projeto denominado Apoio às Comunidades Indígenas, administrado pela FUNAI e financiado pela CVRD – que contraditoriamente entrou com pedidos de exploração mineral em terras indígenas na mesma época – com recursos do Banco Mundial, o projeto é caracterizado por

houve um crescimento de importações em 125,05% de frutas e hortaliças e 85,43%.de carnes e derivados. Apesar da enorme produção maranhense no setor metalúrgico e na plantação de eucaliptos, o estado, no ano de 2007, importou R\$ 3 milhões 561 mil de artefatos metálicos e R\$ 7 milhões 240 mil em artefatos de papel (MARANHÃO, 2008).

Gistelinck (1988, p. 153) como “típico de colonização, visando a aculturação dos índios ao ponto de serem assimilados como trabalhadores no Projeto Carajás”⁵¹. E acrescenta o autor: “desenraizados das suas culturas, dos seus valores, das suas comunidades e ‘integrados’ na cultura ocidental, os índios não serão mais um impeditivo para o progresso do Projeto Carajás e se diluirão na marginalidade das grandes cidades” (*Ibidem*, p. 153; HALL, 1991).

(...) o problema mais fundamental, de mais triste conseqüência, porque irreversível e atingindo as raízes mais profundas de um povo, é o do desarticulamento e desenraizamento de uma cultura, através da mudança de todas as características de seu meio, de seus hábitos tradicionais, de sua vocação ligada a uma natureza peculiar e insubstituível (ASSUMPÇÃO; OPDEBEECK, 1986 *apud* GISTELINCK, 1988, p. 145).

Sabemos que a urbanização é um movimento inevitável e não a questionamos aqui. O que problematizamos é a ideologia do *desenvolvimento* que orienta e justifica todas as decisões e ações, e legitima a expropriação dos meios de subsistência e expulsão das populações de suas terras, a degradação das condições de vida dos trabalhadores, a opressão e submissão da sociedade em prol de uma idéia mitológica e inalcançável. Acrescenta ainda Furtado (1974):

(...) graças a ela tem sido possível desviar a atenção da tarefa básica da identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o progresso da ciência, para concentrá-la em objetivos abstratos como o investimento, as exportações e o crescimento (*Apud*: ROCHA; PAIVA, 2011p. 8).

Para a instalação do pólo siderúrgico e da Refinaria Premium I não se espera realidade diferente desta, muito pelo contrario, apenas a sua acentuação, como já se pôde reparar ao longo do relato específico a esses empreendimentos. O Maranhão não melhorou seu perfil social com os projetos do PGC, como prometido, e nem mudará, como se continua prometendo, enquanto a política de investimentos visar o aprofundamento da dependência do país com base na superexploração dos recursos naturais e da força de trabalho brasileiros para alimentar a economia dos países ditos *desenvolvidos*.

Logo, o *desenvolvimento*, que na verdade refere-se ao desenvolvimento do sistema capitalista, significa para as comunidades tradicionais exatamente isto, o desenvolvimento das forças produtivas através da dissociação entre o trabalhador e a natureza e a consecutiva expropriação dos meios de sobrevivência independentes do capital, para que o homem venda a sua força de trabalho ao capitalista ou engrosse as massas desempregadas.

⁵¹ Para maiores detalhes do Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas e os impactos do PGC sobre essas populações consultar os relatórios do Centro de Trabalho Indigenista elaborados a pedido da CVRD, disponível em: <<http://www.trabalhoindigenista.org.br/pagina.php?p=acervo-digital.php>>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se constatar com o trabalho em questão que a alienação presente em todo o processo de desenvolvimento do sistema capitalista extrapola ao homem e estende-se sobre as relações com a natureza e da natureza em si e, atualmente, se expressa, sobretudo, sob o prisma da ideologia do desenvolvimento. O desenvolvimento, por sua vez, apesar da sua associação à melhoria na qualidade de vida da população, na verdade enseja diversas formas de exploração e expropriação da mesma, por remeter ao desenvolvimento do sistema capitalista.

A idéia do desenvolvimento se relacionada também à idéia de colonização, mesmo que sublimemente, e pode ser observada quando se justifica a expansão e a exploração do capital sobre as áreas mais empobrecidas do país, como na região Norte com a disseminação da imagem da Amazônia *selvagem* e de *vazio demográfico e cultural*, que precisa da tutela do estado para se *desenvolver* e atingir os níveis de vida modernos e integrados à cultura ocidental – diga-se de passagem, norte-americana.

O estilo de vida norte-americano tornou-se a luz que direcionaria o desenvolvimento do Terceiro Mundo, e as nações recém *liberadas* do colonialismo europeu imediatamente aceitaram a condição de país subdesenvolvido, proclamando-se candidatas ao desenvolvimento econômico (LAYRARGUES, 1997, p. 2 – grifo nosso).

Apesar de agora *não sermos mais colônia* para caracterizarmos como economias dependentes, vivenciamos processos semelhantes - ou formas evoluídas - daqueles vivenciados no período de invasão européia na América, como o saque de matérias-primas, escravidão da força-de-trabalho nativa e destruição cultural com base na modernização e na tutela dos *colonizadores*. Na verdade, mecanismo de acumulação da metrópole sobre a superexploração dos países periféricos, agora sob o discurso do *desenvolvimento* acompanhado da idéia de geração das *oportunidades* e de – enfim - a consolidação da *soberania nacional*.

Pôde-se observar também que, tanto pela contextualização dos processos políticos, quanto pela análise dos rumos econômicos e, mais ainda, pela arbitrariedade com se instalam os projetos de desenvolvimento, há uma evolução dos métodos coercitivos empregados pela classe dominante que, não podendo mais “defender golpes militares abertamente- hoje se contentam” com os meios midiáticos de massa para a construção do consenso, e se apóiam em muitos dos instrumentos de participação para montar encenações da democracia, sendo que a

participação efetiva, na maioria das vezes, se faz – com muita dificuldade - através dos movimentos sociais, que são justamente uma alternativa aos espaços silenciosos de negociação entre poder público, empresas e população (ASSIS, 2011).

Se não conta mais com o poder de repressão assegurado no período militar, recorrentemente utilizado nos processos de deslocamento compulsório de grupos que mantinham territórios almejados pelos projetos a serem implantados ou para a contenção de protestos resultantes de externalidades geradas por estes mesmos projetos, hoje é crescente a utilização de processos de manipulação dos instrumentos legais, previstos na legislação brasileira (tais como os Relatórios de Impactos Ambientais), e da organização social dos grupos sociais atingidos por seus impactos (ALVES; PEREIRA; SANT'ANA JUNIOR, 2009, p. 18).

Não estamos querendo fazer aqui uma apologia ao período ditatorial, nem tratá-lo com saudosismo, mas apontando o caráter profundamente autoritário da democracia brasileira, necessário ao padrão requerido de desenvolvimento, àquele que historicamente aprofunda e renova as bases da dependência ao mesmo tempo em as mascaram.

É importante considerar ainda que as possibilidades de organização da classe trabalhadora, de comunidades tradicionais e movimentos ambientalistas, contra o modelo destrutivo e autoritário de *desenvolvimento* geralmente encontram resistência e oposição da própria população por considerá-los inimigos da vinda de melhores condições de vida.

O cenário ideológico montado pelo capital não favorece em nenhum sentido a resistência e os processos de luta das comunidades atingidas. Além da força política e econômica dos grandes empreendimentos na injusta queda de braço entre os interesses do capital e o desejo das populações alvo, a falta de visibilidade dos povoados e a desconsideração das tecnologias ancestrais e tradicionais sob a ideologia maniqueísta do atrasado, arcaico ou ultrapassado em prol de uma ciência *moderna* a serviço do capital, reforçam a justificativa do investimento no desenvolvimento e a busca incessante pela modernidade. Acrescenta ainda Castro (1998) que o saber técnico-científico procura desqualificar e desvalorizar todos os outros saberes e práticas, principalmente por colocar em cheque uma ciência capitalista e aquele não estar inserido num sistema de mercado. Aliado a isso, a ideologia da superioridade da cidade em relação ao campo no imperativo da modernidade embasadora e justificadora do desenvolvimento facilita os processos de retirada das comunidades, seja pela esperança – e defesa - da população local do incremento das áreas rurais com equipamentos e serviços urbanos através da vinda dos empreendimentos, seja pelas promessas, veiculadas nos processos de negociação, de inserção das comunidades na modernidade e a oportunidade de visibilidade e valorização desses grupos.

O discurso do *desenvolvimento* não é novo, mas até hoje não demonstrou sua efetividade localizada sempre num porvir, ao qual a população acredita e alimenta. Apesar de nítidas as *conseqüências do desenvolvimento*, especialmente nas regiões aqui trazidas como exemplo, ele ainda é desejável por grande parte da população brasileira e principalmente dos estados demarcados para a realização das grandes obras. A continuidade na crença é resultado não só da ardilosa *lavagem cerebral* que a ideologia neoliberal/novo-desenvolvimentista vem realizando há muitos de seus ciclos, mas também, do fato da sociedade moderna promover a dissociação da sua constituição enquanto ser social a partir da natureza, obscurecendo a processualidade que leva a humanização da natureza e a naturalização da humanidade, alienando a compreensão acerca das lutas de permanência no território e conservação da sua reprodução enquanto comunidades dependentes da natureza e, portanto deslegitimando-as. Isto leva, muitas vezes, a uma compreensão, no senso comum, de se tratarem de grupos *primitivos* ou culturalmente ameaçados que devem ser mantidos em espaços reservados a eles, como se faz com áreas de preservação para proteger pedaços de mata e exemplares de animais em extinção contra a ofensiva humana⁵².

Outro fator fundamental para considerarmos nessa análise remete a situação concreta de pobreza, miséria e desemprego que imperam sobre o país, fazendo com que qualquer possibilidade de trabalho ou qualquer dia a mais com comida na mesa desconsiderem todas as outras implicações da instalação dos grandes empreendimentos, reforçando o desejo pela vinda do *desenvolvimento*, por mais temporário que seja, por mais degradante e explorador para o trabalhador, é a necessidade diária, a materialidade básica da existência humana e social, que não espera por um novo modelo de produção. E concluem ainda, muito bem, Mota e Silva (2009): “a insustentabilidade das condições de vida e trabalho das populações dessas Regiões é uma “condição” para a sustentabilidade econômica, apesar de a mesma receber a nomenclatura de sustentabilidade ambiental” (p. 45).

Observa-se assim a organização econômica e social atual seguindo no sentido contrário – e cada vez mais profundo – de uma organização comunal da sociedade, ausente da propriedade privada e da exploração da força de trabalho, cheia de significados e possibilidades criadoras pela maior a liberdade de trabalho e organização. O sistema capitalista sob uma lógica de evolucionismo econômico tem a missão de liquidar os não adaptados a ele e nessa, ceifa – concretamente ou ideologicamente – os modos de vida

⁵² Não se tem a intenção aqui de negar a constituição das reservas extrativistas ou indígenas como estratégias de permanência das populações em seus territórios e de preservação da cultura, apenas trazer para a reflexão a descontrolada ação predatória do homem pelo capital.

diferentes dos preconizados por ele, como os das comunidades tradicionais. Apesar de essas estarem imbricadas à sociedade capitalista – mesmo porque não há como se excluir dela - e não viverem o comunismo idealizado por Marx, representam uma alternativa de organização com amarras mais frouxas às condicionantes de superexploração que encontramos no atual estágio de desenvolvimento do capital e remontam pilares importantes para a construção de uma sociedade comunal, mesmo que ela represente muito mais do que o modo de produção ou da relação com a natureza.

O comunismo nada mais era que a abolição positiva da propriedade privada, mediante a associação. Esse comunismo positivo “como naturalismo plenamente desenvolvido é igual a humanismo e como humanismo plenamente desenvolvido é igual a naturalismo; é a resolução genuína do conflito entre homem e natureza, e entre homem e homem, a verdadeira resolução do conflito entre existência e ser, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e espécie” Esta existência humana da natureza e essência natural da humanidade existe apenas para seres associados (plenamente sociais). A sociedade sob o comunismo, não mais alienadas pela instituição da propriedade privada e pela acumulação da riqueza como a força motriz da indústria, “é pois em essência a unidade aperfeiçoada do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem, e o humanismo realizado da natureza” (MARX *apud* FOSTER, p. 116)

Tendo em vista a perspectiva materialista histórica da constituição do homem enquanto ser social e sua organização pautada sobre os processos de trabalho especialmente determinados pelo meio em que habitam, resta a interrogativa das conseqüências do *desenvolvimento* sobre as comunidades que conservam a relação direta com a natureza para a sua organização e reprodução com a usurpação dos seus territórios e da sua base de produção. Assim como trás Meszáros (2002), a natureza é a essência da existência do homem, especialmente aquele que mantém o modo de produção tradicional:

A “essência” do peixe é sua “existência”, a água – para retomar apenas uma das posições de Feuerbach. A “existência” do peixe de água corrente é a água do rio. Contudo, se esta água deixa de ser “essência”, deixa de ser meio adequado de existência, tão logo o rio sofra a influencia da indústria, tão logo seja poluído por corantes e outros dejetos, tão logo seja navegado por navios a vapor, ou tão logo suas águas sejam dirigidas para canais onde simples drenagens podem privar o peixe de seu meio de existência (pg. 988).

Logo, defender o meio ambiente não é só defender as florestas e as águas, não é querer garantir qualidade de vida às gerações futuras ou para os nossos filhos, como se costuma ouvir, é defender o homem hoje, lutar pela a sobrevivência de milhares de populações tradicionais, é defender culturas, é defender uma alternativa ao modo de produção e vida modernos, ocidentais e capitalistas.

Neste contexto, lembrar ainda que o Assistente Social está inserido em muitos dos espaços relacionados a essa problemática, seja nas equipes de negociação em prol das empresas, seja nas instituições públicas que atenderão as comunidades atingidas com habitação ou benefícios compensatórios para a *nova vida*, seja nos movimentos sociais fortalecendo a luta de resistência e por reconhecimento da cidadania e dos direitos dos povos tradicionais. Infelizmente, este último é o que conta com menos participação dos profissionais, ao passo que é o que mais se observa os princípios ético-políticos do Serviço Social ao lutar pela liberdade e conservação da autonomia das comunidades, ao buscar a ampliação dos espaços de participação e a sua concretização de fato, em consonância à recusa do arbítrio e do autoritarismo, além da bandeira contra a injustiça social e o preconceito com os modos de vida tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Elio de Jesus Pantoja; SANT'ANA JUNIOR, Horácio Antunes. Conflitos Sócioambientais no Maranhão: os Povoados de Camboa dos Frades (São Luis – MA) e Salvaterra (Rosário – MA). In: ENCONTRO NACIONAL DO ANPPAS, 5; 2010. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em:< <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/gt2.html>>. Acesso em: 04/12/2010.

ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla R. Assunção; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. Projetos de Desenvolvimento e Conflitos Sócio-Ambientais no Maranhão. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 33; 2009. **Anais...** Caxambu: 2009.

ARACH, Omar. Articulações ambientalistas em oposição às grandes obras de infra-estrutura. In: VERDUM (Org.). **Financiamento e Megaprojetos: uma interpretação da dinâmica regional sul-americana**. Brasília: INESC, 2008.

ASSIS, Lucas. Movimento Gota D'Água: A Comercialização do Consenso. 29 nov. 2011. Disponível em: <http://www.sobretudonews.com.br/2011/11/29/movimento-gota-d%E2%80%99agua-a-comercializacao-do-consenso/>. Acesso em: 29/11/2011.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Trabalho, Ser Social e Ética. In: **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 25-31

BARROCO. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOLETIM ORÇAMENTO E POLÍTICA AMBIENTAL. **O insustentável ambiente da integração**. Brasília/DF: INESC, ano V. nº 19, dez. 2006. Trimestral.

BOLETIM ORÇAMENTO E POLÍTICA AMBIENTAL. **Os riscos do neo-extrativismo progressista**. Brasília/DF: INESC, ano X. nº 23, dez. 2009. Trimestral.

BORGES NETO, João Machado. Governo Lula – uma opção neoliberal. In: PAULA, João Antônio de. (org.). **Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.69-91.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** – texto constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de nº 01/92 a 53/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 01 a 06/94. Brasília: Senado Federal,

Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **1º Balanço PAC 2 (2011 – 2014)**. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac>>. Acesso em 26/09/2011

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **PAC - Balanço 4 anos: 2007-2010**. 2010.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano plurianual 2004-2007: mensagem presidencial**. Brasília: MPOG, 2003. Disponível em <http://www.sigplan.gov.br/arquivos/portallppa/41_%28menspresanexo%29.pdf> Acesso em: 10/11/2011.

BRASIL.. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Presidência da República: Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 7 de fevereiro de 2007; 186º da Independência e 119º da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm >. Acessado em: 27/11/ 2011.

CAÑETE, Thales; M. CAÑETE. Voyner. R. **Populações Tradicionais Amazônicas: revisando conceitos**. In: ENCONTRO NACIONAL DO ANPPAS, 5; 2010. **Anais...** Florianópolis: 2010,

CASTELO. Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-america. In: ____ (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

CASTRO, Edna. **Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais**. Paper nº 092 do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém:UFPA, 1998.

CFESS. **Resolução nº 273, de 13 de março de 1993**. Institui o Código de Ética Profissional do Assistente Social e dá outras providências. Brasília: CFESS, 1993.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) - outubro 2011**. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-4>> Acesso em: 27/11/2011

COTRIM, Gilberto. **História e Consciência do Brasil:** da independência aos dias atuais. Vol. II. São Paulo: Editora Saraiva, 1997.

CUTRIM, John. Roseana gastou mais de R\$ 24 milhões na campanha; empreiteiras foram maiores doadoras. *Jornal Pequeno*. São Luís, 4 nov. 2010b. Disponível em: <<http://www.jornalpequeno.com.br/blog/johncutrim/?p=11675>>. Acesso em: 10/04/2011.

CUTRIM. Obras da Refinaria Premium de Bacabeira estão paradas. *Jornal Pequeno*. São Luís, 24 mar. 2010a. Disponível em: <<http://www.jornalpequeno.com.br/blog/johncutrim/?p=5332>>. Acesso em: 04/11/2011.

CUTRIM. Petrobras adia refinaria do Maranhão de 2014 para 2016. **Jornal Pequeno**. São Luís, 25 jul 2011. Disponível em: <<http://www.jornalpequeno.com.br/blog/johncutrim/?p=19249>>. Acesso em: 04/11/2011.

DIEGUES, A. C.S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **Revista São Paulo em Perspectiva**, n.6, pg. 22-29, jan./jun., 1992. Disponível em: <http://www.seade.sp.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_05.pdf>. Acesso em: 28/06/2011.

EATON, John. **Manual de Economia Política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

EDIVALDO Holanda visita canteiro de obras da Refinaria Premium. **Portal Bacabeira – Maranhão**. Bacabeira. Disponível em: <<http://www.bacabeira-ma.com.br/2010/02/edivaldo-holanda-visita-canteiro-de-obras-da-refinaria-premium/>> Acesso em: 04/11/2011.

FALADORI, G. O metabolismo com a natureza – marxismo e ecologia. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo, n. 12, 2001. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/05folad.pdf>>. Acesso em: 28/06/2011.

FALADORI. A questão ambiental em Marx. **Revista Crítica Marxista**. n.04, 1997. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/4_Foladori.pdf>. Acesso em: 28/06/2011.

FONTES, Virgínia. Novas encruzilhadas e velhos fantasmas. In: CASTELO (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

FOSTER, John B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOSTER, John B. Ecologia e a transição do capitalismo para o socialismo. **O Comuneiro Revista Eletrônica**, n.10, mar./2010. Disponível em:
<http://www.ocomuneiro.com/nr10_03_bellamy.html>. Acesso em: 28/06/2011.

FRANK, André Gunder. El desarrollo Del subdesarrollo capitalista en Brasil. In:_____ **Capitalismo y subdesarrollo em América Latina**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1978.

FRONTEIRA Carajás. Produção de Edna Castro. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 1992. son., color., (21min). Disponível em:<
<http://www.youtube.com/watch?v=E0DOVfGItJc>> [1ª parte]
<http://www.youtube.com/watch?v=UI9-MgHe57E> [2ª parte].

GERMER, Claus Magno. **Contribuições ao entendimento do método da economia política, segundo Marx**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE FILOSOFIA, 2; 2007. **Anais...**Belo Horizonte: UFMG, 2007. Disponível em:
<<http://www.fafich.ufmg.br/cobrefil/textos.htm>>.

GISTELINCK, Frans. **Carajás, Usinas e Favelas**. São Luís: Gráfica Minerva, 1988.

HALL, Anthony L. **Amazônia: Desenvolvimento para quem? - Desenvolvimento e conflito social no programa grande Carajás**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

LAYRARGUES, P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Revista Proposta**, n. 71, pg. 5-10, 1997. Disponível em:
<http://material.nereainvestiga.org/publicacoes/user_35/FICH_ES_32.pdf>. Acesso em: 28/06/ 2011.

LEITE, José Rubens M (Coord); PILATI, Luciana Cardoso; DANTAS, Marcelo Bizaglo. Sociedade de Risco e Estado. In: **Direito Ambiental Simplificado**. Editora Saraiva: 2011.

LEITE, José Rubens M. BELCHIOR, Germana Parente N. Estado de Direito Ambiental: uma análise da recente jurisprudência ambiental do STJ sob o enfoque da hermética jurídica. **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, ano 14, n. 56, pg. 55-92, out/dez, 2009.

LÖWY, M. Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista eco-socialista. **O comuneiro Revista Eletrônica**, n.9, set. 2009. Disponível em:

<http://www.ocomuneiro.com/nr9_04_micheallowy.html>. Acesso em: 28 de junho. 2011.
 LUKÁCS, G. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. In: _____. *Ontologia do Ser Social* [Primeira Parte, Capítulo 4]. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARANHÃO. Governo do Estado. Deputada lê documento que aponta omissão no EIA/Rima da refinaria. **Da Agência Assembléia**. Maranhão: 8 abr 2010.

MARANHÃO, um estado importador. **Jornal O Imparcial**. Maranhão: 20 maio 2008. Disponível em: <<http://www.oimparcial.com.br/>>. Acesso em: 25/11/2011.

MARINI. Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Editora Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. **O capital**: a crítica da economia política. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 19?? [livro restaurado].

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural 1978. (Os Pensadores), pg. 101-132.

MARX, K; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.09-110.

MCELHINNY. Vince. A IIRSA em uma encruzilhada: indicativos de mudança, implicações para a advocacy. In: VERDUM (Org.). **Financiamento e Megaprojetos: uma interpretação da dinâmica regional sul-americana**. Brasília: INESC, 2008.

MENDONÇA, Bartolomeu. **Cajueiro**: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. São Luis: UFMA, 2006.

MENDONÇA, **Em tempo de resistência**: movimentos sociais entre as lutas e os signos hegemônicos. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI, 3; 2007. **Anais...**São Luís: UFMA, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Editora Boitempo; Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

MOTA, A. E; SILVA, M. G. A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade. **Revista Praia Vermelha**, vol. 19, n. 2, pg. 37-50, julho-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermalha/article/view/127/79>> Acesso em: 28/06/2011.

MAB. **Hidrelétricas no Rio Madeira: energia para quê e para quem?** Cartilha de estudos. Rondônia: Secretaria do MAB, 2007.

NOGUEIRA. Claudia Mazzei. **O Trabalho Duplicado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 139-162.

NOVAIS. Carlos Eduardo; RODRIGUES, Vilmar. **Capitalismo para principiantes**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

OLIVEIRA, Renato de Almeida. Considerações acerca da liberdade e da ética na tese “A diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro” de Karl Marx. **Revista de Filosofia Polymatheia**, vol. IV n. 6, 2008. Fortaleza: UECE, 2008. Disponível em: <http://www.uece.br/polymatheia/dmdocuments/polymatheia_v4n6_consideracoes_liberdade_etica_marx.pdf> Acesso em: 07/04/2011.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **Revista Ser Social**, v. 12. N. 26, jan-jun. 2010. Universidade de Brasília.

PAULA, João Antônio de. A longa servidão: a trajetória do capitalismo no Brasil. In: _____ (org.) **Adeus ao desenvolvimento – a opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.69-91.

PEREIRA, Ediléia Dutra (coord.); OLIVEIRA, Isabela C. dos Santos; AMORIM, Josélio O. **Caracterização Sócio-Ambiental do Povoado de Camboa dos Frades**. Relatório de Pesquisa de Campo. São Luís: Departamento de Geografia, CCH-UFMA, 2008.

PEREIRA, Potyara A.P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

PETROBRAS e governo do Maranhão vão construir Refinaria Premium 1. **Portal Bacabeira – Maranhão**. Bacabeira, 15 out. 2009 a. Disponível em: <<http://www.bacabeira-ma.com.br/2009/10/petrobras-e-governo-do-maranhao-va-construir-refinaria-premium-1/>> Acesso em: 04/10/2011.

PETROBRÁS. Investimentos da Petrobras no Maranhão: implantação de nova refinaria. São Luis: Petrobrás, 28 out 2008. In: **Instituto Maranhense de Estudos Socioeconomicos e Cartográficos**. Secretaria de Estado Planejamento e Orçamento. Disponível em: <http://www.imesc.ma.gov.br/docs/CooperacaoInternacional/COLOQUIO-PALESTRAS%20Bird-MA%2028%20e%2029%20out/Manha/Sandra%20Lima/Evento_Sao%20Luis%2028.10.08%20Refinaria%20Premium%20I%20final.pdf> Acesso em: 10/04/2011.

PETROBRÁS. Refinaria Premium I produzirá diesel de alta qualidade. **Noticias Petrobrás**, 14 out 2009 b. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/noticias/refinaria-premium-1-produzira-diesel-de-alta-qualidade/>>. Acesso em: 10/04/2011.

PIACENTINI, Graciano P. **Políticas Sociais e Controle Social** – o processo de implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Maciço do Morro da Cruz de Florianópolis/SC. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Florianópolis: UFSC, 2008.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**.2003.

REFINARIA Premium I retoma obras de terraplenagem em Bacabeira. **Jornal O Imparcial**. São Luis: 6 jul 2011. Disponível em: <http://www.oimparcial.com.br/app/noticia/urbano/2011/07/06/interna_urbano,85987/refinaria-premium-i-retoma-obras-de-terraplenagem-em-bacabeira.shtml>. Acesso em: 04/11/2011.

ROCHA, Mirella. PAIVA, Beatriz A. **Paradoxos do desenvolvimento socioeconômico no Brasil do século XXI**. In: CONFERENCIA DO DESENVOLVIMENTO, 2; 2011. **Anais...**Brasília: IPEA, 2011.

SAMPAIO JR. Plínio de Arruda. Imperialismo, reversão e revolução na América Latina. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Pólo Siderúrgico e conseqüências sócio-ambientais**. São Luis: UFMA, 2004.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. 2007. Projetos de Desenvolvimento, Impactos Sócio-Ambientais e a Reserva Extrativista do Taim. **Ciências Humanas em Revista**. São Luís. v. 5 Número Especial.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; SILVA, Sislene Costa da. Taim: Motivações em Defesa do Território. **Revista da Pós Ciências Sociais**, vol. 7, nº 13. São Luis: UFMA, 2010

SANTOS, Raimundo Lima dos. O projeto Grande Carajás - PGC e algumas consequências regionais. **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, Ano 5, Nº07, Rio, 2010 [ISSN 1981-3384]. Disponível em:
<http://www.tempo.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5272%3Ao-projeto-grande-carajas-pgc-e-consequencias&catid=222&Itemid=100076&lang=pt>
. Acesso em: 28/10/2011.

SEMANA ACADEMICA DE ECONOMIA, 2011. Florianópolis: UFSC, 2011.

TERRAPLENAGEM da refinaria vai ser licitada já neste mês. Jornal O Estado do Maranhão. 08 de abr. 2010.

THOMÉ, José Lauro. **Hidrelétrica de Balbina: um fato consumado**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC/PSOP, 1993.

TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VAINER, Carlos, NUTI, Mirian. **A inserção energética sul-americana: subsídios para uma agenda socioambiental**. Brasília: INESC, 2008.

VAISMAN, Ester; FORTES, Ronaldo Vielmi. Apresentação. In: LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 9-31.

VERDUM, Ricardo. Obras de infra-estrutura no contexto de integração Sul-América. In: ____ (Org.). **Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais**. Brasília: INESC, 2007.

VERDUM. Introdução. In: ____ (Org.). **Financiamento e Megaprojetos: uma interpretação da dinâmica regional sul-americana**. Brasília: INESC, 2008.

VIVIANI, Oswaldo. Números da Pobreza: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios revela que 64,6% da população do Maranhão vivem em insegurança alimentar. **Jornal Pequeno**. São Luis, 26 nov 2010. Disponível em: <<http://www.jornalpequeno.com.br/2010/11/26/mais-de-4-milhoes-de-maranhenses-estao-a-beira-da-fome-diz-ibge-138793.htm>>. Acesso em: 10/04/2011

IV JORNADA MARANHENSE DE SOCIOLOGIA. II SEMINÁRIO
DESENVOLVIMENTO, MODERNIDADE E MEIO AMBIENTE: IMPACTOS
CONTEMPORANEOS DOS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA
AMAZÔNIA BRASILEIRA, 2009, São Luis: UFMA.

ANEXO A – Demonstrativo de renda na capital maranhense no ano de 1985

QUADRO 7	
FAIXAS SALARIAIS EM SÃO LUÍS	
faixa salarial	% da PEA
1. menos de 2 SM (100 US\$)	60
2. entre 2 a 4 SM (101 a 200 US\$)	25
3. entre 4 a 10 SM (201 a 500 US\$)	12
4. acima de 10 SM (mais de 500 US\$)	3

Fonte: (GISTELINCK, 1988).

ANEXO B – Contexto de insegurança no campo durante o período do Programa Grande Carajás, 1985

QUADRO 1 LAVRADORES SEM TERRA NA ÁREA DA FERROVIA DE CARAJÁS ESTIMATIVA		
Município	Total de famílias que vivem da lavoura	famílias sem terra
Rosário	4.000	2.000
Santa Rita	3.200	1.600
Anajatuba	3.500	2.100
Arari	3.700	2.220
Vitória	8.500	5.100
Santa Inês	4.000	2.400
Santa Luzia	16.000	11.200
Bom Jardim	7.000	4.900
Açailândia	7.000	4.900
Imperatriz	25.000	17.500
total	81.900	53.920

Fonte: GISTELINCK, 1988

ANEXO C – Cresce a especulação imobiliária em Bacabeira com o anúncio da vinda da Refinaria Premium

LOTEAMENTO Bacabeira-II
Um Premium no futuro!

Ao lado do centro urbano, na área de expansão da cidade.

36 meses

FINANCIAMENTO DIRETO COM A IMOBILIÁRIA. BUROCRACIA NO-CADESTRO

AGROPECUÁRIA E PISCICULTURA SANTA CRUZ

Conceição Ferrão

PLÍNIO IMÓVEIS

NASCE UMA NOVA ERA
Venha morar na área de maior crescimento no estado

Loteamento **Nova Era** Residencial

Um investimento para toda vida

A 60Km de São Luís entre Bacabeira e Santa Rita, e a 2Km da Refinaria.

Vantagens na aquisição do seu lote:

- A 2Km da Refinaria
- Topografia do terreno plana
- Terreno Próprio
- Proximidade da rede telefônica
- Área com valorização garantida
- Redes e distribuição de água e energia
- Garantia de Escritura Pública e Registro de Imóvel
- Entrega em junho 2011
- Entrega dos lotes, demarcados com marcos numerados
- Ruas e avenidas calçadas
- Pagamento em até 60 parcelas
- Lotes específicos residenciais e Avenidas com lotes comerciais
- Área de lazer com nascente natural

Anúncios coletados na internet de venda de lotes em Bacabeira. Vale chamar a atenção para a semelhança entre os modelos dos cartazes e o povo maranhense, em sua grande maioria, pardo e negro. Seria mais uma ferramenta da ideologia do desenvolvimento, ou mera coincidência?

ANEXO D – Carta de SalvaTerra às autoridades divulgada na mídia e contestada por leitor sob o prisma do senso comum e da legitimação da ideologia

Associação dos Pequenos (as) Agricultores (as) e Agricultoras da Comunidade de Salva Terra

Município de Rosário, Estado do Maranhão

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Brasil

*Cc: Ouvidoria Geral da República,
Ministério do Desenvolvimento Agrário,
Ministério Público Federal do Maranhão,
Deputado Federal Domingos Dutra,
Deputado Federal Flavio Dino,
Deputado Federal Roberto Rocha,
Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão,
Ministério Público Estadual,
Deputado Estadual Edvaldo Holanda,
Deputada Estadual Helena Heluy,
Deputado Estadual Domingos Paz,
Deputado Estadual Valdinar Barros,
Petrobras,
Comissão Pastoral da Terra*

Os moradores e moradoras do povoado Salva Terra, município de Rosário do Estado do Maranhão, aqui representadas por Lucilene Maria Mendes de Sousa e Rosemary Botentuit, vem informar e apresentar denúncia contra a Petrobrás, a Secretaria de Indústria e Comércio, Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Instituto de Terras do Maranhão, pois, as referidas pessoas jurídicas querem expulsar os moradores do povoado.

O povoado Salva Terra, é um povoado quilombola, pertencente ao município de Rosário, com mais de 200 anos de existência. São 450 hectares de terra, herança sem partilha, de quatro herdeiros de Adrião e Francisca Botentuit onde moram e trabalham 34 famílias, pescadores e agricultores, dentre os moradores encontra-se Tiago Almeida, com 87 anos, que nasceu e sempre morou no povoado.

A Empresa Engenharia, Mapeamento e Aerolevantamento (ENGEMAP), que conforme informação estava a serviço da PETROBRAS, adentrou o povoado com oito motores, sem a autorização dos moradores e moradoras fez picadas, escavações no terreno, lacrou buracos, criando impactos diversos. Nos mais, velhos acentuou as dificuldades auditivas, animais como capivaras, pássaros e cobras ficaram desorientados, foram encontrados nas casas, nos caminhos e a empresa não tomou providências.

Em 10 de setembro de 2009 os moradores/as do povoado foram surpreendidos pela visita de sete representantes da Secretaria de Indústria e Comércio, Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Instituto de Terras do Maranhão que noticiaram aos presentes que o povoado estava na área de interesse da Refinaria Premium, em processo de implantação pela PETROBRÁS, e que eles teriam 20 dias, a contar do dia 10 de setembro, para desocupar a área e que seriam posteriormente indenizados

Questionados sobre o destino dos moradores, idosos, crianças, animais, raízes históricas, cultura, foi oferecido um barracão em Bacabeira até a construção de casas para a moradia das famílias.

No dia 11 de setembro receberam uma nova visita, dessa vez de dois representantes da PETROBRÁS que objetivavam conhecer os povoados do entorno do empreendimento, informado sobre a visita anterior os representantes da PETROBRAS observaram que não tinham conhecimento do procedimento, em curso pela Secretaria de Indústria e Comércio, e,

sugeriram que os moradores buscassem seus direitos.

Estamos solicitando de Vossa Excelência a garantia de nossos direitos constitucionais, de moradia, terra para trabalhar, alimentação, respeito aos nossos idosos, nossas crianças e a nossa cultura.

“Queremos nossa terra, ela nos garante a moradia e renda, aqui temos água, terra para plantar, riacho e igarapé para pescar, casa de forno campo de futebol, juçara, cupuaçu, manga”

“Não queremos morar em barracão”

“Queremos continuar vivendo e morrendo aqui como nossos antepassados”.

“Não queremos nossos filhos nas favelas e palafitas de São Luís”

Rosário, 15 de setembro de 2009

Associação de Pequenos(as) Agricultores(as) de Salva Terra

Comentário postado por leitor à notícia publicada pelo periódico na internet junto à carta dos moradores de SalvaTerra encaminhada às autoridades, seguido de resposta do autor da notícia:



1. *Fernando Mendonça* disse:

[1 de outubro de 2009 às 23:51](#)

Robert, acho engraçado como, após levantamentos efetuados perante o Inbra, Iterma e a Prefeitura de Bacabeira (a refinaria fica exclusivamente neste município), nada foi encontrado na região escolhida ainda no governo passado. Agora, como em todos os grandes empreendimentos do Maranhão, ficamos a ver “pobres coitados” a dizer que preferem viver em situações degradantes do que tentar uma melhoria de vida com as oportunidades que podem advir para seus filhos com um empreendimento desta magnitude. Em meu entender, o que devemos focar neste caso vem a ser o Plano de Relocação de Famílias, com um projeto de geração de renda agregado para estas, como feito no governo anterior. Por favor, você que é um repórter inteligente, tome cuidado com fisiologismos.

Resposta: Caro Fernando, obrigado pelo “repórter inteligente”, mas veja bem. Ninguém em sã consciência pode ser contra, a priori, de um “um empreendimento desta magnitude”. Acontece que não podemos a pretexto do desenvolvimento, achar que tudo pode ser feito em seu nome. Não se trata de “pobres coitados”, amigo, mas de gente que tem o direito de dizer que não deseja sair de qualquer jeito de onde sempre viveu. Se trata disso: gente.

Publicado em: 30 set 2009. Por Jornal Pequeno. Intitulado: *Associação de comunidade quilombola faz grave denúncia contra a Petrobras e o governo do MA*. Disponível em: <http://www.jornalpequeno.com.br/blog/robertlobato/?p=6221>.